



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**Relatório de Gestão do Exercício de 2014**

**CEFET/RJ**

**Março 2015**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**CELSO SUCKOW DA FONSECA**

## Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 139/2014, da Portaria TCU nº 90/2014, e da Portaria CGU nº 522/2015. Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: Unidade Sede Maracanã, Unidade Descentralizada Nova Iguaçu, Unidade Descentralizada Maria da Graça, Unidade Descentralizada Petrópolis, Unidade Descentralizada Nova Friburgo, Unidade Descentralizada Itaguaí, Unidade Descentralizada de Angra dos Reis e Unidade Descentralizada de Valença.

Diretoria de Gestão Estratégica – DIGES

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

## Dirigentes do Sistema CEFET/RJ

Carlos Henrique Figueiredo Alves  
*Diretor-Geral*

Maurício Saldanha Motta  
*Vice-Diretor*

Gisele Maria Ribeiro Vieira  
*Diretora de Ensino*

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco  
*Diretor de Pesquisa e Pós-graduação*

Maria Alice Caggiano de Lima  
*Diretora de Extensão*

Fernando Ramos Corrêa  
*Diretor de Administração e Planejamento*

Marcelo Sampaio Dias Maciel  
*Diretor de Gestão Estratégica*

Luciano Santos Constantin Raptopoulos  
*Diretor da UnED Nova Iguaçu*

Sérgio de Mello Teixeira  
*Diretor da UnED Maria da Graça*

Paulo Cesar Bittencourt  
*Diretor da UnED Petrópolis*

Fernanda Rosa dos Santos  
*Diretor da UnED Nova Friburgo*

Luiz Diniz Corrêa  
*Diretor da UnED Itaguaí*

Tiago Siman Machado  
*Gerente da Expansão de Angra dos Reis*

Arnaldo Amandio de Lima Costa  
*Gestor do Núcleo Avançado de Valença*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.</b>	<b>11</b>
<b>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>11</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	15
<b>2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....</b>	<b>17</b>
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	17
2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	18
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	29
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	29
<b>3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>32</b>
3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO .....	32
3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO .....	45
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS .....	46
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	63
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	63
3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE .....	64
<b>4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>65</b>
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	65
<b>5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS. ....</b>	<b>67</b>
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE .....	67
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	67
5.2.1 Programa Temático .....	68
5.2.2 Objetivo .....	68
5.2.3 Ações .....	68
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....	75
5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL .....	76
5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS .....	76
<b>6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. ....</b>	<b>77</b>
6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....	77
6.1.1 Programação .....	77
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	78
6.1.3 Realização da Despesa .....	78
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	83
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	83
6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	83
6.4.1 Análise Crítica .....	84
6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	84
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	84
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	86
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse .....	88
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	88
6.5.5 Análise Crítica .....	88
6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	88
6.7 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ .....	88
<b>7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>89</b>
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	89
7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	93
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	94
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	94
7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS .....	94
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância .....	94

7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	95
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	96
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	96
7.3	DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	96
<b>8</b>	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>97</b>
8.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	97
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	98
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	98
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	98
	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União.....	99
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	107
8.2.4	Análise Crítica.....	108
8.3	BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	108
<b>9</b>	<b>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>109</b>
9.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	109
<b>10</b>	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>112</b>
10.1	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	112
<b>11</b>	<b>ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....</b>	<b>113</b>
11.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	113
11.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	113
11.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	115
11.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI).....	116
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	116
11.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	120
<b>11.3</b>	<b>DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....</b>	<b>121</b>
11.4	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	122
11.5	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	122
<b>12</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>123</b>
12.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	123
12.2	APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	123
12.3	CONFORMIDADE CONTÁBIL.....	123
12.4	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	123
12.4.1	Declaração Plena.....	123
12.4.2	Declaração com Ressalva.....	124
12.8	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	124
<b>13</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>125</b>
13.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	125
13.1.1	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS MÉDIO, TÉCNICO E GRADUAÇÃO - DIREN.....	125
13.1.1.1	Cursos de graduação - DIREN.....	125
13.1.2	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG.....	134
13.1.2.1	PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG.....	134
13.1.2.2	DIFUSÃO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG.....	134
13.1.2.3	ATIVIDADES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG.....	135
13.1.2.3.1	Cursos de especialização - DIPPG.....	135
13.1.2.3.2	Cursos de mestrado - DIPPG.....	135
13.1.2.5	Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG.....	136
13.1.2.6	Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG.....	137
13.1.3	FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO - DIREX.....	138
13.1.3.1	Estágio e Emprego.....	138
13.1.3.2	Ações Extensionistas e Público Participante.....	138
13.1.3.3	Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ.....	139
13.1.3.4	Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora.....	141
13.1.3.5	Gestão de Convênios Ativos IETEC.....	142
13.1.3.6	Gestão de Convênios de Extensão Ativos.....	142
13.1.3.7	Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2014.....	143
<b>66</b>	<b>INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS).....</b>	<b>144</b>

INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005.....	144
ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET.....	145
RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO.....	145

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	13
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	16
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	29
Quadro A.5.2.3.2 – Ação/subtítulos - OFSS .....	68
Quadro A.6.1.1 – Programação de despesas .....	77
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	78
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	79
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total .....	80
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	81
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos de Movimentação .....	82
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	83
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	84
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	86
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	89
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva .....	89
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	90
Quadro A.7.1.3 - Custos de pessoal no exercício de referência e no anterior .....	92
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	94
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	95
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	98
Quadro A.8.2.2.1– Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	99
Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ .....	99
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 .....	111
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	112
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	113
Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	115
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	116
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	117
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	118
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	118
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	119
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	120
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR121	
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	122
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	122
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis .....	124
Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	144

## INTRODUÇÃO

Relatório de Gestão é um documento que apresenta para a Sociedade uma fotografia das dimensões atuais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) com os resultados obtidos na Gestão do Centro em 2014, e, simultaneamente, traz as informações e reflexões relativas ao cumprimento de sua missão institucional, considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Governo Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e no Orçamento da União.

O objetivo principal deste Relatório é apresentar dados, informações e indicadores apurados na Gestão do Centro em 2014, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- Lei 12.593/2012, Plano Plurianual do Governo Federal (2012 – 2015);
- Lei 12.919/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei 12.952/2014, Lei Orçamentária Anual;
- Lei 4.320/1964, Lei de Direito Público Financeiro;
- Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos;
- Lei 10.520/2002, Lei do Pregão.

A formatação deste Relatório de Gestão esta baseada nos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010;
- Decisão Normativa TCU nº 134/2013, de 04/12/2013;
- Decisão Normativa TCU nº 139/2014, de 15/05/2013;
- Decisão Normativa TCU nº 140/2014, de 15/10/2014;
- Portaria TCU nº 90/2014, de 16/04/2014;
- Portaria CGU nº 522/2015, de 05/03/2015.

A análise e comentários da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros, foram abordados, de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET/RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Tecnológica. Tal transformação priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, e proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, objetivando o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País. Desta forma, cabe salientar que a expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Os itens das decisões normativas que não se aplicam ao CEFET/RJ são:

- 5.2.1 Programa Temático – De acordo com o item 5.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, só devem preencher as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abranjam secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério ou de secretaria com *status* de ministério no âmbito da Presidência da República;

- 5.2.2 Objetivo do PPA - De acordo com o item 5.2.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, as informações referentes ao item só devem ser consignadas em relação aos objetivos e metas cujo desenvolvimento coube diretamente a UJ, o que não é o caso deste Centro;
- 5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI – Não foram estipuladas ações de orçamento de investimento para este Centro;
- 5.2.3.5 Análise Situacional – O CEFET/RJ não é unidade jurisdicionada que abranja secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério ou de secretaria com status de ministério no âmbito da Presidência da República, não tendo assim a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignado à ação, apenas um ou mais subtítulos;
- 6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ - Segundo o item 6.1.3.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, o quadro correspondente deve ser preenchido apenas caso a Unidade Jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos, o que não é o caso desta instituição
- 6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ - Conforme o item 6.1.3.4 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, o quadro correspondente deve ser preenchido apenas caso a Unidade Jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a **única** jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos;
- 6.2 Despesas com ações de Publicidade e Propaganda – Segundo o Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, este item abrange as unidades jurisdicionadas que realizem despesa com publicidade e propaganda ou ainda que sejam integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, o que não é o caso do CEFET/RJ;
- 6.6 Suprimento de Fundos – De acordo com o item 6.6 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, a informação deverá ser fornecida pelas Unidades Jurisdicionadas da Administração direta dos três poderes da União, incluindo as autarquias e fundações do Poder Executivo, que tenham realizado, nos últimos três exercícios, despesas por meio da utilização de suprimento de fundos. Entretanto, o CEFET/RJ não possui cartão de crédito corporativo;
- 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ – Não houve renúncia no período abarcado por este Relatório de Gestão;
- 7.2.3 Contratação de Estagiários – O Centro não apresenta estagiários remunerados;
- 12.8 Relatório de Auditoria Independente – Segundo o item 12.8 do Anexo Único da Portaria TCU nº 90/2014, as autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades deverão inserir síntese do parecer emitido por Auditor ou por empresa de auditoria independente, desde que tenham firmado contrato de gestão, o que não ocorreu no CEFET/RJ.

Quanto aos itens da decisão normativa que se aplicam, porém não apresentaram conteúdo a ser declarado no exercício de referência de 2014, são os seguintes:

- 5.2.3.1 Ações – OFSS - Segundo a Portaria TCU nº 90/2014, não cabe o preenchimento no caso em que a unidade jurisdicionada não tenha a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, mas apenas a um ou mais subtítulos dessa, que são apresentadas na seção subsequente;
- 5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional – O CEFET/RJ não possui indicadores para monitorar e avaliar o desempenho da instituição;

- 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços – O Centro não faz uso do Sistema de Apuração de Custos;
- 6.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – O Centro não teve passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse - Não houve contrato de repasse nem convênios nos exercícios;
- 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse - Não houve contrato de repasse nem convênios nos exercícios;
- 7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos – O CEFET/RJ não apresenta funcionários terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias do plano de cargos da unidade;
- 8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ – O Centro não apresentou bens imóveis funcionais de propriedade da União sob sua responsabilidade no exercício referente ao relatório de gestão;
- 8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros – O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao relatório de gestão;
- 11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Não existem recomendações pendentes de atendimento para o Centro ao final do exercício de 2014;
- 12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas – A instituição ainda não é usuária do Sistema SIC;
- Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio – O CEFET/RJ não apresentou projetos desenvolvidos por fundação de apoio no exercício e não apresenta fundação de apoio credenciada.

## PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

No presente relatório o CEFET/RJ será identificado por meio do Relatório de Gestão Individual definido no Anexo I da DN TCU nº 134/2013.

##### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O quadro abaixo apresenta a Identificação da Unidade Jurisdicionada.

**Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
<b>Denominação Abreviada:</b> CEFET/RJ			
<b>Código SIORG:</b> 000448	<b>Código LOA:</b> 26256		<b>Código SIAFI:</b> 15244
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia - 1104			<b>CNPJ:</b> 42.441.758/0001-05
<b>Principal Atividade:</b> Educação			<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(021) 2566-3110	(021) 2566-3112	(021) 2568-2198
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:direg@cefet-rj.br">direg@cefet-rj.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.cefet-rj.br">http://www.cefet-rj.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Maracanã, 229 – Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.271-110			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 6.543, de junho de 1978.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, Portaria MEC nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153010	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15244	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		

---

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

---

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que segundo a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

O CEFET/RJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estatutários e regimentais são:

- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

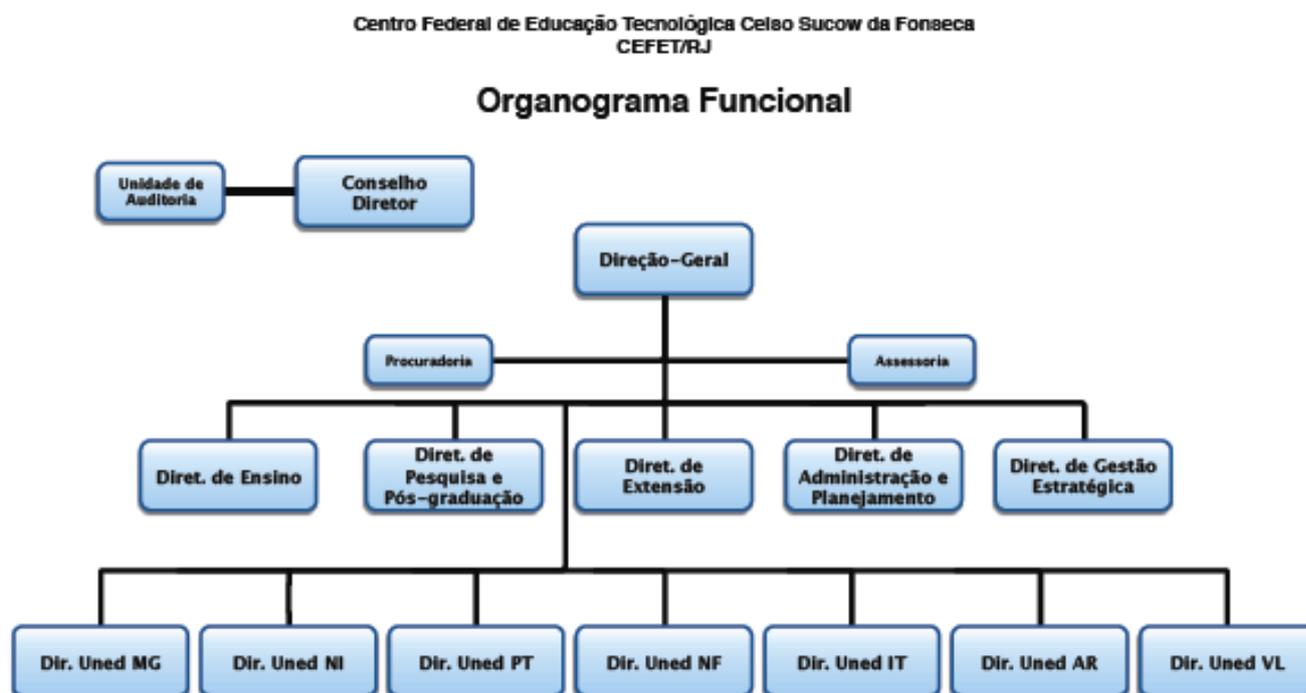
Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

*“Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade”.*

### 1.3 Organograma Funcional

A figura abaixo apresenta o Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.

Figura 1: Organograma Funcional



Segue ainda o **Quadro A.1.3** que destaca as áreas mais estratégicas da UJ, informando suas principais competências, seus titulares responsáveis e seu período de atuação.

**Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Diretor	Deliberar sobre assuntos de interesse do Centro, tais como: a política geral apresentada pela Direção-Geral nos âmbitos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão por meio de resoluções; a submissão ao Ministério da Educação de proposta de alteração de Estatuto ou Regimento Geral; o orçamento anual; a prestação de contas; os bens patrimoniais; o balanço físico anual; as contribuições e emolumentos internos; a deflagração do processo de escolha, pela comunidade, de nome a ser indicado ao Ministério da Educação para o cargo de Diretor-Geral; os processos de eleições internas; a criação de novos cursos; a autorização de contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestrutura, dentre outros, produzindo resoluções	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Presidente / Diretor-Geral	24/06/2011 até a presente data

	institucionais.			
Auditoria Interna	Verificar o desempenho da gestão institucional visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, emitindo pareceres prévios relativos a prestação de contas anual da instituição, bem como de tomada de contas especiais.	Elizabeth Gonçalves da Costa	Chefe da Auditoria Interna	10/05/2010 até a presente data
Direção Geral	Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro.	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Diretor Geral	24/06/2011 até a presente data
Diretoria de Administração e Planejamento	Prover e executar as atividades relacionadas a administração de pessoal e ainda planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do órgão.	Diego Moreira de Araújo Carvalho	Diretor de Administração e Planejamento	30/06/2011 a 20/02/2014
		Fernando Ramos Corrêa		20/02/2014 até a presente data
Diretoria de Ensino	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, visto ser a área fim da instituição.	Gisele Maria Ribeiro Vieira	Diretora de Ensino	07/07/2011 até a presente data
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, em consonância com as Diretorias de Ensino e Extensão.	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco	Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	04/04/2008 até a presente data
Diretoria de Extensão	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento relativos às ações de extensão da instituição, sempre em consonância com as Diretorias de Ensino e de Pesquisa e Pós-Graduação.	Maria Alice Caggiano de Lima	Diretoria de Extensão	04/07/2011 até a presente data
Diretoria de Gestão Estratégica	Coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como acompanhar a execução dos planos e projetos, e ainda fornecer as informações relativas a desempenho do Centro.	Fernando Ramos Corrêa	Diretor de Gestão Estratégica	13/03/2013 a 20/02/2014
		Marcelo Sampaio Dias Maciel		06/03/2014 até a presente data
Unidades Descentralizadas	Buscar a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das unidades descentralizadas.	Tiago Siman Machado	Diretor da UnED Angra dos Reis	15/10/2013 até a presente data
		Luiz Diniz Corrêa	Diretor da UnED Itaguaí	09/03/2010 até a presente data
		Sérgio Mello Teixeira	Diretor da UnED Maria da Graça	17/06/2008 até a presente data
		Fernanda Rosa dos Santos	Diretora da UnED Nova Friburgo	27/08/2008 até a presente data
		Luciano Santos Constantin Raptopoulos	Diretor da UnED Nova Iguaçu	09/09/2011 até a presente data
		Paulo Cesar Bittencourt	Diretor da UnED Petrópolis	27/08/2008 até a presente data
		Arnaldo Amandio de Lima Costa	Diretor da UnED Valença	12/03/2010 até a presente data

---

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

---

O CEFET/RJ apresenta três macroprocessos finalísticos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Estes macroprocessos são exercidos de maneira indissociável e único, apresentando as seguintes características básicas:

- a) oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- b) atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- c) conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- d) articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- e) oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação;
- f) oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- g) realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- h) desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- i) utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- j) desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- k) estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- l) integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Todos os macroprocessos finalísticos foram orquestrados na execução das ações necessárias para o atingimento das metas do exercício. Do ponto de vista da execução orçamentária, as Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades efetuaram um planejamento inicial, onde foram apresentadas as necessidades existentes no exercício e ações efetivas foram executadas para o provimento das condições necessárias para o cumprimento dos mandatos. Em alguns casos específicos, como aquisição de material de expediente, equipamentos de TI e livros, o Centro se organizou e efetuou compras compartilhadas com o foco em ganho de escala e padronização.

Além das ações de aquisição compartilhada, as Diretorias Sistêmicas trabalharam em conjunto para explorar as possíveis sinergias existentes, focando em maximizar os resultados atingidos.

Cabe destacar ainda que, por recomendação do TCU, por meio do item 9.7, subitem 9.7.3 do Acórdão 821/2014 – TCU – Plenário, tendo o objetivo de estruturar um sistema de controle interno do CEFET/RJ, foi solicitado a uma empresa de consultoria externa um estudo detalhado para revalidar todos os processos da instituição. Assim, a proposta de estudo apresentada pela citada empresa está sob análise, e sujeita a posterior aprovação do Conselho Diretor e da Direção-Geral do CEFET/RJ.

**Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos**

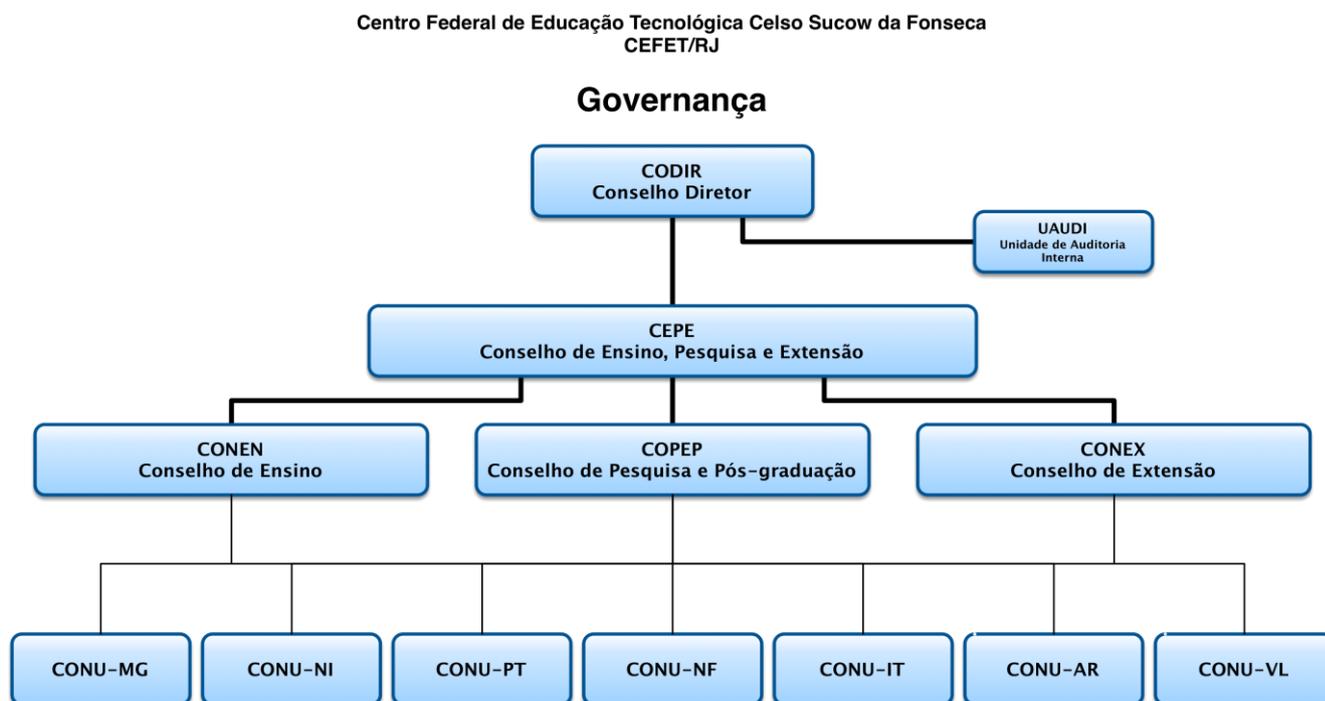
<b>Macroprocessos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
<b>Ensino</b>	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação, ministrar cursos de licenciatura.	<b>cursos</b>	<b>alunos</b>	<b>DIREN</b>
<b>Pesquisa</b>	Ministrar cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.  Realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.	<b>Cursos, pesquisas</b>	<b>alunos e docentes</b>	<b>DIPPG</b>
<b>Extensão</b>	promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada, estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.	<b>Cursos e bolsas e auxílios</b>	<b>alunos</b>	<b>DIREX</b>

## 2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 2.1 Estrutura de Governança

A figura abaixo apresenta a estrutura de governança do CEFET/RJ.

Figura 2: Estrutura de Governança do CEFET/RJ



O Conselho Diretor - CODIR, é o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro, configurando como a instância máxima recursal da instituição, com suas atribuições definidas no Estatuto do Centro.

Normas e Regulamento do CODIR:

[http://webhost01.cefet-rj.br/portal/files/instituicao/outros/novo\\_estatuto.pdf](http://webhost01.cefet-rj.br/portal/files/instituicao/outros/novo_estatuto.pdf)

[http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2011/01/regulamentocodir\\_valido2011.pdf](http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2011/01/regulamentocodir_valido2011.pdf)

Abaixo dele, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, é um órgão colegiado autônomo, ao qual compete deliberar e normatizar no que concerne a essas atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. O CEPE também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Regulamento do CEPE:

[http://portal.cefet-rj.br/files/instituicao/cepe/outros/regulamento\\_cepe.pdf](http://portal.cefet-rj.br/files/instituicao/cepe/outros/regulamento_cepe.pdf)

Compondo os conselhos especializados, abaixo do CEPE, há o Conselho de Ensino – CONEN, o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação – COPEP, e o Conselho de Extensão – CONEX.

O Conselho de Ensino – CONEN é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino para a definição das diretrizes da política educacional do Centro. O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação – COPEP, constitui um órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação em assuntos de natureza acadêmica e de pesquisa, conforme Regimento Interno do CEFET/RJ. Ao Conselho de Extensão – CONEX, órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Diretor (CODIR), cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do sistema CEFET/RJ.

O CONEN, COPEP e CONEX possuem regulamentos próprios e homologados pelo CEPE.

Por fim, cabe salientar que cada Unidade Descentralizada apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais a cada uma delas.

---

## **2.2 Atuação da unidade de auditoria interna**

---

Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre:

**a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;**

A Unidade de Auditoria Interna – UAUDI, criada através da Portaria nº. 07, de 15 de janeiro de 2001, em cumprimento ao Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, que a submete à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é órgão de controle e está vinculada ao Conselho Diretor, e vem atuando no acompanhamento do cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, verificando o desenvolvimento da gestão da Instituição, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos, examinando e emitindo parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Instituição, monitorando o cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, elaborando o PAINT do exercício seguinte, bem como o RAINTE, encaminhados ao Conselho Diretor e a Controladoria Geral da União - Regional/RJ.

Através dos relatórios de auditoria emitidos, foram feitas recomendações à gestão analisada, e almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a auditoria interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas na realização dos trabalhos.

Ao final de cada trabalho de auditoria, os respectivos relatórios foram encaminhados para conhecimento, ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos gestores responsáveis pelas ações auditadas.

Aos gestores responsáveis foram encaminhados também, quando ocorreram constatações, o Plano de Providências - PP, para conhecimento e posicionamento quanto às recomendações emitidas.

Após a apresentação de justificativas ou de providências tomadas pela área auditada, foi feito um trabalho sintetizando a situação do relatório, com as seguintes informações: recomendação, prazo para atendimento, manifestação do gestor, posicionamento da auditoria interna e providências implementadas.

Depois dessa etapa, iniciou-se então, um trabalho de monitoramento das pendências dos relatórios, que consiste em solicitar novas respostas/justificativas ou acompanhar a solução dos problemas relatados, podendo, para isso, ser necessária a realização de novas visitas e/ou verificação de processos/documentos.

**b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;**

Nos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2014, foram emitidas 3 recomendações aos gestores responsáveis pelas ações Controle da gestão, Gestão Patrimonial e Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços, com vistas ao atendimento das mesmas.

A fim de demonstrar o resultado dos trabalhos de auditoria e o tratamento que foi dado às recomendações, segue o demonstrativo com a relação das recomendações feitas e as implementadas pelos gestores responsáveis por cada ação.

Nº do Relatório	Ação do PAINT	Assunto Examinado	Quantidade de Recomendações Feitas	Quantidade de Recomendações Implementadas	% de Recomendações Implementadas
01/2014	Controles da Gestão	Atuação da CGU	1	0	0%
01/2014	Gestão Patrimonial	Existências Físicas	1	1	100%
02/2014	Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços	Compras sem Processos Licitatórios	1	1	100%
Total			3	2	67%

**c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;**

No exercício de 2014, as ações foram planejadas em programas de auditoria próprios, contendo o objetivo, o escopo do trabalho, o critério de amostra, local de realização, conhecimento exigido, cronograma de execução, técnica de auditoria, atividades e recursos empregados.

As vulnerabilidades encontradas, além de ser objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das ações de auditoria para o PAINT de 2015.

A programação do PAINT/2014 foi dividida em 8 ações, 19 subações e 32 assuntos, executada por 1 servidor, e apresentados através de 3 relatórios de auditoria, que devidamente foram encaminhados ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

Ressalta-se que das atividades planejadas, apenas a prevista no assunto 05.03.02 - Conservação e Utilização de Bens Móveis e Equipamentos não foi realizada, em virtude da ausência do inventário físico anual no exercício de 2013, impropriedade tratada no item 05.01.01.01 do Relatório de Auditoria Nº 01/2014, de 04/06/2014.

Número do Relatório - Número do Programa de Auditoria	do - de	Área / Unidade Auditada	Assunto Auditado – Escopo Examinado	Cronograma Executado / Recursos Humanos Empregados (Período – H/H)	Materiais Empregados
01/2014	de	Área Meio e Fim /	FORMALIZAÇÃO DO	17/02 a 24/02 –	Acessos aos

04/06/2014 - 1/2014	Diretoria de Administração e Planejamento	PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - Verificação de 100% do Conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2013, avaliando se as informações estão em conformidade com as IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 127/2013 e PORT/TCU 175/2013.	1h/48h	Sistemas SIAFI, SIAPE, SIMEC, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 2/2014	Área Meio / Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino.	ATUAÇÃO DO TCU - Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de novembro/2013 a janeiro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	25/02 a 26/02 - 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 3/2014	Área Meio / Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	ATUAÇÃO DA CGU - Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de novembro/2013 a janeiro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	27/02 a 28/02 - 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
01/2014 de 04/06/2014 - 4/2014	Área Meio e Fim / Diretoria de Administração e Planejamento	FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - Verificação de 100% do Conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2013, avaliando se as informações estão em conformidade com as IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 127/2013 e PORT/TCU 175/2013.	03/03 a 31/03 - 1h/80h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, SIMEC, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 5/2014	Área Meio e Fim / Unidade de Auditoria Interna	RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL - Verificação do cumprimento da missão institucional, avaliando 100% das metas das atividades-fim previstas e realizadas no exercício de 2013.	01/04 a 10/04 - 1h/64h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, SIMEC, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 6/2014	Área Meio e Fim / Unidade de Auditoria Interna	AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO - Verificação da fidedignidade de 20% dos Indicadores de desempenho nos termos do	11/04 a 24/04 - 1h/56h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, SIMEC, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office

		Acórdão TCU nº 2.267/2005 / Plenário, com alterações do Acórdão TCU nº 600/2006 / Plenário apresentados no Relatório de Gestão/2013, avaliando a consistência dos dados dos seguintes indicadores: relação ingressos/aluno e relação concluintes/aluno.		
01/2014 de 04/06/2014 - 7/2014	Área Meio / Direção- Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino.	ATUAÇÃO DO TCU - Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de fevereiro a abril/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	25/04 a 28/04- 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 8/2014	Área Meio / Direção- Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	ATUAÇÃO DA CGU - Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de fevereiro a abril/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	29/04 a 30/04- 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
01/2014 de 04/06/2014 - 9/2014	Área Meio e Fim / Diretoria de Administração e Planejamento	BAIXAS DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - Verificação da regularidade das baixas de bens móveis do patrimônio do CEFET/RJ, avaliando a formalização de 30% dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2014.	02/05 a 02/05- 1h/8h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
01/2014 de 04/06/2014 - 10/2014	Área Meio e Fim / Unidade Maracanã	EXISTÊNCIAS FÍSICAS - Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando a existência com os registros e documentação comprobatória dos bens utilizados para realização da atividade-fim, envolvendo 10% dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com elevados números de discentes matriculados em 2014.	05/05 a 09/05- 1h/40h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
01/2014 de 04/06/2014 - 12/2014	Área Meio e Fim / Prefeitura	CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE	22/05 a 26/05- 1h/24h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET,

		TRANSPORTES - Verificação da regularidade de 30% dos veículos mais antigos da frota utilizados nas atividades do CEFET/RJ, no período de janeiro a março de 2014, avaliando os controles e procedimentos adotados para conservação e utilização.		Rede Interna e Microsoft Office.
01/2014 de 04/06/2014 - 13/2014	Área Meio e Fim / Diretoria de Administração e Planejamento	AVALIAÇÃO DE BENS IMOBILIÁRIOS - Verificação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União, avaliando os seguintes aspectos: a) suficiência da estrutura de pessoal da UJ para gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União, próprios; b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis; c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ, e d) existência de segregação contábil suficientemente analítica para a distinção dos registros relativos à despesas com manutenção dos imóveis próprios e da União.	27/05 a 30/05– 1h/32h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 14/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	PROVIMENTOS - Verificação da regularidade dos provimentos ocorridos no CEFET/RJ, avaliando 10% dos processos formalizados pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no Sisac dos atos.	02/06 a 03/06– 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 15/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	VACÂNCIAS - Verificação da regularidade das vacâncias ocorridas no CEFET/RJ,	11/07 a 14/07– 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET,

		avaliando a formalização de 30% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.		Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 16/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	LICENÇAS E AFASTAMENTOS - Verificação da regularidade das licenças e afastamentos concedidos, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	15/07 a 22/07- 1h/48h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 17/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	MOVIMENTAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS/ENTIDADES - Verificação da regularidade das redistribuições e cessões de servidores ocorridas no CEFET/RJ, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	16/06 a 17/06 – 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 18/2014	Área Fim / Diretoria de Administração e Planejamento, Diretoria de Ensino e Comissão Permanente de Pessoal Docente.	VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO - Verificação da regularidade das avaliações de desempenho para fins de progressão funcional dos servidores docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET/RJ, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	18/06 a 30/06– 1h/64h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 19/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	CONTROLE DE FÉRIAS - Verificação da regularidade das férias dos servidores do CEFET/RJ, avaliando os recursos pagos de 15 concessões ocorridas nos meses de março a abril/2014.	01/07 a 02/07– 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 20/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	GRATIFICAÇÕES - Verificação da regularidade de 5% dos pagamentos de gratificações concedidos a servidores substitutos de função de direção/chefia do quadro do CEFET/RJ, ocorridos no mês de abril de 2014.	03/07 a 07/07 – 1h/24h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 21/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e	ADICIONAIS - Verificação da regularidade de 10% dos	08/07 a 10/07 – 1h/24h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE,

	Planejamento	pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade concedidos a servidores do CEFET/RJ, ocorridos no período de janeiro a abril de 2014.		INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 22/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PECUNIÁRIOS - Verificação da regularidade de 15 concessões de auxílios transporte pagos a servidores do CEFET/RJ no mês de abril/2014, com valores acima de R\$ 500,00.	11/07 a 16/07 – 1h/32h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 23/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	APOSENTADORIAS - Verificação da regularidade de 30% dos processos de aposentadorias formalizados no período de janeiro a maio de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no Sisac dos atos.	17/07 a 22/07 – 1h/32h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 24/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	PENSÃO - Verificação da regularidade de 30% dos processos de pensão formalizados no período de janeiro a maio de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no Sisac dos atos.	23/07 a 28/07 – 1h/32h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 25/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	AUXÍLIOS E LICENÇAS SECURITÁRIOS - Verificação da regularidade de 30% dos processos de auxílios e licenças securitários formalizados no período de janeiro a maio de 2014.	29/07 a 31/07 – 1h/24h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 26/2014	Área Meio / Diretoria de Extensão	BOLSAS E AUXÍLIOS A ESTUDANTES - Verificação da regularidade da formalização e dos instrumentais de controle, pertinente ao período de janeiro a junho/2014, de 10% das concessões do Programa de Auxílio ao Estudante com Necessidade Específica – PAENE e do Programa de Auxílio Emergencial – PAEm.	01/08 a 07/08 – 1h/40h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de	Área Meio /	COMPRAS SEM	08/08 a 25/08 –	Acessos aos

04/09/2014 - 27/2014	Diretoria de Administração e Planejamento	<p><b>PROCESSO LICITATÓRIO</b> - Verificação da regularidade de 20% dos processos de despesas executadas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a maio de 2014, avaliando os seguintes elementos:</p> <p>a) sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos de dispensa e inexigibilidade realizados e os montantes contratados no exercício pela UJ.</p> <p>b) sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; fundamentação da dispensa ou inexigibilidade, conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UJ no exercício.</p>	1h/196h	Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
02/2014 de 04/09/2014 - 28/2014	Área Meio / Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	<b>ATUAÇÃO DO TCU</b> - Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de maio a julho/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização	26/08 a 27/08 – 1h/16h	Área Meio / Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino
02/2014 de 04/09/2014 - 29/2014	Área Meio / Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	<b>ATUAÇÃO DA CGU</b> - Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de maio a julho/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	29/08 a 29/08 – 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de	Área Meio /	<b>FORMALIZAÇÃO</b>	01/09 a 10/09–	Acessos aos

01/12/2014 - 30/2014	Diretoria de Administração e Planejamento	LEGAL - Verificação da regularidade na formalização de 5% dos contratos de obras, compras e serviços, com maiores volumes de recursos, celebrados no período de janeiro a junho de 2014, avaliando a execução do objeto contratado.	1h/64h	Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office
03/2014 de 01/12/2014 - 31/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	<p>FORMALIZAÇÃO LEGAL - Verificação da regularidade na formalização de 20% dos processos licitatórios, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2013, avaliando seguintes elementos:</p> <p>a) sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício pela UJ, considerando diversas modalidades; e estrutura de controles da UJ com vista a garantir a regularidade das contratações;</p> <p>b) sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UJ no exercício.</p>	11/09 a 23/09 26/09 a 30/09 01/10 a 02/10- 1h/112h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de 01/12/2014 - 32/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	<p>INDENIZAÇÕES - Verificação da regularidade na formalização de 5% das concessões e prestações de contas de diárias e passagens registradas no SCDP, das viagens nacionais encerradas, com maiores volumes de recursos, ocorridas no período de janeiro a</p>	17/10 a 29/10 - 1h/64h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SCDP, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.

		agosto/2014.		
03/2014 de 01/12/2014 - 33/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	CARTÃO CORPORATIVO - Verificação de 10% do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal/CPGF, ocorridas no período de janeiro a agosto/2014, avaliando os seguintes aspectos: a) conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamentos com a disposição dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008; e b) adequabilidade da estrutura de controles internos administrativo para garantir o regular uso dos cartões de pagamentos.	30/10 a 31/10 – 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de 01/12/2014 - 34/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	FORMALIZAÇÃO LEGAL - Verificação da regularidade na formalização de 10% dos convênios de obras e serviços, com maiores volumes de recursos, celebrados no período de janeiro a agosto de 2014, avaliando a execução do objeto conveniado.	10/11 a 14/11 – 1h/40h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de 01/12/2014 - 35/2014	Área Meio / Diretoria de Administração e Planejamento	EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL - Verificação de 2% da execução das despesas correntes e de capital, de maiores volumes de recursos, ocorridas no período de julho a agosto/2014, verificando se os pagamentos efetuados com o fornecimento de bens e prestação de serviços estão de acordo com o fixado na Lei Orçamentária Anual – LOA.	17/11 a 24/11 – 1h/40h	Acessos aos Sistemas SIAFI, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de 01/12/2014 - 36/2014	Área Meio / Direção- Geral, Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	ATUAÇÃO DO TCU - Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de agosto a outubro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	25/11 a 26/11 – 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI, SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
03/2014 de 01/12/2014 -	Área Meio / Direção- Geral, Diretorias	ATUAÇÃO DA CGU - Verificação de 100% das	27/11 a 28/11 – 1h/16h	Acessos aos Sistemas SIAFI,

37/2014	Sistêmicas e Diretorias de Unidades de Ensino	recomendações exaradas pela CGU no período de agosto a outubro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.		SIAPE, INTERNET, Rede Interna e Microsoft Office.
---------	---	--	--	---

Destarte, segue o demonstrativo das auditorias mais relevantes realizadas no exercício 2014, as respectivas constatações e as providências adotadas pelos gestores responsáveis pelas as ações.

<b>Nº do Relatório</b>	<b>Ação do PAINT</b>	<b>Assunto Examinado</b>	<b>Constatação</b>	<b>Resultado / Providência Adotada</b>
01/2014	Controles da Gestão	Atuação da CGU	Falta de manifestação ao atendimento das recomendações da Controladoria-Geral da União.	O posicionamento do gestor foi de concordância em relação à recomendação, porém não apresentou as providências adotadas.
01/2014	Gestão Patrimonial	Existências Físicas.	Ausência de inventário físico anual de bens móveis no exercício de 2013.	O posicionamento do gestor foi de concordância em relação à recomendação, e as medidas foram adotadas através da Ordem de Serviço Nº 02/2014 DIREG, de 04/09/2014 e da Portaria nº 1278, de 27/11/2014, no sentido de providenciar a atualização contábil e física do patrimônio do CEFET/RJ, iniciando os trabalhos de inventário na unidade sede e nas demais unidades de ensino da Instituição.
02/2014	Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços	Compras sem Processos Licitatórios	Fracionamento de despesas sob o argumento do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, cujos valores agrupados por natureza de despesa detalhada extrapolam o limite de dispensa por valor estabelecido.	O posicionamento do gestor foi de concordância em relação à recomendação, e as medidas foram adotadas através do Memorando nº 23/GABI/DIRAP/CEFET-RJ, de 24/11/2014 e do Memorando nº 16/GABIN/DIRAP/CEFET-RJ, de 17/09/2014, sendo centralizado na figura do Diretor de Administração e Planejamento, a aprovação das dispensas com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93, bem como qualquer alteração superveniente no valor da compra, a exemplo do que acontece nos pedidos de reforço orçamentário.

**d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;**

Houve aumento na estrutura de recursos humanos da Unidade de Auditoria Interna, de um servidor que foi aprovado no cargo de Auditor, com posse no dia 19/11/2014, relativo ao Concurso Público do Edital 011/2014, de 25/03/2014, publicado no DOU de 27/03/2014, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal Técnico Administrativo em Educação do CEFET/RJ, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Com esse acréscimo da hora/homem será possível aumentar o escopo das ações previstas no plano anual de atividades de auditoria interna.

**e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.**

Não foi possível emitir opinião sobre esse item, em vista que o CEFET/RJ ainda não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação da governança e o desempenho operacional, de forma instituída e formalizada, que contemple acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos e outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

---

---

## **2.3 Sistema de Correição**

---

---

Este Centro está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, visto que aderiu aos registros de informações relativas aos processos disciplinares que objetivam apurar os principais eventos ocorridos e as providências tomadas, no tocante a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos da instituição.

Porém, por motivos operacionais de acesso ao CGU-PAD não houve lançamentos dos dados referentes aos procedimentos disciplinados instaurados durante o exercício de 2014, relativo aos processos nºs 23063.001617/2013-36, 23063.000337/2014-33, 23063.002682/2014-59, 23063.002684/2014-59, 23063.002955/2014-76 e 23063.002288/2014-21.

---

---

## **2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

---

---

O quadro abaixo apresenta a avaliação da estrutura do controle interno da UJ, que foi produzida por meio de entrevistas com os diretores sistêmicos da UJ. A partir das entrevistas, o resultado final foi consolidado através de média aritmética e arredondamento para o inteiro inferior.

**Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		

2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		<b>X</b>		
<p><b>Análise Crítica:</b> O Centro ainda passa por diversas modificações e reestruturações, visto o crescimento das atividades fim e a consequente sua manutenção. Assim, se faz necessário o direcionamento de esforços na criação de uma estrutura específica para desenvolvimento e normalização da administração e controle.</p>				
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>				

Cabe ainda destacar as recomendações contidas no item 9.46 do Acórdão 821/14 – TCU – Plenário, que trata do planejamento de atividades por meio do Plano de Ação para Adequação na Organização da Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ. Dentre as recomendações feitas no documento pelo TCU, observa-se a necessidade da promoção de “estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação daqueles riscos”.

Desse modo, objetivando proceder ao recomendado, foi instituída uma Comissão para levantamento das necessidades visando a confecção dos referidos sistemas de controle. Assim, para dar prosseguimento ao projeto, foi solicitado a uma empresa especializada em consultoria externa, o estudo detalhado com a finalidade de realizar a identificação e análise de todos os processos da instituição para que posteriormente possibilite a identificação dos riscos. O estudo proposto pela empresa, encontra-se sob análise desta gestão, aguardando aprovação pelo Conselho Diretor e pela Direção Geral.

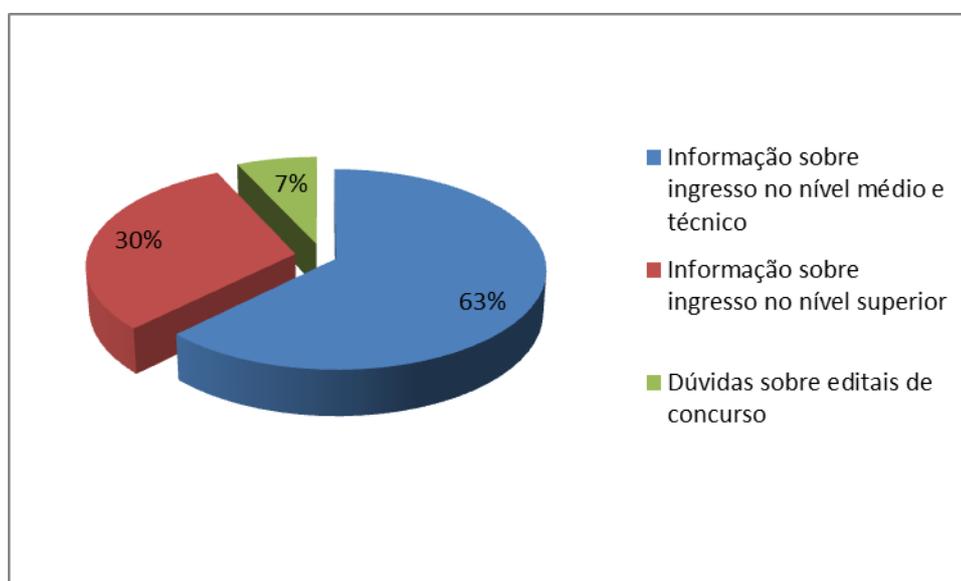
### 3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

#### 3.1 Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão

Atualmente o CEFET/RJ apresenta 03 (três) principais canais de acesso que são capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição, todos servindo para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pela unidade. São eles: a Ouvidoria do órgão, o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC e o Setor de Protocolo Geral.

#### OUVIDORIA

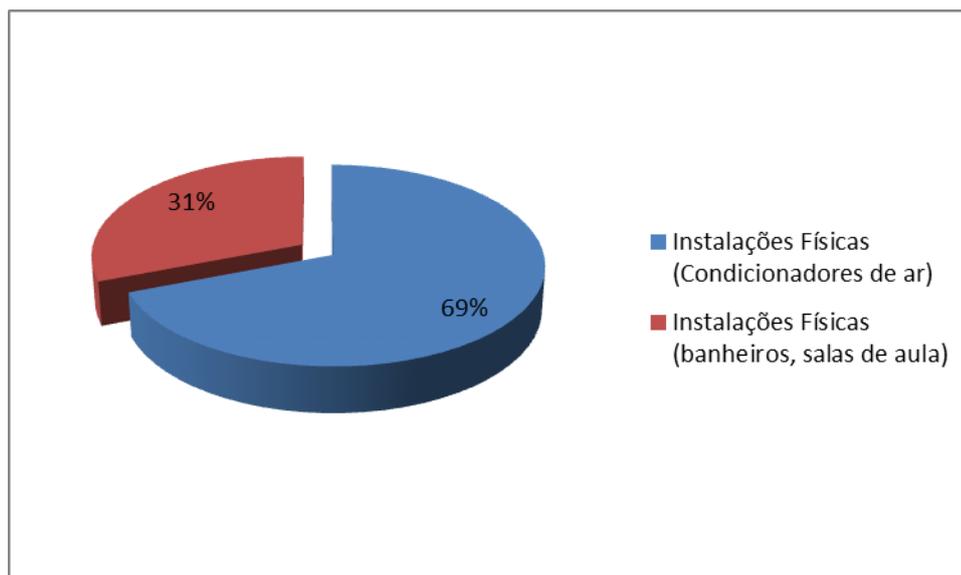
A Ouvidoria do CEFET/RJ é oferecida por meio do link FALE CONOSCO no sítio da instituição, com acesso pelo endereço eletrônico [ouvidoria@cefet-rj.br](mailto:ouvidoria@cefet-rj.br). Seguem os gráficos demonstrativos dos atendimentos realizados durante o exercício de 2014:



**Gráfico 1:** Solicitações feitas durante o exercício de 2014.

As solicitações feitas durante o ano de exercício do presente relatório totalizaram 259 (duzentas e cinquenta e nove) solicitações de informações, sendo 162 (centro e sessenta e duas), ou 63%, referentes ao ingresso no nível médio e técnico, 79 (setenta e nove), ou 30%, referentes ao ingresso no nível superior, e 18 (dezoito), ou 7%, dúvidas relativas a editais de concurso.

Houve um aumento de 221 (duzentos e vinte e uma) solicitações em relação ao exercício anterior, o que corresponde a um aumento de cerca de 582 % (quinhentos e oitenta e dois por cento). As solicitações foram registradas e as informações devidamente fornecidas, após consulta aos setores competentes.



**Gráfico 2:** Reclamações registradas durante o exercício de 2014.

Durante o ano de 2014 foram registradas 55 (onze) reclamações por meio da Ouvidoria da instituição. Dessas, 38 (trinta e oito) diziam respeito ao mal funcionamento dos condicionadores de ar das salas de aula, e 17 (dezesete) tratavam de reclamações relativas às instalações dos banheiros e das salas de aula propriamente ditas. As reclamações foram tratadas pessoalmente pela Ouvidoria, tendo sido encaminhadas aos setores responsáveis para as devidas providências.

Quanto à denúncias, foi registrada apenas 1 (uma) denúncia através da Ouvidoria do CEFET/RJ, com relação a atividade docente na Unidade Maria da Graça. Tendo sido apurada e gerando o devido encaminhamento para as instâncias superiores.

#### SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da instituição através da seção “Acesso à Informação”, onde no primeiro item há o link que permite ingressar diretamente no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, localizado no sítio [www.acessoainformacao.gov.br](http://www.acessoainformacao.gov.br), bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. Seguem os dados gerenciais e estatísticos extraídos da base de dados do sistema sobre os atendimentos prestados durante o exercício de 2014:

## Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(\*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

**Órgão(s) de referência** CEFET-RJ – Centro Federal de Educação  
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

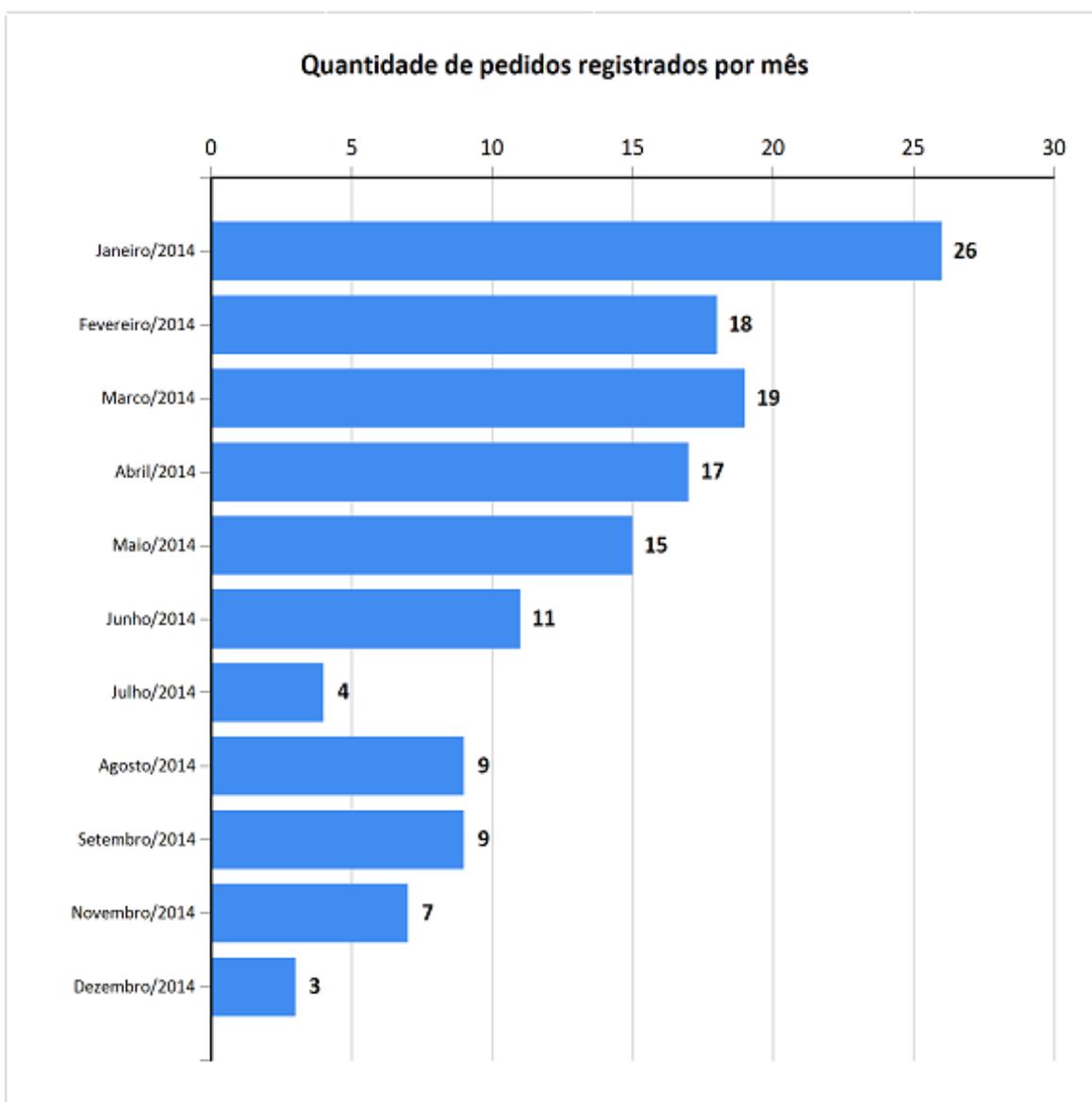
**Período de consulta:** 1/2014 a 12/2014

---

### 1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

**Quantidade de Pedidos:** 138

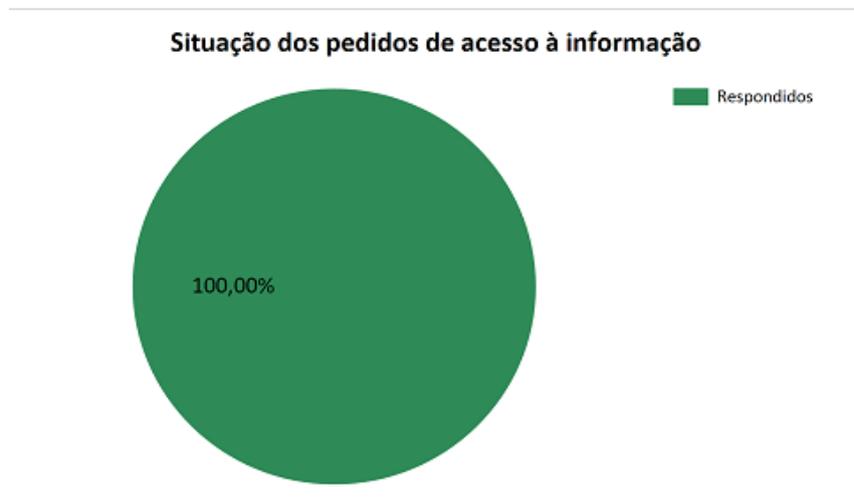
**Média mensal de pedidos:** 11,50



Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2014	26	-
Fevereiro/2014	18	-30.77%
Marco/2014	19	5.26%
Abril/2014	17	-10.53%
Maió/2014	15	-11.76%
Junho/2014	11	-26.67%
Julho/2014	4	-63.64%
Agosto/2014	9	55.56%
Setembro/2014	9	0%
Novembro/2014	7	-
Dezembro/2014	3	-57.14%
<b>TOTAL:</b>	<b>138</b>	
<b>MÉDIA:</b>	<b>11,50</b>	

## 2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	138



Características dos pedidos de acesso à informação			
<b>Total de perguntas:</b>	167	<b>Total de solicitantes:</b>	90
<b>Perguntas por pedido:</b>	1,24	<b>Maior número de pedidos feitos por um solicitante:</b>	39
		<b>Solicitantes com um único pedido:</b>	84

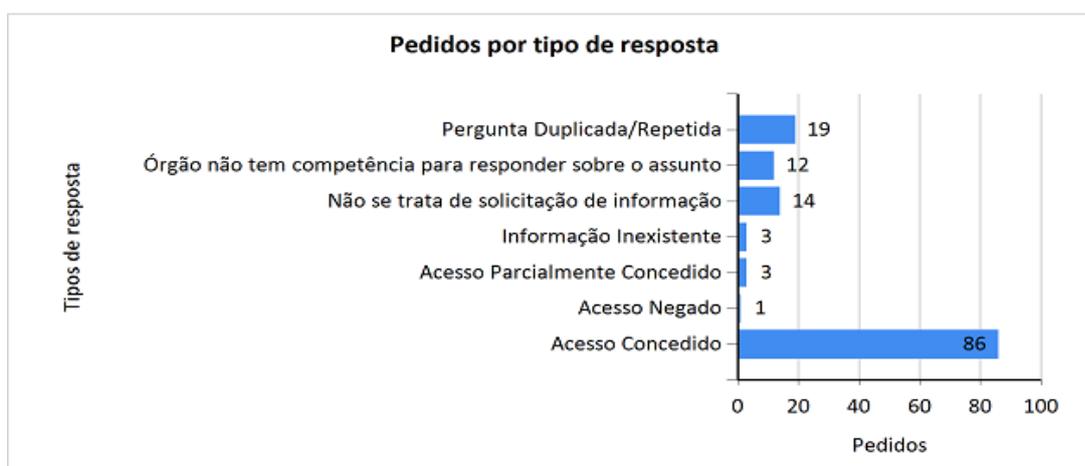
Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação profissional e tecnológica	47	34,06%
Educação - Assistência ao estudante	32	23,19%
Governo e Política - Administração pública	29	21,01%
Educação - Gestão escolar	6	4,35%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	5	3,62%
Educação - Educação superior	5	3,62%
Educação - Profissionais da educação	2	1,45%
Cultura, Lazer e Esporte - Cultura	2	1,45%
Economia e Finanças - Finanças	2	1,45%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	2	1,45%

### **3. Resposta aos pedidos de acesso à informação**

**Tempo médio de resposta:** 10,22 dias

**Prorrogações:**

Quantidade	% dos pedidos
9	6,52%



Motivos de negativa de respostas			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido desproporcional ou desarrazoado	1	100,000%	0,72%
<b>TOTAL:</b>	1	100,000%	0,72%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	122	88,41%
Correspondência eletrônica (e-mail)	8	5,80%
Buscar/Consultar pessoalmente	8	5,80%

#### **4. Perfil dos solicitantes**

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	90	100,00%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AM	1	1,11%	3
BA	2	2,22%	2
DF	1	1,11%	3
ES	2	2,22%	3
GO	2	2,22%	2
MG	5	5,56%	5
MS	1	1,11%	1
MT	1	1,11%	1
PE	2	2,22%	2
PR	2	2,22%	2
RJ	60	66,67%	61
RN	1	1,11%	1
RO	1	1,11%	1
SP	3	3,33%	3
TO	1	1,11%	1
Outros países	1	1,11%	39
Não Informado	4	4,44%	8

#### **Perfil dos solicitantes pessoa física**

Gênero	
M	54,44%
F	40,00%
Não Informado	5,56%

Escolaridade	
Ensino Médio	45,56%
Ensino Superior	18,89%
Pós-graduação	11,11%
Mestrado/Doutorado	8,89%
Não Informado	7,78%
Ensino Fundamental	6,67%
Sem instrução formal	1,11%

Profissão	
Empregado - setor privado	21,11%
Estudante	18,89%
Servidor público federal	18,89%
Outra	17,78%
Não Informado	8,89%
Professor	4,44%
Empresário/empreendedor	3,33%
Profis. Liberal/autônomo	2,22%
Servidor público municipal	2,22%
Servidor público estadual	1,11%
Pesquisador	1,11%

#### Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

##### Tipo de pessoa jurídica

### **5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório**

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

- 1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:
  - Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.
- 2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:
  - Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);
  - Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;
  - Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;
  - Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).

### 3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:

- Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
- Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)
- Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
- Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
- Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.

### 4) Perfil dos Solicitantes

- Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
  - o Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
  - o Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).

### 5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Foi observado um aumento de 38% (trinta e oito por cento) no quantitativo total de pedidos, bem como na média mensal, que passou de 7,14 para 11,50. É possível verificar por meio do gráfico apresentado, que o maior número de pedidos foi registrado durante os meses de janeiro a maio, chegando ao total de 26 (vinte e seis) pedidos em janeiro. É importante destacar que todos os pedidos foram respondidos.

Dentre as características dos pedidos, pode-se ressaltar o total de 90 (noventa) solicitantes e 167 (cento e sessenta e sete) perguntas, sendo 39 (trinta e nove) o maior número de pedidos feitos por um único solicitante.

O tema/assunto predominante dos pedidos foi Educação – Educação profissional e tecnológica, ou seja, 34% (trinta e quatro por cento) dos pedidos.

O acesso à informação foi concedido em 86 (oitenta e seis) pedidos, tendo sido negado apenas uma vez por pedido desproporcional ou desarrazoado.

Por meio dos dados, verificou-se que 100% dos solicitantes foram pessoas físicas, sendo 60% (sessenta por cento) deles localizados no Rio de Janeiro. As respostas foram enviadas pelo sistema em 88% (oitenta e oito por cento) dos casos.

## Relatório de recursos e reclamações

(\*)Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

**Órgão(s) de Referência:** CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

**Período de Consulta:** 1/2014 até 12/2014

### 1. Quadro geral dos recursos

<b>Pedidos</b>	<b>Recurso ao chefe hierárquico</b>	<b>Recursos à autoridade máxima</b>	<b>Recursos à CGU</b>	<b>Recursos à CMRI</b>
138	40	28	22	0

#### **Observações:**

(1) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

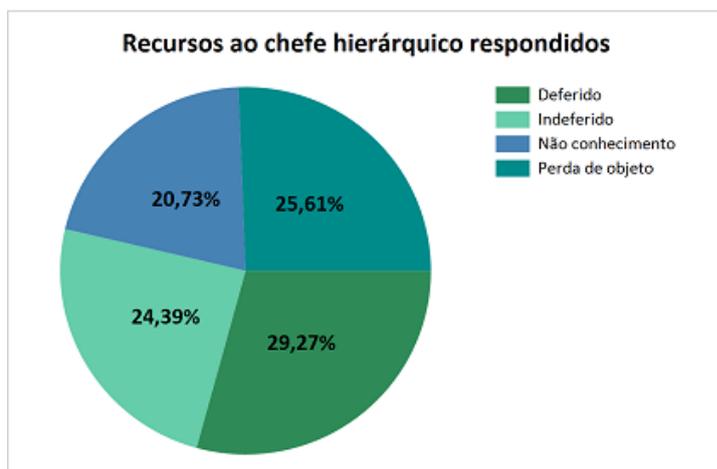
(2) Os dados referentes a recursos à CMRI que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 31 de janeiro de 2014) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

### 2. Recursos ao chefe hierárquico

**% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico:** 28,99%

**Recursos recebidos no período:** 40

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	38	95%
Deferido	11	28,95%
Indeferido	13	34,21%
Perda de objeto	14	36,84%



Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	21	52,5%
Informação incompleta	12	30%
Outros	4	10%
Informação classificada por autoridade sem competência	2	5%
Ausência de justificativa legal para classificação	1	2,5%
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	

Visão geral por mês						
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Indeferido	Perda de objeto
Janeiro/2014	26	7	0(0%)	2(28,57%)	4(57,14%)	1(14,29%)
Fevereiro/2014	18	8	0(0%)	0(0%)	8(100%)	0(0%)
Marco/2014	19	7	2(28,57%)	1(14,29%)	0(0%)	4(57,14%)
Abril/2014	17	8	0(0%)	4(50%)	0(0%)	4(50%)
Mai/2014	15	5	0(0%)	2(40%)	0(0%)	3(60%)
Junho/2014	11	2	0(0%)	0(0%)	0(0%)	2(100%)
Setembro/2014	9	1	0(0%)	0(0%)	1(100%)	0(0%)
Novembro/2014	7	2	0(0%)	2(100%)	0(0%)	0(0%)
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

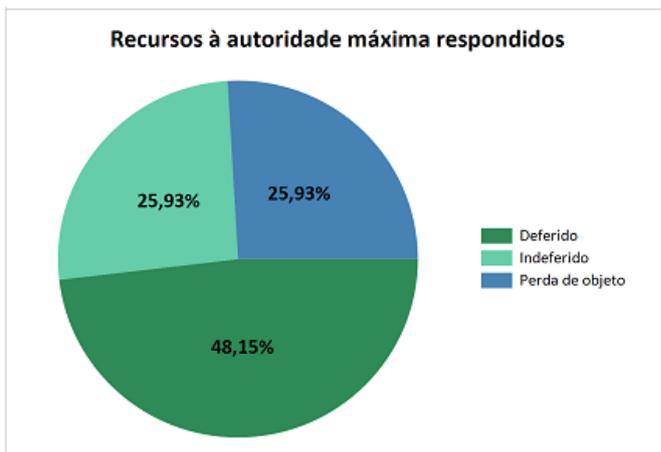
### 3. Recursos à autoridade máxima

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 20,29%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima 70%

Recursos recebidos no período: 28

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	27	96,43%
Deferido	13	48,15%
Indeferido	7	25,93%
Perda de objeto	7	25,93%



Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	14	50%
Informação incompleta	8	28,57%
Outros	5	17,86%
Informação classificada por autoridade sem competência	1	3,57%
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	

Visão geral por mês						
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Indeferido	Perda de objeto
Janeiro/2014	26	6	0(0%)	5(83,33%)	1(16,67%)	0(0%)
Fevereiro/2014	18	8	0(0%)	3(37,5%)	5(62,5%)	0(0%)
Marco/2014	19	6	1(16,67%)	5(83,33%)	0(0%)	0(0%)
Abril/2014	17	7	0(0%)	0(0%)	0(0%)	7(100%)
Setembro/2014	9	1	0(0%)	0(0%)	1(100%)	0(0%)
<b>TOTAL</b>		<b>28</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

#### 4. Recursos à CGU

Recursos recebidos no período:	22
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU:	15,94%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU:	55%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU:	78,57%

**Recursos à CGU respondidos**

Total Respondidas:	17	77,27%
Não conhecimento	17	100%


**Motivos para interposições de recursos à CGU**

Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	12	54,55%
Informação classificada por autoridade sem competência	4	18,18%
Outros	3	13,64%
Informação incompleta	2	9,09%
Autoridade classificadora não informada	1	4,55%
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	

**Visão geral por mês**

Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Não conhecimento
Janeiro/2014	26	5	2(40%)	3(60%)
Fevereiro/2014	18	7	2(28,57%)	5(71,43%)
Marco/2014	19	5	1(20%)	4(80%)
Abril/2014	17	4	0(0%)	4(100%)
Setembro/2014	9	1	0(0%)	1(100%)
<b>TOTAL</b>		<b>22</b>	<b>5</b>	<b>17</b>

**5. Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações**

Recursos recebidos no período:	0
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos à CGU que geraram recursos à CMRI:	0%

## **6. Reclamações**

<b>Reclamações no período:</b>	0
<b>% de pedidos que geraram reclamações:</b>	0%
<b>% de reclamações respondidas:</b>	0
<b>% de reclamações não respondidas ou em tramitação:</b>	0
<b>% de reclamações que geraram recursos:</b>	0

## **7. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório**

Este relatório está dividido em 6 (seis) seções, descritas abaixo.

O critério utilizado para a contagem mensal dos recursos existentes considera a data de entrada do pedido ao qual o recurso se refere, e não a data de ingresso do recurso no sistema. Com isso, é possível, efetivamente, analisar o percentual de pedidos que sofreram recursos mês a mês. Portanto, ao utilizar como período de referencia, por exemplo, o mês Julho/2012, serão exibidos dados de recursos referentes a pedidos realizados no período selecionado.

### 1) Quadro geral dos recursos:

- Síntese por instância (total de pedidos, quantidade de recursos interpostos à autoridade superior, à autoridade máxima e à Controladoria-Geral da União)

### 2) Recursos à autoridade superior:

- Total de recursos recebidos e percentual referente ao montante global de pedidos;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

### 3) Recursos à autoridade máxima do órgão ou entidade:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos e de recursos endereçados à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc)
- Visão geral da instância por mês

### 4) Recursos à Controladoria-Geral da União:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à autoridade máxima e à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

#### 5) Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI):

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à Controladoria-Geral da União, à autoridade máxima e à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

#### 6) Reclamações:

- Total de reclamações recebidas no período
- percentual de pedidos que geraram reclamações
- percentual de reclamações que geraram respostas
- percentual de reclamações que geraram recursos
- Visão geral das reclamações por mês, inclusive com omissões

#### 7) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Foi possível notar que dos 138 pedidos feitos ao longo do ano de 2014, foram gerados 40 recursos ao chefe hierárquico, ou seja, 28,99%. Desses, 28 geraram recurso à autoridade máxima, o que significa 20,29%. Por fim, 22 geraram recurso junto à CGU, tendo sido 100% não conhecidos.

## PROTOCOLO GERAL

Encontra-se disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ, o Setor de Protocolo Geral. Este setor é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, com os assuntos mais diversos possíveis, bem como a distribuição dos citados processos aos setores competentes, e ainda constitui a interface de comunicação oficial via processos e documentos em geral entre as unidades. No ano de 2014 foram protocolados 3.707 (três mil, setecentos e sete) processos. Ressalta-se que foi implantado no exercício de referência o Sistema de Acompanhamento de Processos-SAP que abrange todas as Unidades da UJ.

---

---

### 3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

---

---

Como uma unidade que presta serviços diretamente ao cidadão, o CEFET/RJ, conforme previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6932/2009, deve elaborar e divulgar sua Carta de Serviços ao Cidadão com o detalhamento do caminho de acesso ao seu conteúdo no sítio eletrônico da instituição, dentre outras informações do Centro.

Entretanto, considerando que a instituição sofreu significativa expansão em sua estrutura, tal documento ainda encontra-se em processo de elaboração e confecção, passando ainda por constantes atualizações, sendo portanto amplamente divulgado tão logo esteja pronto.

---

### **3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços**

---

O CEFET/RJ utiliza como mecanismo para medida de satisfação o Relatório Final de Auto Avaliação Institucional. A instituição participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004. Dentre as modalidades de instrumentos de avaliação, vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos a auto avaliação da instituição coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que dá origem a relatórios anuais.

O relatório produzido a partir da auto avaliação leva em consideração dez dimensões previstas pela lei, o que auxilia na tomada de decisões pois contem análises, críticas e sugestões. As dimensões são: A missão e o PDI; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; política de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira.

Entretanto, a fim de medir a satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, mais especificamente docentes, alunos da graduação e servidores técnico-administrativos, foram levadas em consideração apenas duas dimensões:

- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estimular a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. No tocante ao aspecto de ENSINO-GRADUAÇÃO, foram levadas em consideração todas as questões propostas voltadas para a graduação; e

- Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Relativamente a esta dimensão, foram considerados apenas os aspectos avaliados referentes à adequação da infraestrutura da instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Faz-se necessário destacar que a avaliação considerada para fins deste relatório foi a avaliação correspondente ao ano de 2012, visto ter sido a última a ser realizada. Para fins do relatório do exercício de 2013, foram utilizados os relatórios referentes aos anos de 2010 e 2011.

Seguem os resultados obtidos considerando as dimensões apontadas para fins de medida de satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, conforme descrito:

#### **Auto Avaliação Institucional 2012**

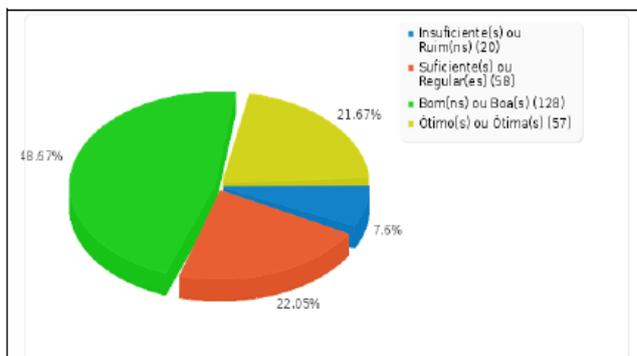
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

De acordo com o citado, foram consideradas apenas as questões referentes ao aspecto avaliado ENSINO-GRADUAÇÃO.

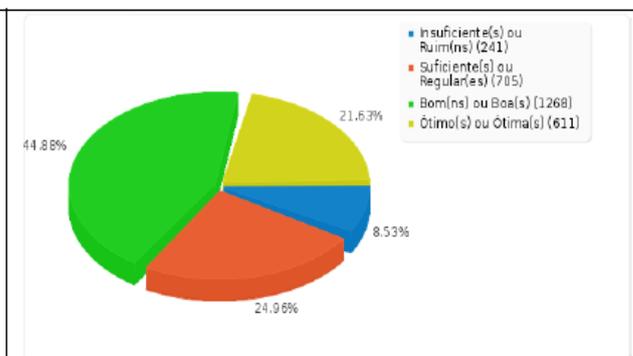
**Questão comum aos docentes e alunos:**

➡ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

**Docentes**

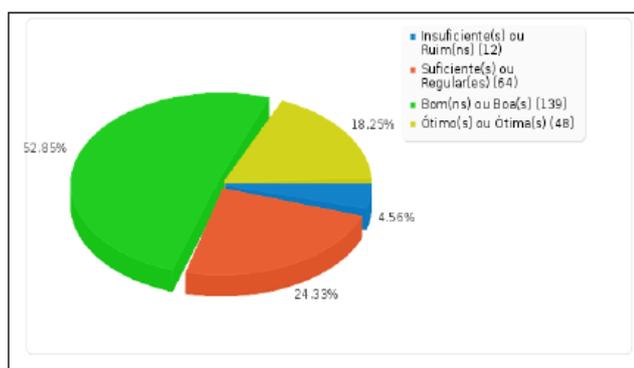


**Alunos-Graduação**



**Questão específica aos docentes**

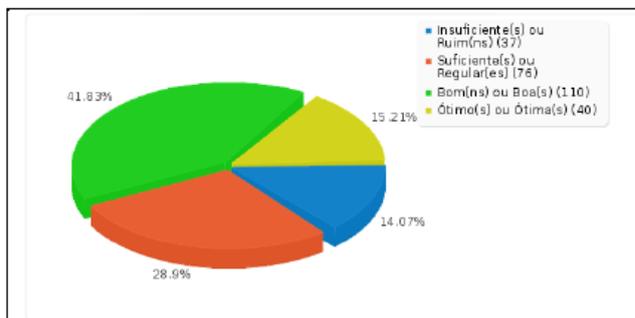
➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



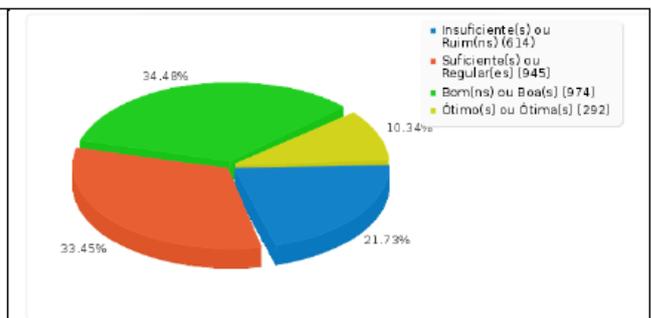
### Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

**Docentes**

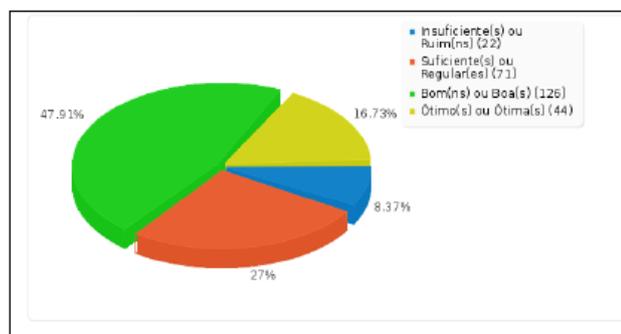


**Alunos-Graduação**



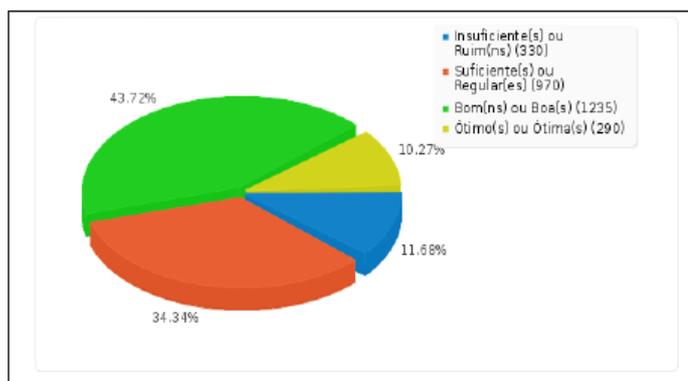
### Questão específica aos docentes

➡ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

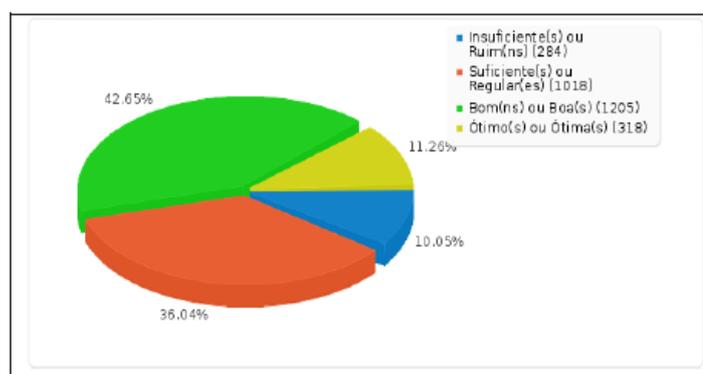


### Questões específicas aos alunos

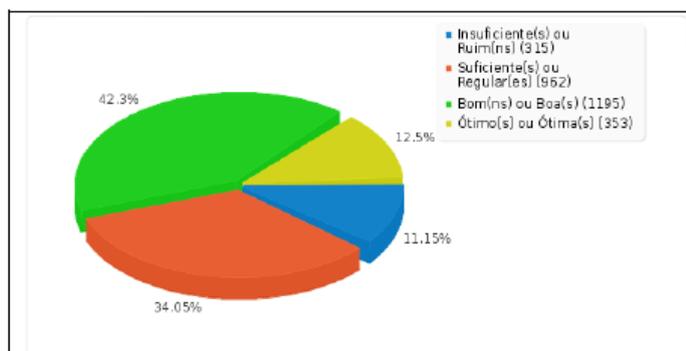
☛ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



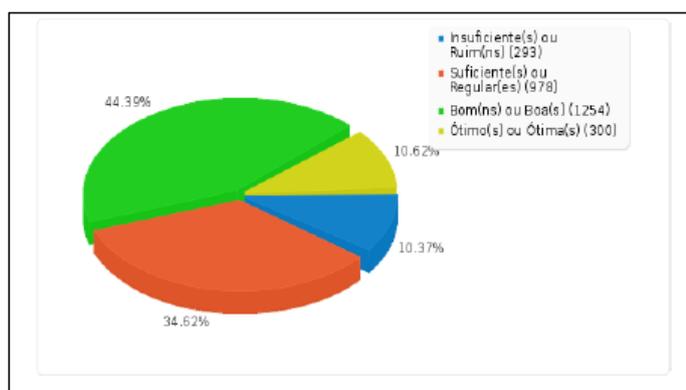
☛ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



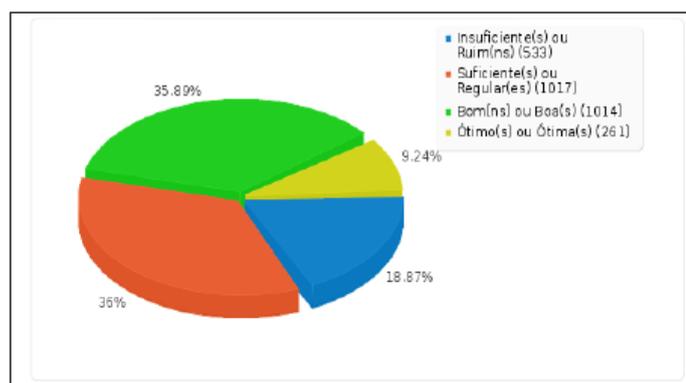
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



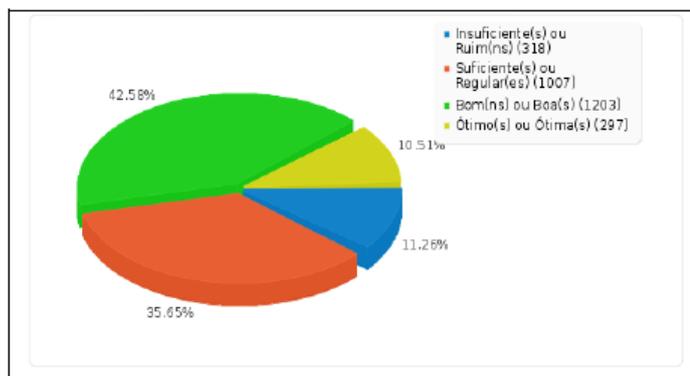
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



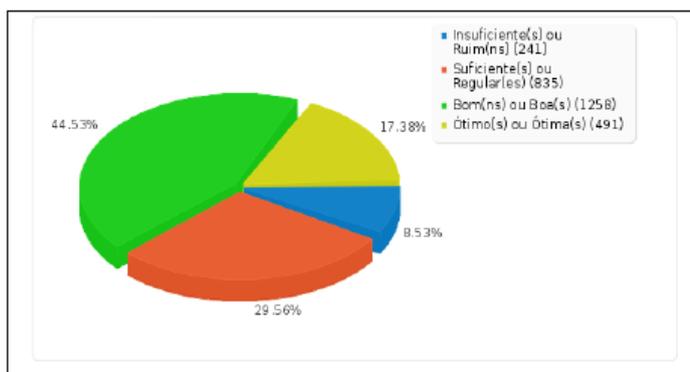
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



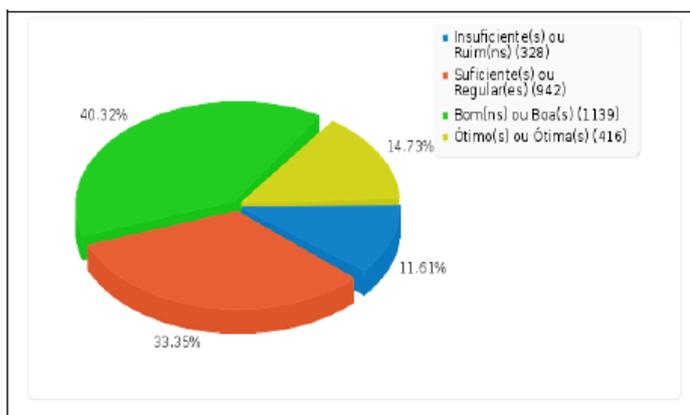
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...

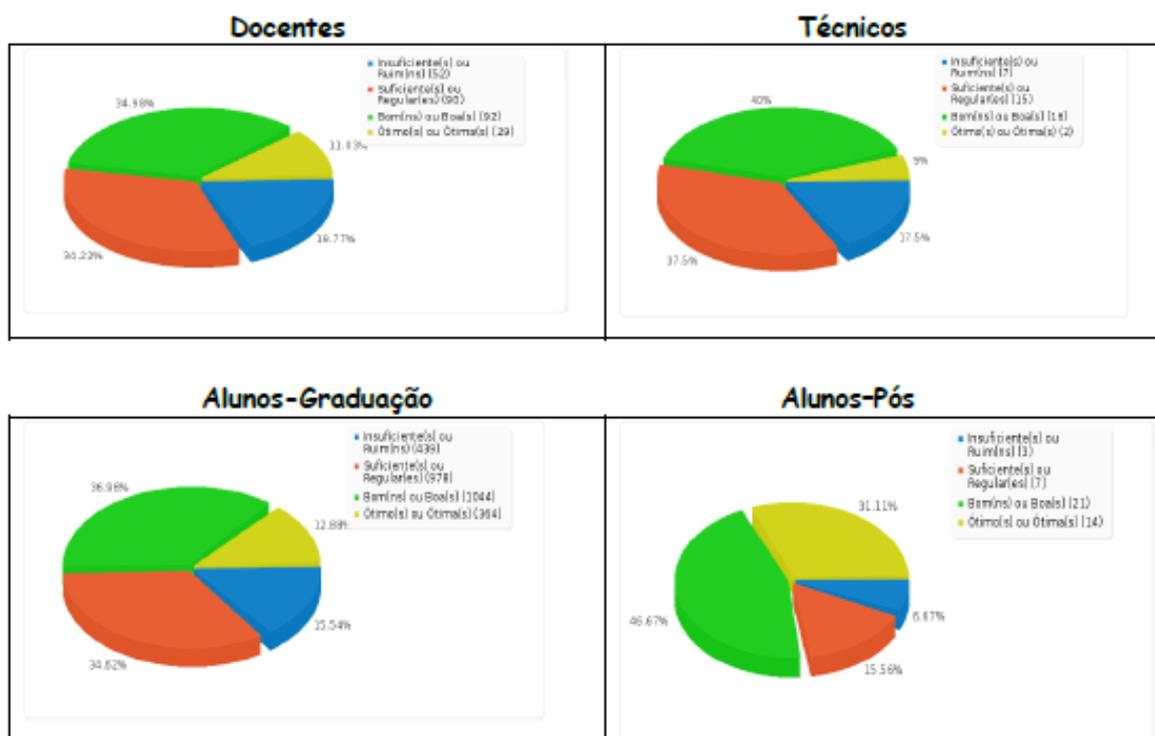


Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Segundo já informado, foi considerada apenas as questões que compuseram o aspecto avaliado a.1), ou seja, “Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:**

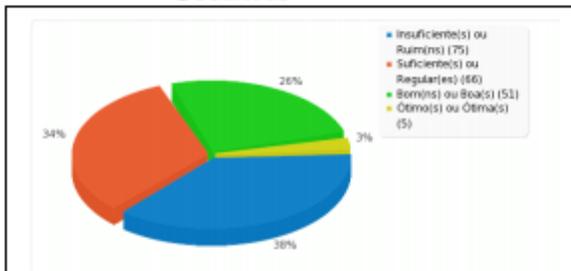
⇒ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...



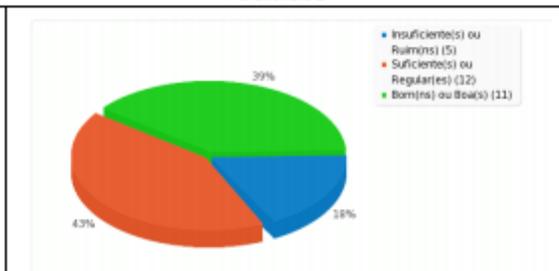
**Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:**

➔ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...

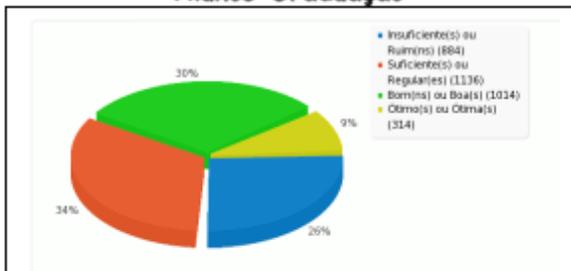
**Docentes**



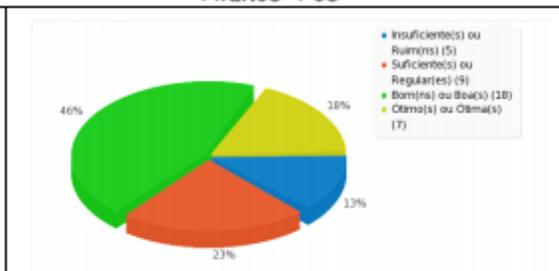
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

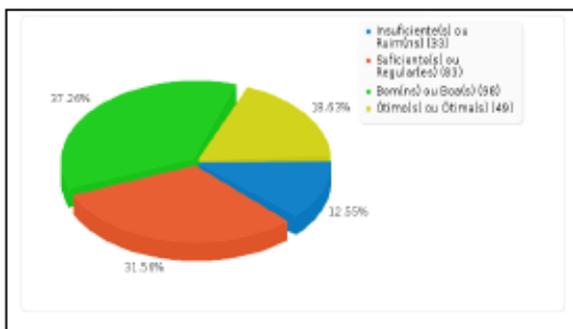


**Alunos-Pós**

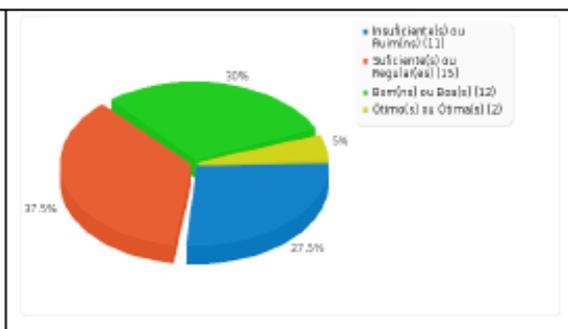


➔ As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...

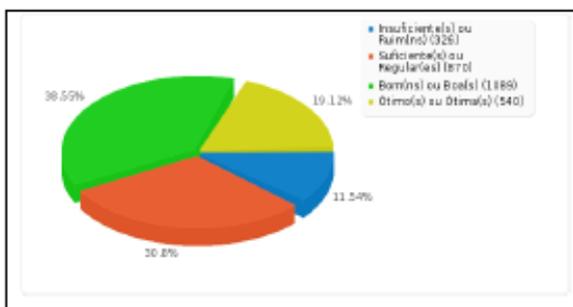
**Docentes**



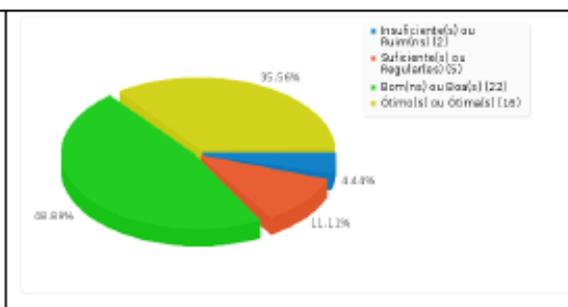
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

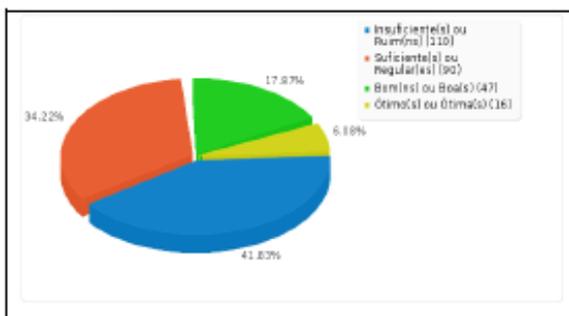


**Alunos-Pós**

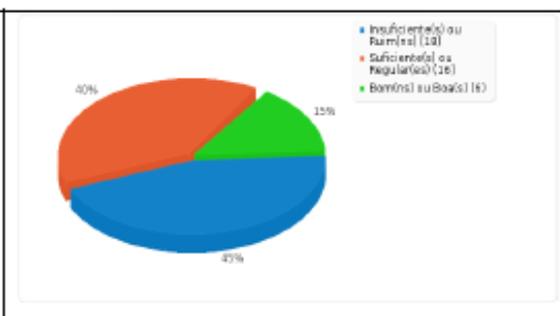


⇒ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

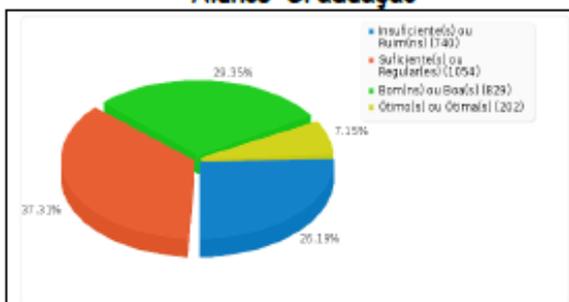
**Docentes**



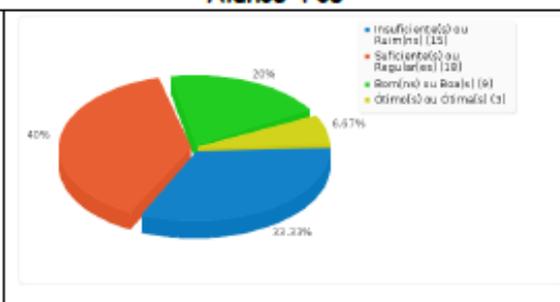
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

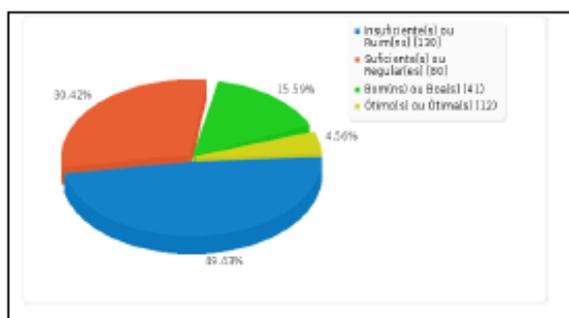


**Alunos-Pós**

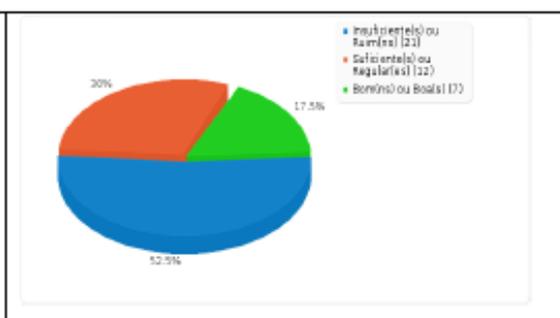


⇒ As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

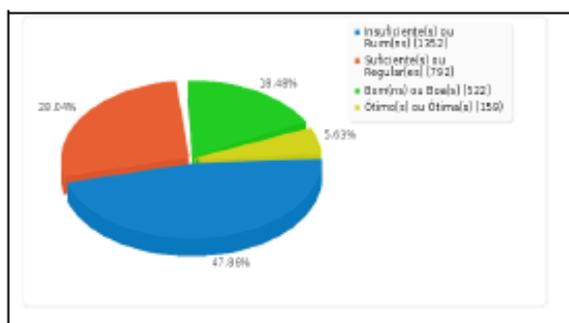
**Docentes**



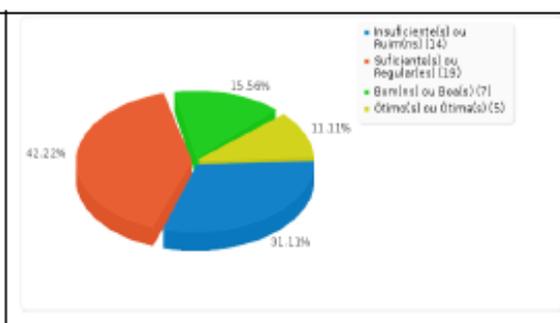
**Técnicos**



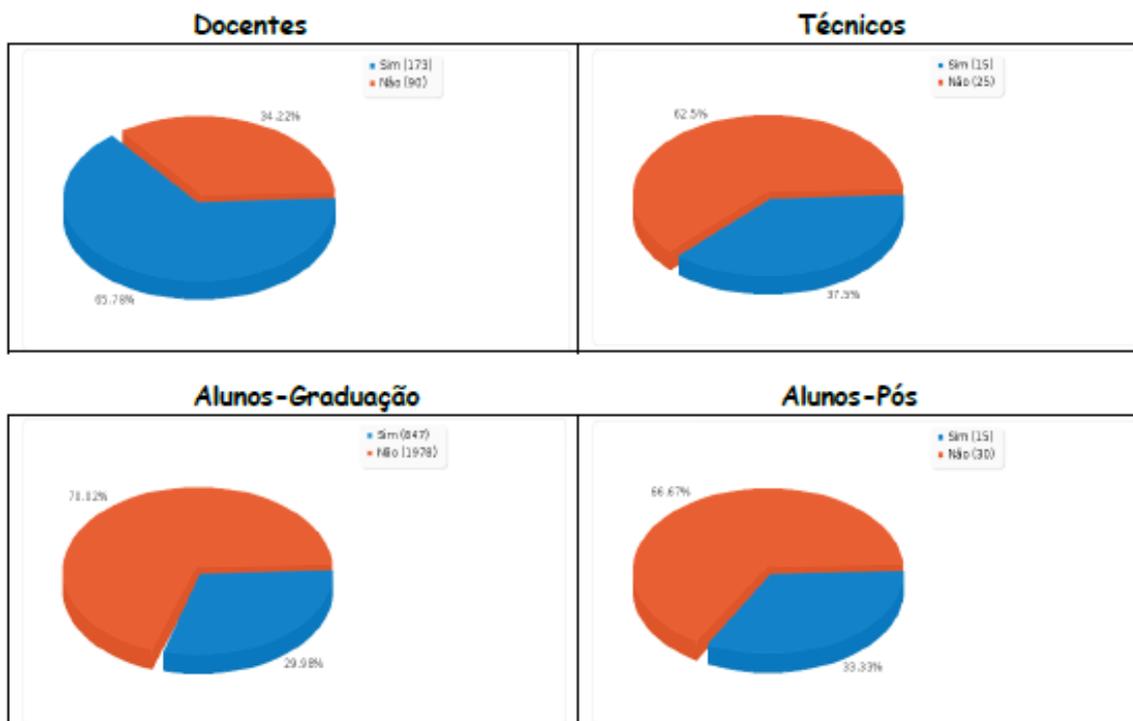
**Alunos-Graduação**



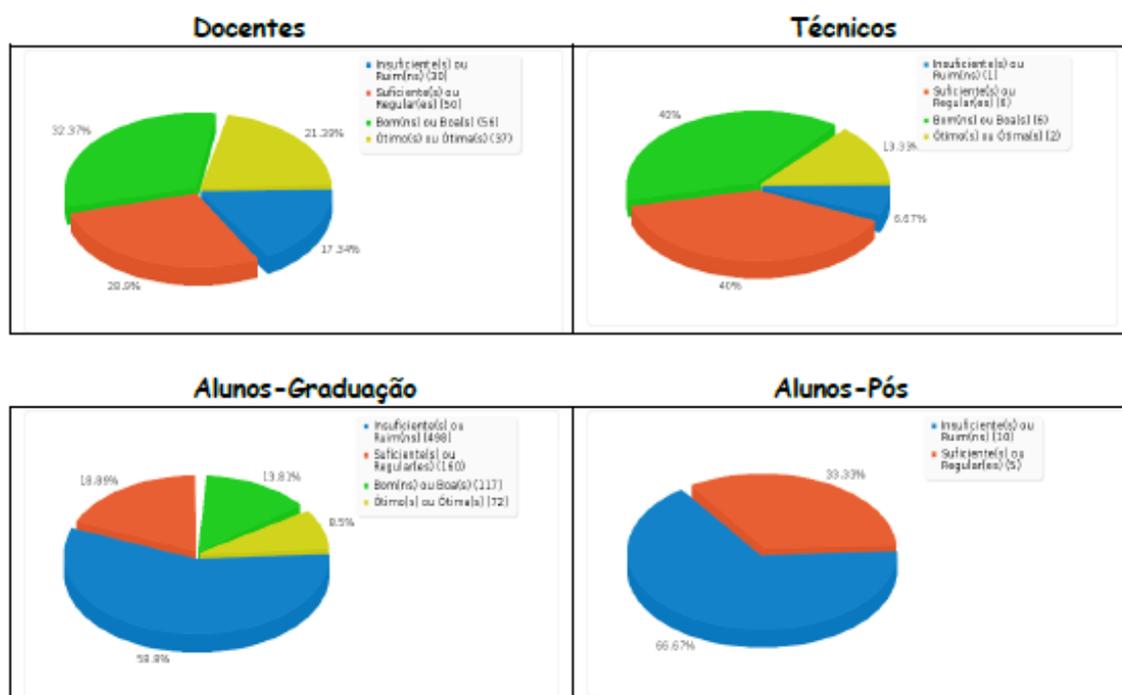
**Alunos-Pós**



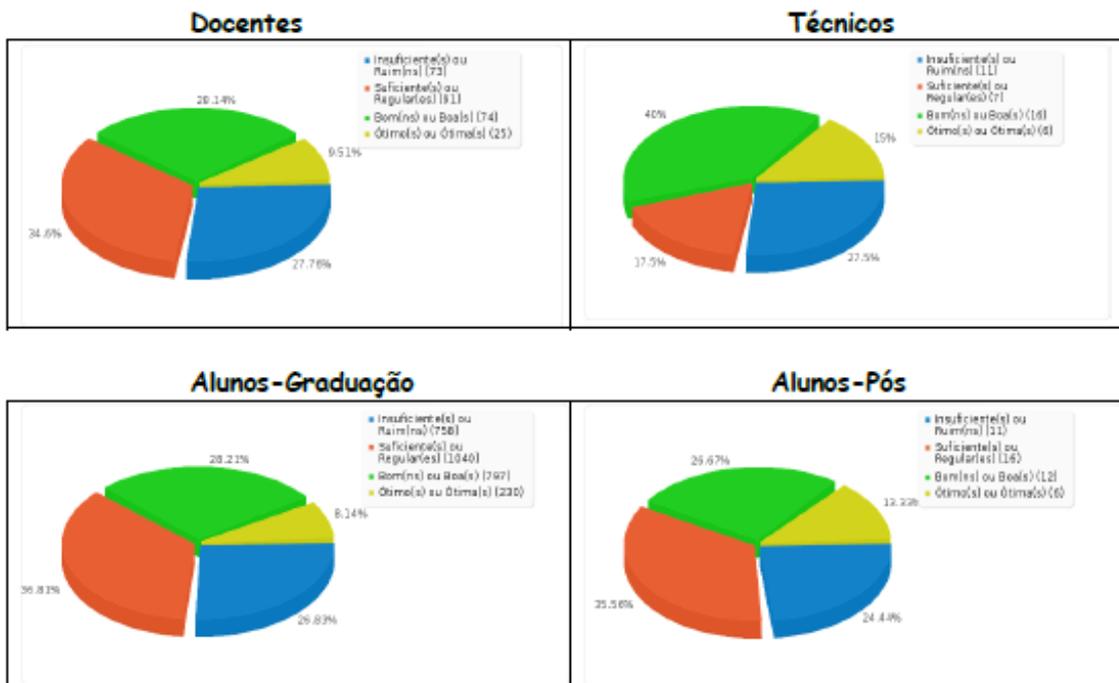
Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET/RJ? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.



As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma... (Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):

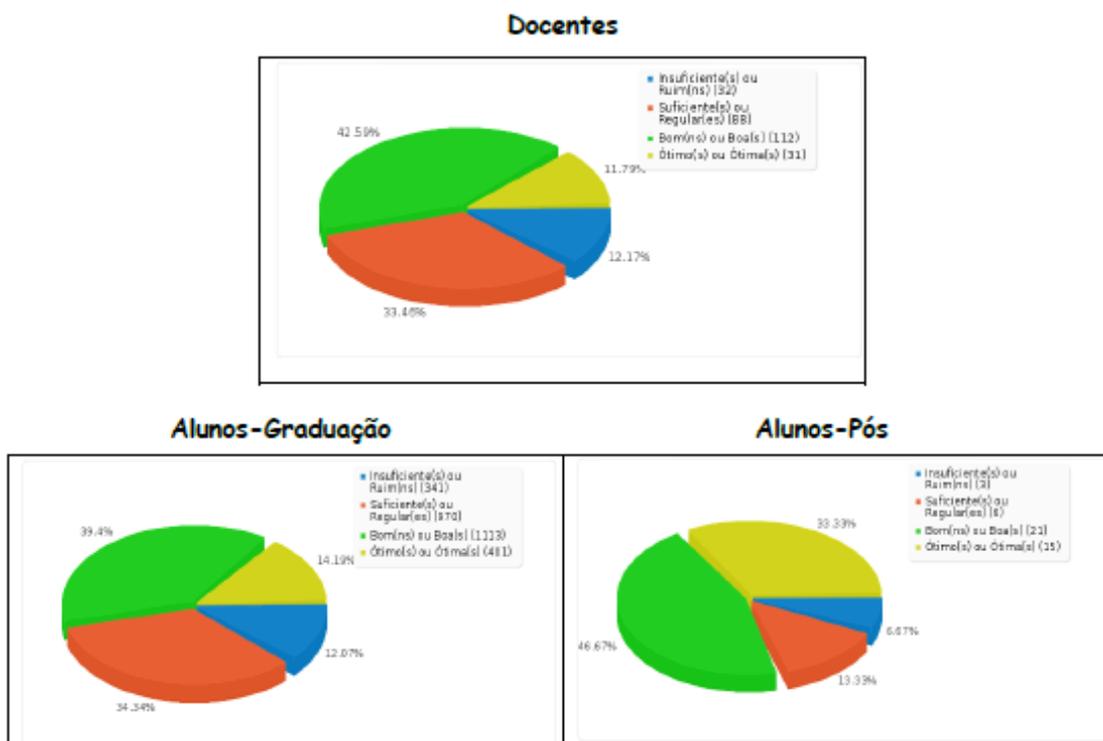


⇒ Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



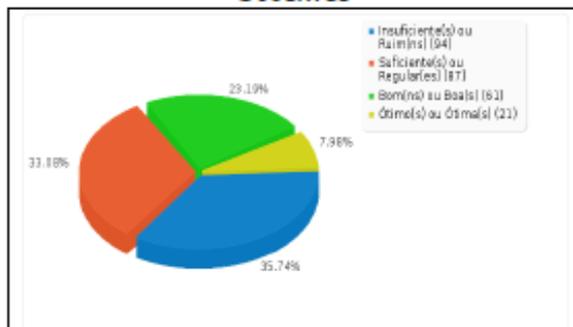
**Questões comuns aos docentes e alunos:**

⇒ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

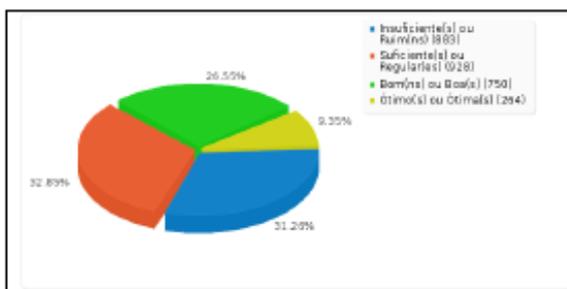


⇒ Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

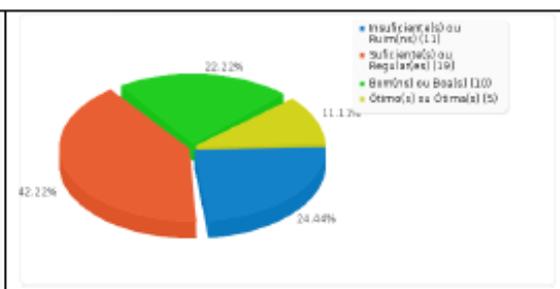
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

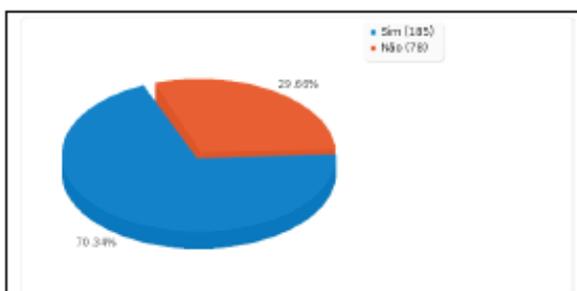


**Alunos-Pós**

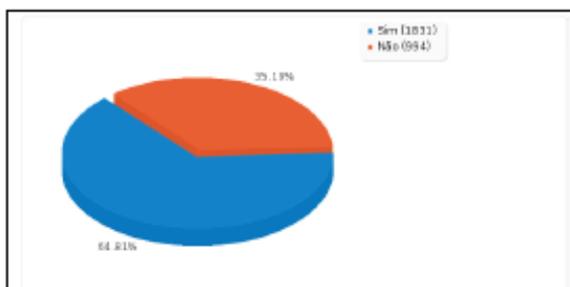


⇒ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

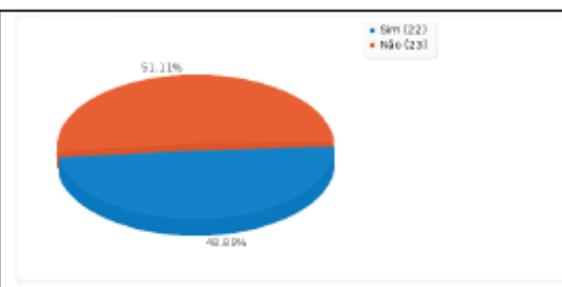
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

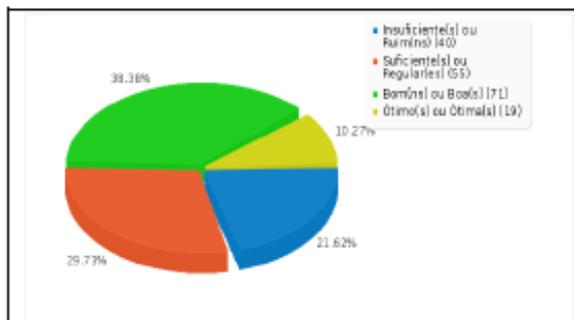


**Alunos-Pós**

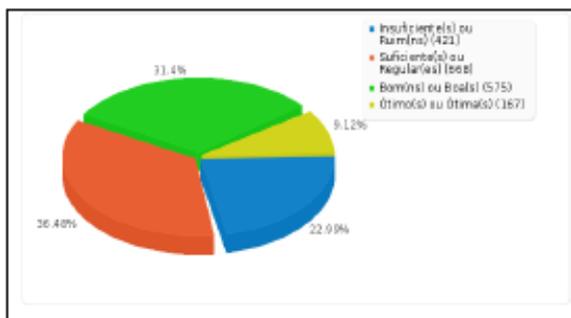


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

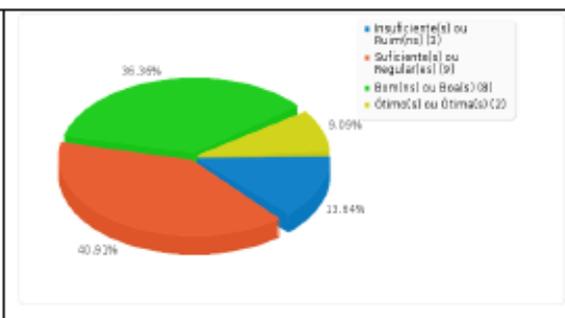
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

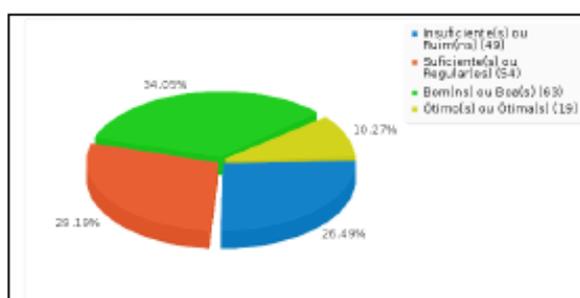


**Alunos-Pós**

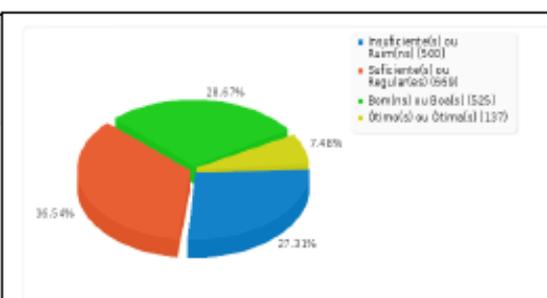


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem aos equipamentos e/ou materiais disponíveis para o número de estudantes, podem ser avaliados como...

**Docentes**

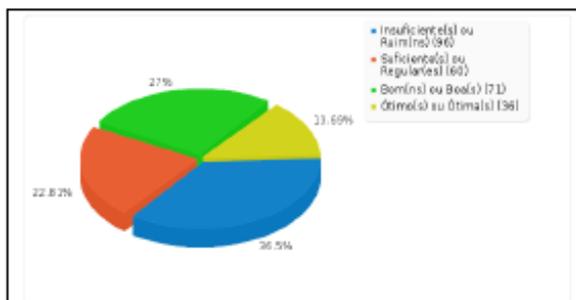


**Alunos-Graduação**

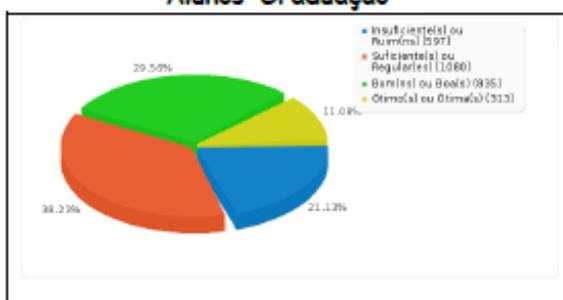


⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

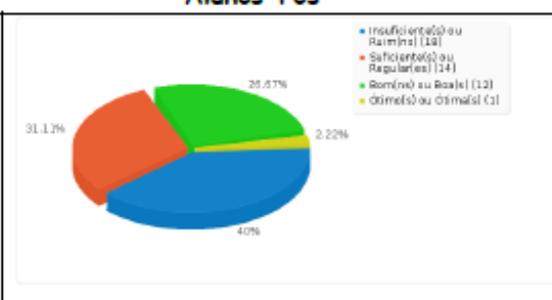
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

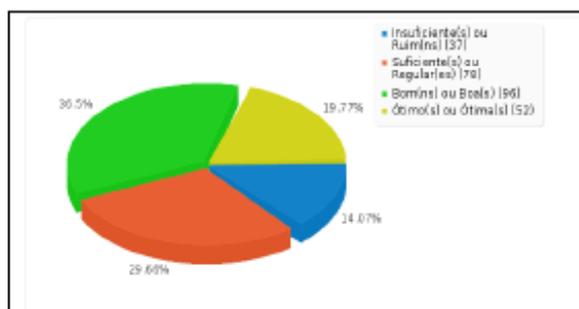


**Alunos-Pós**

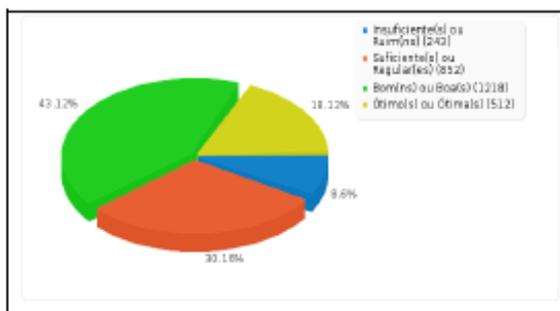


⇒ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma....

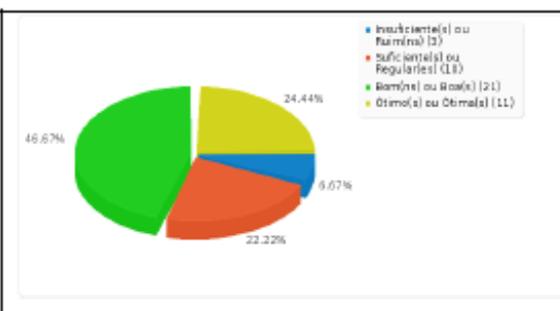
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

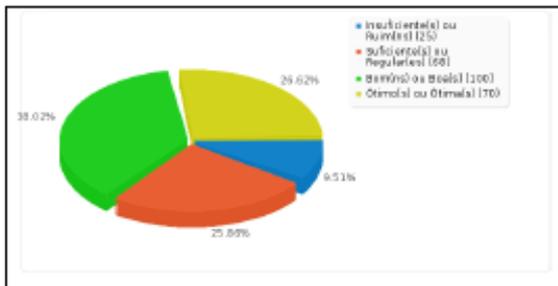


**Alunos-Pós**

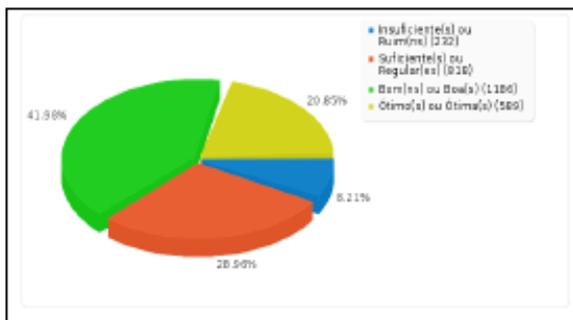


⇒ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como....

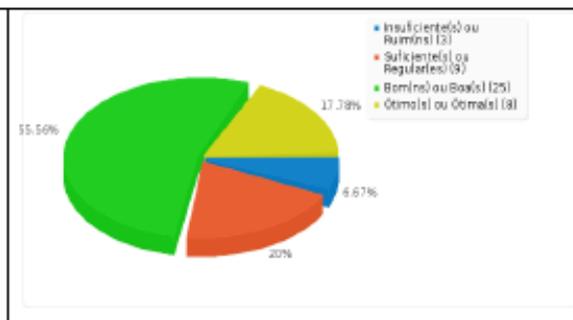
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

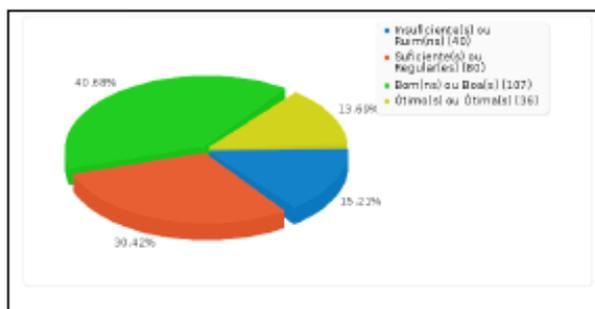


**Alunos-Pós**

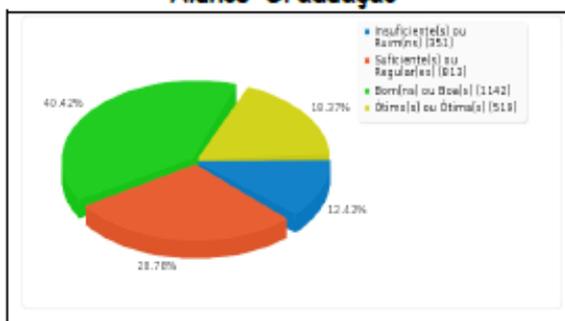


⇒ Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

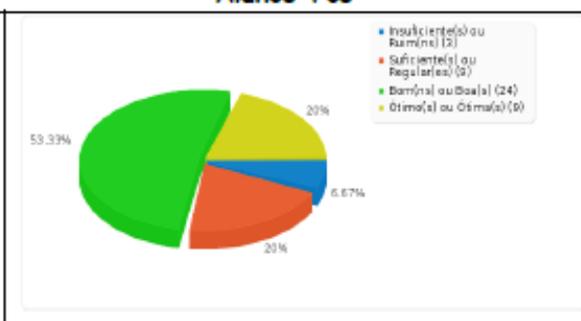
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

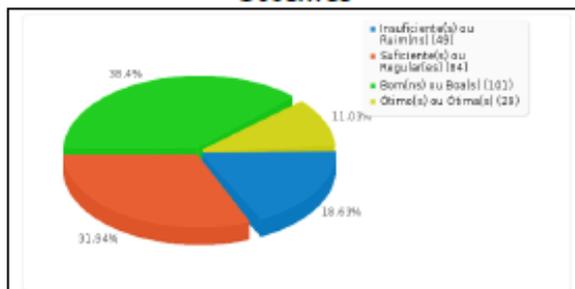


**Alunos-Pós**

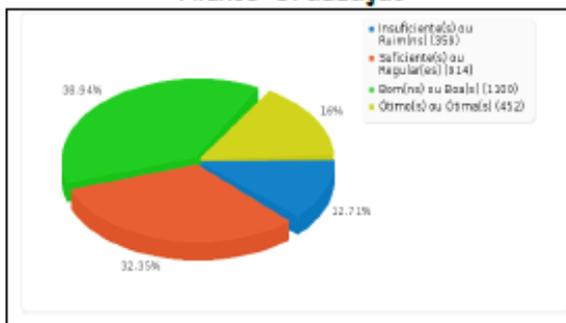


⇒ A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como...

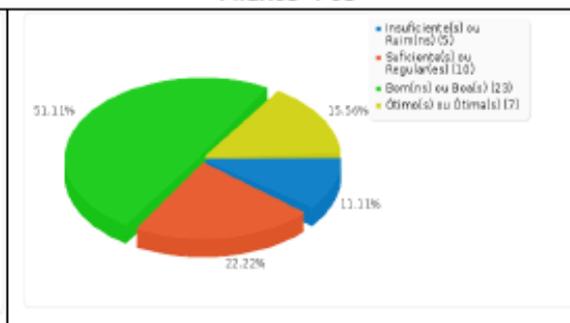
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

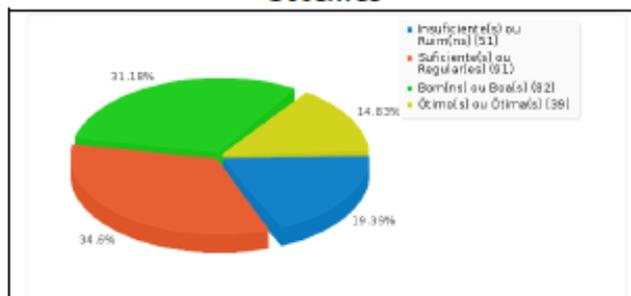


**Alunos-Pós**

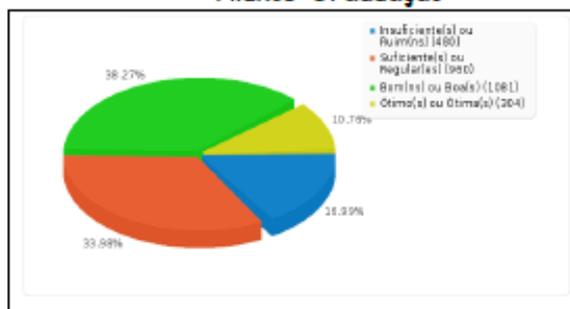


⇒ Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

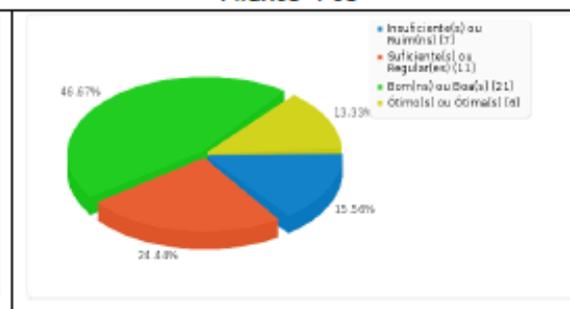
**Docentes**



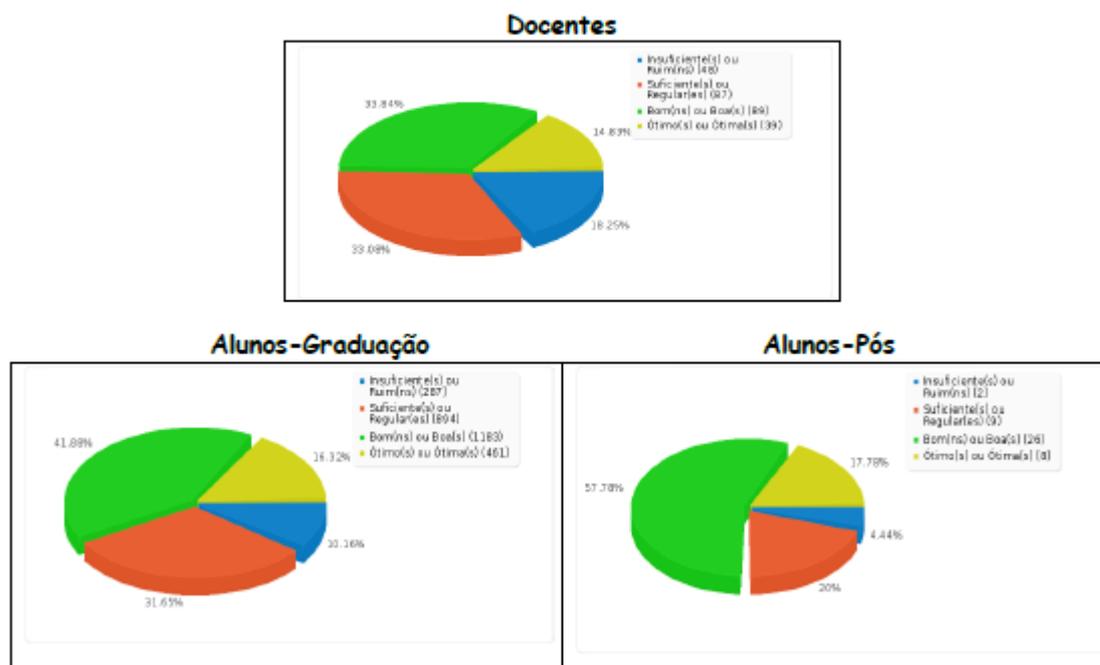
**Alunos-Graduação**



**Alunos-Pós**



⇒ O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....



O caráter público inclusivo do CEFET/RJ sucinta uma demanda específica no que tange a questão da proposta do fornecimento de alimentação para os estudantes das oito unidades do CEFET/RJ. Projetos que atendam a especificidade de cada região estão sendo desenvolvidos para atender essa demanda, isso inclui obras para a construção de espaços físicos, compra de equipamentos e contratação de uma empresa que se responsabilize pelo restaurante estudantil, dentre outros. Em contrapartida, o CEFET/RJ hoje já dispõe de uma infraestrutura oferecida para os estudantes que comporta um local para descarga e disposição das quentinhas, rede elétrica para fornecimento de energia a equipamentos, pia com rede de esgoto e espaço climatizado com mesas e cadeiras.

Quanto aos desafios que a Biblioteca do CEFET/RJ enfrenta, destaca-se a digitalização das referências de suas obras. O sistema SOPHIA, adquirido no ano de 2009 e cujo início da alimentação de dados se deu em 2010, é de suma importância para que as obras pertencentes à instituição sejam catalogadas, e disponibilizar para a comunidade acadêmica e demais interessados. Há ainda o estudo da necessidade de compra e renovação do acervo atrelada a reformulação e implantação de novos projetos pedagógicos.

As recentes contratações feitas no CEFET/RJ concluídas em 2015 privilegiaram o suporte ao atendimento estudantil principalmente nas áreas de apoio pedagógico, psicológico e médico. Essas áreas estão se reestruturando e criando projetos de reforço escolar, suporte a atividade estudantil, diminuição da evasão e integração através da extensão estudantil.

Além disso, reconhecido por sua excelência em unir a prática à teoria, o CEFET/RJ investiu na modernização de seus laboratórios. Em 2014, esses investimentos foram feitos no intuito modernizar os laboratórios que atendem cursos que passariam por avaliações do MEC (nos casos de dar suporte ao credenciamento de cursos existentes e novos cursos).

Tendo em vista que a escola tem como principal objetivo o ensino, exercendo, portanto, papel importante na formação do indivíduo, os espaços escolares devem ser capazes de favorecer o desenvolvimento deste conceito pelos usuários e atender as diversas necessidades ambientais. Os dados coletados durante 2014, de conforto térmico, temperatura e a umidade relativa do ar, fazem parte da proposta das obras de adaptação e construção. Já as medições acústicas feitas municiam a

caracterização através de obras e compras de equipamentos de um ambiente propício para o aprendizado. Não obstante, foi feito um investimento em equipamentos de exposição e interatividade nas salas de aulas, que também sofreram uma troca de mobiliário.

Os esforços em termos de obras de acessibilidade se concentraram na mobilidade e aparelhagem das instalações, mas constituem em um desafio permanente para uma instituição de 98 anos e que precisa se preparar para ser mais inclusiva.

Por fim, destacamos a ampliação dos Cursos de Graduação e a consolidação do Ensino Integrado, que refletem o esforço feito em 2014 em relação a reuniões pedagógicas mensais, e demais assembleias de colegiados, com a finalidade de gerar ou renovar o conteúdo programático dos cursos, dando suporte as iniciativas de atualização ou produção de novos projetos pedagógicos.

---

### **3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada**

---

O CEFET/RJ possui um portal de acesso às informações do Centro disponível no endereço [www.cefet-rj.br](http://www.cefet-rj.br). Neste portal encontram-se acessíveis diversas informações, tais como: referentes a estrutura organizacional do Centro e de suas unidades descentralizadas; aos concursos de provimento de cargos; relacionadas aos cursos oferecidos e os respectivos concursos de ingresso; e notícias e documentos de interesse da comunidade.

Quanto às informações referentes a sua atuação e que contribuem com a transparência da gestão, estas podem ser acessadas por meio dos links:

[http://portal.cefet-rj.br/files/instituicao/outros/novo\\_estatuto.pdf](http://portal.cefet-rj.br/files/instituicao/outros/novo_estatuto.pdf)

<http://portal.cefet-rj.br/a-instituicao/conselho-diretor.html>

<http://portal.cefet-rj.br/a-instituicao/conselho-de-ensino-pesquisa-e-extensao.html>

<http://portal.cefet-rj.br/desenvolvimento-institucional/pdi.html>

É possível destacar que devido a dinamicidade da instituição, que sofreu significativa expansão em sua estrutura, bem como das informações, a necessidade de atualização é constante. Sendo assim, o sítio ainda encontra-se em processo de elaboração e atualização das informações disponíveis.

---

### **3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada**

---

Como uma unidade que presta serviços diretamente ao cidadão, o CEFET/RJ, conforme previsto no art. 12 do Decreto 6932/2009, deve aplicar periodicamente pesquisa de satisfação junto aos usuários de seus serviços, notadamente em relação ao cumprimento de compromisso e dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão.

Entretanto, considerando que a instituição sofreu significativa expansão em sua estrutura, conforme citado no item 3.2, a Carta de Serviços ao Cidadão ainda encontra-se em processo de elaboração e confecção, não tendo sido possível operacionalizar uma pesquisa sobre a satisfação dos usuários dos serviços prestados, visto ainda não terem sido consignados parâmetros pelo citado instrumento.

---

### **3.6 Medidas Relativas à acessibilidade**

---

Relativamente às adaptações do sistema CEFET/RJ à legislação de acessibilidade, destaca-se que diversos serviços foram realizados nas unidades do Centro com o objetivo de atender exigências de acessibilidade apontadas anteriormente pelo Ministério Público Federal, bem como outras detectadas pelos profissionais responsáveis lotados na Instituição.

Em 2013, foi concluído o macro Projeto de Acessibilidade que contempla todas as obras necessárias em todas as unidades pertencentes ao sistema CEFET/RJ, tendo sido aberto o Processo nº 23063.002754/2013-98 para sua execução, no valor de R 6.177.549,94. Foram incluídos em novas obras do Centro serviços que vem alterando o perfil dos edifícios, respeitando a legislação vigente no que tange à acessibilidade.

É possível ressaltar alguns serviços já realizados ou em andamento, tais como:

- Construção de banheiro para deficientes no pátio da unidade Maracanã, bloco C;
- Construção de banheiro para deficiente no térreo do Bloco A, unidade Maracanã;
- Adaptação das salas de aula do 2º pavimento do Bloco D, com abertura de novas portas com o tamanho correto e visor;
- Inclusão de espaço para cadeirantes e inclusão de cadeiras para obesos no Auditório 1 da unidade Maracanã;
- Construção de novo bloco de salas de aula, laboratórios e auditórios, com 6 pavimentos, totalmente adequado à legislação vigente para o uso de pessoas com necessidades especiais.

Por último, é necessário salientar que muitas das medidas adotadas encontram-se voltadas para a unidade Maracanã devido a antiguidade das instalações, o que não ocorre nas demais.

## 4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

### 4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

Ao atuar como instituição de ensino pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento, capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Com unidade-sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, as atividades acadêmicas do CEFET/RJ se estendem a mais sete Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs): uma no município de Nova Iguaçu, alcançando a população da Baixada Fluminense; outra, em Maria da Graça, antiga região industrial do Rio de Janeiro servida de linhas de ônibus e metrô com acesso ao subúrbio e municípios vizinhos; duas nas cidades de Petrópolis e Nova Friburgo, polos de tecnologia, moda e turismo na Região Serrana do Estado; duas em Itaguaí e Angra dos Reis, municípios da Região da Costa Verde e uma no município de Valença, antiga região cafeeira. Em cada Unidade têm-se como definição de cursos a serem implementados a caracterização da realidade local e o comportamento do mercado produtivo apresentando o cenário prospectivo do mundo industrial. As mudanças de cenários ocorridas por conta dos setores das áreas de tecnologia, petróleo, gás, alimentos, portos, saúde e turismo inseridos no mundo globalizado, refletem na definição de escolha e oferta dos cursos.

Cumprir à Instituição fomentar o debate no sentido do desenvolvimento, frente a realidade econômica e social que se apresenta, sendo comum a consideração da falta de mão-de-obra qualificada ainda como grande gargalo (comparável ao da infraestrutura) para o desenvolvimento do país. A formação de técnicos e engenheiros, entre outros profissionais, faz parte da retomada de investimentos. Os parceiros do Sistema S e as Escolas Técnicas Estaduais e privadas possuem produtos e serviços similares ao do CEFET/RJ.

No sistema *multicampi* são oferecidos cursos regulares de ensino médio, educação profissional técnica e graduação, atendendo a mais de 13.000 alunos/ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. Junto a estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação a distância.

São seis os programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Tecnologia; Ensino de Ciências e Matemática; Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais; Engenharia Elétrica; Ciência, Tecnologia e Educação, e Relações Etnicorraciais, cada qual com no mínimo um curso de mestrado, e, dois cursos de doutorado, sendo um em Ciência, Tecnologia e Educação e outro em Instrumentação e Óptica Aplicada, iniciado em 2015.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da CAPES, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e, em especial, os cursos técnicos.

Como instituição de educação superior, o CEFET/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de

ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da CAPES, DAAD, FIPSE e outras agências.

A evolução institucional correspondeu a progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras –do ensino básico, técnico e tecnológico, e do magistério superior –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcança os patamares exigidos das universidades.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

## **5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.**

---

### **5.1 Planejamento da unidade**

---

O Centro foi dividido em 15 centros de ações (CA), sendo sete sistêmicos (CS) e oito responsáveis por ações localizadas específicas (CE). Dentre os centros sistêmicos, dois eram responsáveis exclusivamente pelos macroprocessos de suporte e todos os outros focavam suas ações em macroprocessos finalísticos.

O planejamento de 2014 foi suportado pela Norma de Serviço 02/2013, a qual definiu métodos e cronogramas não só para o ano de 2013, mas também para os anos subsequentes. A referida NS tratou de disciplinar o Planejamento Estratégico Anual (PEA) e o Plano Operativo Anual (POA).

Durante o segundo semestre de 2014 os centros de custos realizaram seu planejamento (PEA) prevendo ações para 2015, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2014). Assim, a alocação do orçamento de cada centro de custo ficou atrelada as ações aprovadas no PEA 2015. Em ato contínuo, estes mesmos centros de custos deram início ao detalhamento do Plano de Natureza de Despesas (PND) que trouxe subsídios ao planejamento da DIRAP, mais especificamente a área de aquisições de materiais e serviços.

---

### **5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**

---

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho Diretor, foi elaborado em vertentes de um cenário futuro com base na história da Instituição como também suas transformações, buscando atender às demandas sociais sendo possível propor que estas possam transcender, em suas trajetórias evolutivas, formulações vigentes. Assim, concepções de estrutura e projetos acadêmicos e administrativos, de transformação e adaptação pela engenharia evolutiva, devem ser maleáveis a ponto de repercutir o momento real, o suficiente para que qualquer proposta moderna de crescimento institucional tenha espaço para, observação, e análise.

No que concerne à estratégia de atuação, é possível afirmar que o comprometimento e responsabilidade pessoal de cada gestor atuante na Instituição, no sentido de valorizar o recurso público aplicado em prol da sociedade, necessário e expressivo para que a democratização, a transparência, a qualidade, o compromisso com a sociedade e com a Instituição, seja mantido com eficácia e efetividade.

Estes componentes foram estabelecidos na execução de cada ação proposta no sentido de programar uma gestão descentralizada voltada para a sociedade de forma geral, haja vista a construção do Plano Estratégico, na interiorização com as Unidades, a distribuição de vagas e recursos, materializados nos processos para concursos e aquisição dos mais diversos tipos de serviços, de infraestrutura e apoio, e materiais, envolvendo não só as Diretorias Sistêmicas como Departamentos e as Unidades Descentralizadas.

As últimas atuações da CGU e TCU junto ao CEFET/RJ demonstram que este Centro não tem enfrentado dificuldades na gestão e operacionalização de suas ações institucionais, nas políticas governamentais, como também na prática da legislação.

Podemos citar que para o cenário apresentado, seja ele no âmbito político, social ou econômico, este Centro tem avaliado a necessidade de expansão de vagas, novos cursos, mecanismos de fixação dos discentes nos cursos regulares, como bolsa que propicie ao alunado condições de alimentação e manutenção estudantil, desenvolvimento de projetos visando à inclusão digital dos alunos, estendido a comunidade externa, o crescimento associado à pesquisa e pós-graduação.

Além disso, também o relacionamento com secretarias vinculadas ao Ministério da Educação e outros como FINEP, FNDE, CAPES, parcerias de intercâmbios com instituições de ensino no exterior em muito tem propiciado condições favoráveis ao desenvolvimento do aluno.

---

## 5.2.1 Programa Temático

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Programa Temático.

---

### 5.2.1.1 Análise Situacional

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Programa Temático.

---

## 5.2.2 Objetivo

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Objetivo do PPA.

---

### 5.2.2.1 Análise Situacional

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Objetivo do PPA.

---

## 5.2.3 Ações

---

Na seção seguinte são apresentadas as ações relativas ao orçamento fiscal e seguridade social.

---

### 5.2.3.1 Ações - OFSS

---

A unidade não é responsável pela integralidade dos valores consignados às ações, mas apenas a subtítulos dessas que são apresentadas na seção seguinte.

---

### 5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

---

O CEFET/RJ, durante o exercício de 2014 foi responsável apenas por subtítulos de ação, conforme constante no **Quadro A.5.2.3.2** a seguir.

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/subtítulos - OFSS**

Identificação da Ação				
Código	181			Tipo: Operações Especiais
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Sevidores Civis			
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código: 0089		Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2014				
Execução Orçamentária e Financeira				

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	65.789.394	71.896.604	71.595.191,56	71.595.191,56	71.595.191,56		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação							
Código	2004				Tipo: Atividade		
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	2.229.348	2.229.348	2.136.328,20	1.935.766,70	1.935.766,70		200.561,5
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0033	servidor atendo		unidade	2903		2915	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação							
Código	2010				Tipo: Atividade		
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	144.000	164.000	152.683,95	152.683,95	152.683,95		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	servidor atendido		unidade	146		141	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.680.000	1.680.000	1.526.255,34	1.526.255,34	1.526.255,34		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	servidor atendido		unidade	605		534	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		

Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	4.843.608	4.903.608	4.903.608	4.903.608	4.903.608		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	servidor atendido		unidade		1099	1285	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	2994					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 20B1			Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	8.952.558	8.952.558	7.016.791	6.002.310,81	6.002.310,81		1.014.480,19
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Benefício concedido		unidade		1530		1830
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	376839,92	309124,27	24315,65				

Identificação da Ação			
Código	4572		Tipo: Atividade
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código: 2109	Tipo: Gestão e Manutenção

Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	600.000	600.000	363.792,29	255.687,79	255.687,79		108.104,5
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	servidor capacitado		unidade	400		378	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	88614,8	70919,8	1390				

Identificação da Ação							
Código	00M1				Tipo: Operações Especiais		
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	84.613	94.613	64.006,72	64.006,72	64.006,72		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo: Operações Especiais		
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						

Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	19.177.819	22.707.725	22.525.577,95	22.525.577,95	22.525.577,95		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	20RG				Tipo: Atividade		
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 20B1		Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	18.979.000	18.979.000	3.021.879,16	103.390,08	103.390,08		2.918.489,08
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0033	Projeto viabilizado		unidade	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
Código	20RJ					Tipo: Atividade	
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Programa	Educação Básica	Código: 200			Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	405.000	405.000	191.699	94.499	94.499		97.200
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa beneficiada	unidade	25		32		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0033	111.719	22.727					

Identificação da Ação							
Código	20RL					Tipo: Atividade	
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 201			Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	42.336.764	48.336.764	38.846.642,29	20.358.257,87	20.357.672,27	585,60	18.488.384,43
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Estudante matriculado	unidade	12700		11953		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	19.089.724,26	14.485.517,71	454.376,57				

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo: Atividade	
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código: 2109			Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	96.236.353	116.771.721	116.264.497,24	116.264.497,24	116.264.497,24		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

### 5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

O Quadro 5.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS só deve ser consignado nos casos em que a UJ tiver executado, em 2014 e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2014.

Sendo assim, tendo em vista que os recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados não mais serão pagos, não é necessária a inclusão do citado Quadro no Relatório de Gestão referente ao exercício 2014.

### 5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica a este Centro.

### 5.2.3.5 Análise Situacional

Não se aplica a este Centro.

## 5.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão

O CEFET/RJ vem dando continuidade na ampliação e melhoria da infraestrutura com a manutenção e reforma das salas de aula, dos laboratórios no campus sede e também nas unidades

descentralizadas que focam no processo de interiorização das atividades, consolidando os campi de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença e Petrópolis ampliando o acesso da população ao ensino público técnico e do terceiro grau.

O crescimento do CEFET/RJ vem sendo discutido nas diretorias sistêmicas num processo de reestruturação organizacional da administração central, e ganha atenção especial com a criação de um grupo de estudos junto à Direção-Geral. Dentro da Diretoria de Administração e Planejamento, esse processo deve entre outras ações rever e estabelecer novo fluxo dos processos administrativos, definir melhor as atribuições da Administração, aperfeiçoar os serviços de manutenção e responder rapidamente as demandas das atividades fins.

Do ponto de vista orçamentário, os recursos dos planos de trabalho orçamentário foram particionados entre centros de custos que foram estratificados entre a Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas, Diretorias Adjuntas e as Direções de Unidades. Desta maneira, se cria uma descentralização de recursos, fomentando a definição dos gastos pelas atividades fim e gestores.

Diretamente envolvido com estes aspectos, podemos também apresentar a atualização de equipamentos de diversas finalidades, assim como a atuação nos laboratórios, salas de aula, auditórios e nos ambientes administrativos, com pintura, adaptação e recuperação de estrutura física.

Um ponto de dificuldade que deve ser levantado é o Programa de Alimentação Escolar fomentado pelo FNDE, que continua a existir, mesmo depois de tentativas para solucioná-lo. O Centro recebeu durante o exercício valores para o fornecimento de merenda escolar para alguns de seus *campi*, mas não teve condições operacionais para execução. As regras de uso da verba obrigam que as despesas sejam efetuadas em programas de agricultura familiar que dificultam a sua operacionalização nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro.

A marca institucional é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, onde é fortemente identificada pelos intercâmbios que sedimentam e propagam a necessidade de novos horizontes, assim como também a atuação junto com novos parceiros sejam público e ou privados. O CEFET/RJ é uma instituição *multicampi*, com sustentação financeira dada pelo governo federal, mais que busca congrega parceiros em sua trajetória, como prefeituras, secretarias e outros órgãos.

---

#### **5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional**

---

O CEFET/RJ não possui os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o seu desempenho operacional. Mas, em função da importância de medir e avaliar o desempenho da Instituição, direcionados principalmente quanto a eficácia e efetividade, pretende-se para os próximos exercícios desenvolver indicadores de forma a melhor permitir o acompanhamento dos resultados gerados por suas unidades, visando o alcance de seus objetivos estratégicos e institucionais.

---

#### **5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços**

---

O CEFET/RJ não faz uso do Sistema de Apuração de Custos. A sua execução toma por base o uso do SIASG/COMPRASNET e cotação de orçamento via internet. Todavia, em função da modernização institucional, pretende este Centro para os próximos exercícios, designar setor/servidor para qualificação e capacitação da parte operacional do Sistema SIC.

## 6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

### 6.1 Programação e Execução das despesas

As informações serão fornecidas considerando os seguintes subtópicos: 6.1.1 – Programação; 6.1.2 – Movimentação; e 6.1.3 – Realização.

#### 6.1.1 Programação

Considerando que o CEFET/RJ é uma unidade orçamentária (UO), segue a Programação de Despesas do órgão.

Quadro A.6.1.1 – Programação de despesas

Unidade Orçamentária : CEFET-RJ		Código UO: 26256		UGO: 153010	
Grupos de Despesa Correntes					
Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2–Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		181.203.566		44.995.106	
	Suplementares	30.172.484		6.090.000	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Reabertos			
<b>CRÉDITOS</b>		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
	Outras Operações				
	Dotação final 2014 (A)		211.376.050		51.085.106
	Dotação final 2013 (B)		182.038.959		48.600.123
	Variação (A/B-1)*100		16,12		5,11
Grupos de Despesa Capital					
Origem dos Créditos Orçamentários		4–Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		35.259.785,00			
	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
<b>CRÉDITOS</b>		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
	Outras Operações				
	Dotação final 2014 (A)		35.259.785,00		
	Dotação final 2013(B)		17.592.488,00		
	Variação (A/B-1)*100		100,43		

fonte: SIAFI Operacional e Relatório de Gestão 2013

### 6.1.1.1 Análise Crítica

**Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:** Não houve necessidade de solicitação de alterações em custeio ou investimento para atendimentos das ações visando o Funcionamento desta Instituição, com exceção da Folha de Pagamento.

**Créditos Extraordinários:** Em razão do aumento no número de servidores empossados com a realização de Concursos para provimento dos cargos das carreiras de técnico administrativos e docentes em 2014, e pagamento em folha de pagamento aos Docentes do EBTT pelo Reconhecimento de Saberes e Competências, houve necessidade crédito não previsto inicialmente quando da aprovação da LOA 2014.

### 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Os Quadros A.6.1.2.1 e A.6.1.2.2, denominados **Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa** e **Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**, respectivamente, compreendem o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora - UG não associada à Unidade Jurisdicional - UJ, ou seja, UG relacionada a UJ que não compõe o Relatório de Gestão.

Entretanto, a Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa não ocorreu no exercício de 2014.

Quanto à Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa, segue o Quadro A.6.1.2.2, que trata do assunto.

**Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	26256	26435	12363203120RL0033			3.716,83
Concedidos	26256	26406	12363203120RL0033			41.660,00
Recebidos	26249	26256	12364203220RK0033			1.318,68
Recebidos	26258	26256	12364203220RK0041			2.629,12
Recebidos	26282	26256	12364203220RK0031			2.849,07
Recebidos	26291	26256	12364203204870000			116.751,04
Recebidos	26409	26256	12363203120RL0031			2.444,50
Recebidos	26438	26256	12363203120RL0042			203,80
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	26291	26256	12364203220GK0001	395.500,00		
Recebidos	26298	26256	12363203182520000	720.475,72		

Fonte: SIAFI Operacional

### 6.1.3 Realização da Despesa

As informações sobre a realização da despesa são prestadas de acordo com a origem do crédito, se originários ou recebidos por movimentação externa ou interna.

### 6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

O **Quadro A.6.1.3.1**, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ – Total, foi preenchido levando em consideração a totalidade dos recursos da Unidade Orçamentária (UO).

O quadro contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2013 e 2012. Com relação as linhas, elas discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. Os grupos totalizadores são: “Licitação”, onde encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações públicas; “Contratações Diretas”, onde estão a Inexigibilidade e a Dispensa; “Regime de Execução Especial”, onde está o Suprimento de Fundo; “Pagamento de Pessoal”, onde apresenta-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias; e “Outros”, em que foram consideradas as despesas que não se enquadraram nos itens anteriores.

**Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária: CEFET/RJ	Código UO: 26256		UGO: 153010	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>34.655.480,83</b>	<b>10.558.192,30</b>	<b>34.655.480,83</b>	<b>9.037.736,14</b>
a) Convite	0,00		<b>0,00</b>	
b) Tomada de Preços	1.402.796,81	43.334,00	<b>1.402.796,81</b>	452,52
c) Concorrência	1.264.481,53		<b>1.264.481,53</b>	
d) Pregão	31.988.202,49	10.514.858,30	<b>31.988.202,49</b>	9.037.283,62
e) Concurso	0,00		<b>0,00</b>	
f) Consulta	0,00		<b>0,00</b>	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.254.031,45</b>	<b>3.526.489,97</b>	<b>6.254.031,45</b>	<b>2.966.507,84</b>
h) Dispensa	1.614.209,25	2.203.628,09	1.614.209,25	1.966.068,35
i) Inexigibilidade	4.639.822,20	1.322.861,88	4.639.822,20	1.000.439,49
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>210.898.214,39</b>	<b>169.877.679,07</b>	<b>210.897.628,79</b>	<b>169.877.679,07</b>
k) Pagamento em Folha	210.385.267,00	169.355.373,30	210.385.267,00	169.355.373,30
l) Diárias	512.947,39	522.305,77	512.361,79	522.305,77
<b>5. Outros</b>	<b>18.038.120,55</b>	<b>22.827.999,54</b>	<b>18.038.120,55</b>	<b>22.725.945,40</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>269.845.847,22</b>	<b>206.790.360,88</b>	<b>269.845.261,62</b>	<b>204.607.868,45</b>

fonte: SIAFI Operacional

### 6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a este Centro.

### 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

O Quadro A.6.1.3.3 abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, dispõe sobre a totalidade dos recursos consignados à UO, contém quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada**, **Despesa Liquidada**, **RP não processados** e **Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2014 e 2013. Quanto às linhas, elas discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa apresenta os três elementos de maior montante empenhado em 2013 discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária: CEFET/RJ					Código UO: 26256		UGO: 153010	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Pessoal</b>								
11 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	112.147.078,31	90.396.784,61	112.147.078,31	90.396.784,61			112.147.078,31	90.396.784,61
01 - Aposentadoria RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. Militar	57.644.437,94	52.522.413,28	57.644.437,94	52.522.413,28			57.644.437,94	52.522.413,28
13 - Obrigações patronais	23.219.951,64	19.193.617,44	23.219.951,64	19.193.617,44			23.219.951,64	19.114.463,30
Demais elementos do grupo	17.373.798,86	17.737.376,60	17.373.798,86	17.737.376,60			17.373.798,86	17.737.376,60
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
37 - Locação de mão de obra	8.539.412,08	7.614.210,20	7.345.459,10	6.078.951,30	1.193.952,98	1.535.258,90	7.345.459,10	5.651.230,15
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	8.139.301,02	7.411.809,79	5.160.030,95	5.077.779,44	2.979.270,07	2.334.030,35	5.160.030,00	4.569.635,70
46 - Auxílio- alimentação	4.888.374,06	4.545.817,42	4.888.374,06	4.545.817,42			4.888.374,06	4.545.817,42
Demais elementos do grupo	17.634.976,16	12.719.002,69	15.442.702,34	9.977.535,04	2.192.273,82	2.741.467,65	15.442.116,74	9.858.425,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
52 - Equipamento e material permanente	16.467.328,40	11.141.126,97	2.164.136,12	1.234.703,05	14.303.192,28	9.906.423,92	2.164.136,12	186.339,05
51 - Obras e Instalações	2.537.535,34	1.557.654,08	3.560,00		2.533.975,34	1.557.654,08	3.560,00	
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	1.253.653,40	80.587,65	493.886,48	24.888,75	759.766,92	55.698,90	493.886,48	24.888,75
Demais elementos do grupo		493,98		493,98				493,98
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
fonte: SIAFI Operacional								

### 6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a este Centro.

### 6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do **Quadro A.6.1.3.1**.

**Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação** Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>46.000,00</b>	<b>43.735,24</b>	<b>46.000,00</b>	<b>43.735,24</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	46.000,00	43.735,24	46.000,00	43.735,24
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.562,00</b>	<b>6.420,00</b>	<b>1.562,00</b>	<b>5.920,00</b>
h) Dispensa	1.562,00	6.420,00	1.562,00	5.920,00
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>49.953,04</b>	<b>35.575,54</b>	<b>49.953,04</b>	<b>35.575,54</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	49.953,04	35.575,54	49.953,04	35.575,54
<b>5. Outros</b>		<b>427,36</b>		<b>427,36</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>97.515,04</b>	<b>86.158,14</b>	<b>97.515,04</b>	<b>85.658,14</b>

Fonte: SIAFI Operacional

### 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do **Quadro A.6.1.3.3**.

**Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.040,94	18.715,94	20.040,94	18.715,94			20.040,94	18.715,94
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	61.000,00	69.229,23	46.000,00	43.735,24	15.000,00	25.493,99	46.000,00	43.735,24
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	29.912,10	18.860,60	29.912,10	18.860,60			29.912,10	18.860,60
Demais elementos do grupo	5.798,00	7.650,00	1.562,00	6.420,00	4.236,00	1.230,00	1.562,00	5.920,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL	1.115.975,72	387.322,36			1.115.975,72	387.322,36		
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

### 6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** A instituição sofreu forte pressão por parte dos Fornecedores, pois o repasse financeiro para cumprimento das obrigações deixou de ser semanal como ocorria no ano anterior, passando a ser uma única vez mensalmente, resultando em liquidações com atrasos em relação ao prazos previstos para pagamento.

**Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:** Conforme disposto no Decreto 5.450/2005, o CEFET/RJ usa preferencialmente o Pregão Eletrônico para aquisição de bens e serviços quando não for aplicada outra modalidade de licitação como a Tomada de Preços ou a

Concorrência, desse modo o volume maior de itens adquiridos neste Centro concentra-se em licitações.

**Contingenciamento no exercício:** Os limites para emissão de empenhos realizados por meio da conta SIAFI 293110601 – Cota de limite orçamentário a utilizar – limitavam também a emissão de pré-empenhos. Esse fato atrasava a liberação de processos de aquisição, pois era necessária a liberação de saldos resultantes da licitações que encontravam-se em andamento e dos novos limites liberados mensalmente pela SPO.

**Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:** A atual Gestão deu continuidade ao desenvolvimento do Planejamento Estratégico junto as pontas, bem como adoção de calendário mais rígido para abertura de processos para aquisição de bens e serviços. Essa ação permitiu execução de 100% do recursos orçamentários de investimento.

---

## 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

---

Não se aplica ao CEFET/RJ.

---

## 6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

---

Não se aplica ao Centro.

---

## 6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

---

O **Quadro A.6.4** abaixo contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2013, os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação, salvo a coluna de valores liquidados preenchida em relação aos restos a pagar não processados.

**Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	18.544.580,15	15.262.177,43	38.653,60	3.243.749,12
2012	4.131.519,17	876.010,97	441.428,62	2.814.079,58
...	1.288.925,72	66.422,76	33.015,74	1.189.487,22
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.182.992,43	2.162.497,19	9111,01	11.384,23
2012	68.275,21	41.551,35	24.715,71	2.008,15
...	64.954,42		16.320,11	48.634,31

Fonte: SIAFI Operacional

### 6.4.1 Análise Crítica

O CEFET/RJ como instituição que promove o ensino, pesquisa e extensão necessita de aquisição de materiais e equipamentos muitas vezes importados pelos Fornecedores razão pela qual os prazos para entrega, teste e avaliação dos itens entregues podem ultrapassar o exercício. Além do supracitado, a dificuldade para recebimento do repasse de recursos financeiros no exercício 2014 para cumprimento das obrigações com os Fornecedores faz da inscrição em restos a pagar uma ferramenta necessária para que não haja o comprometimento dos recursos orçamentários do presente exercício para pagamento das obrigações assumidas no exercício anterior. Soma-se a este fato a envio tardio, por parte de alguns solicitantes, de processos de compras, os quais tiverem o término do processo licitatório somente em novembro, acarretando a postergação da entrega e da liquidação para o ano de 2015.

Ressaltamos que a saída de servidores para posse em cargos não acumuláveis aumentou o déficit de servidores atuando na parte de emissão e cancelamento de empenho, restando apenas dois servidores para atender todo o CEFET/RJ, prejudicando os trabalhos para identificação e cancelamento dos empenhos anteriores ao exercício de 2012, sendo que esta situação será normalizada com a finalização do treinamento de novos servidores empossados no final do exercício de 2014.

### 6.5 Transferências de Recursos

O presente item trata de informações sobre as transferências realizadas pelo CEFET/RJ, no exercício de referência de 2014, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a permitir a avaliação das ações de controle e acompanhamento efetuadas pelo Centro sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

#### 6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O **Quadro A.6.5.1** contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência de 2014.

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência** Posição em 31/12/2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FNDE									
CNPJ: 00.378.257/0001-81					UG/GESTÃO: 153173				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	23400010167/2014-85	Coord. Seg. Trab.	767.804,03		767.804,03		8	12	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				

5 - Excluído  
6 - Rescindido  
7 - Arquivado

Fonte: SIMEC

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Posição em  
31/12/2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FINEP									
CNPJ: 08.804.832/0001-72					UG/GESTÃO: 240901				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	0693/13	DIPPG	522.143,00		522.143,00		1	12	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					<b>Situação da Transferência:</b> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI Operacional obs: O recurso foi devolvido integralmente por conta da sua não execução.									

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Posição em  
31/12/2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CAPES									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	2041/14	DIPPG	395.500,00		395.500,00		9	12	1
3	1440/14	DIPPG	188.760,00		188.760,00		2	12	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					<b>Situação da Transferência:</b> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC									

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

 Posição em  
31/12/2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Tecnológica / SETEC									
CNPJ: 00.394.445/0532-13					UG/GESTÃO: 150016				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	5542/2014	UNED Valença	300.000,00		300.000,00		1	12	1
3	5544/2014	UNED Nova Friburgo	304.000,00		304.000,00		1	12	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					<b>Situação da Transferência:</b> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC									

**6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios**

O **Quadro A.6.5.2** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2014, 2013 e 2012. O valores apresentados referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE				
CNPJ:		00.378.257/0001-81				
UG/GESTÃO:		153173				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	2	2	767.804,03	5.042,72	5.042,72
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>767.804,03</b>	<b>5.042,72</b>	<b>5.042,72</b>

Fonte: SIAFI e SIMEC

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome:		Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico - FINEP
CNPJ:		08.804.832/0001-72
UG/GESTÃO:		240901
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)

	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	2	2	522.143,00	11.659,82	11.659,82
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>522.143,00</b>	<b>11.659,82</b>	<b>11.659,82</b>

Fonte: Fonte: SIAFI e SIMEC

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES					
CNPJ:	00.889.834/0001-08					
UG/GESTÃO:	154003					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	2	2	584.260,00	541.310,47	581.247,72
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>584.260,00</b>	<b>541.310,47</b>	<b>581.247,72</b>

Fonte: Fonte: SIAFI e SIMEC

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Educação Tecnológica SETEC					
CNPJ:	00.394.445/0532-13					
UG/GESTÃO:	150016					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	1	1	604.000,00	48.212,69	100.671,50
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>604.000,00</b>	<b>48.212,69</b>	<b>100.671,50</b>

Fonte: SIAFI e SIMEC

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentária - SPO					
CNPJ:	00.394.445/0003-65					
UG/GESTÃO:	152734					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		1	1		1.016.695,91	2.382.486,60
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>		<b>1</b>	<b>1</b>		<b>1.016.695,91</b>	<b>2.382.486,60</b>

Fonte: SIAFI

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa INEP					
<b>CNPJ:</b>	01.678.363/0001-43					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153978					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		1	1		65.146,16	65.146,16
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>		1	1		65.146,16	65.146,16

Fonte: SIAFI

### 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Não se aplicou ao CEFET/RJ nos últimos três exercícios.

### 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não houve contrato de repasse nem convênios nos últimos três exercícios.

### 6.5.5 Análise Crítica

As transferências realizadas foram em nível do orçamento consignado e aprovado pela LOA/2014, envolvendo despesa de pessoal, material permanente, manutenção institucional, assistência ao educando, capacitação de servidores e benefícios.

A mudança de prazos nos repasses de recursos financeiros à instituição, principalmente no segundo semestre, ocasionou atrasos evidentes no pagamento dos compromissos assumidos junto aos fornecedores.

O CEFET/RJ não recebeu transferências em outras modalidades.

## 6.6 Suprimento de Fundos

Não se aplica ao CEFET/RJ.

## 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica ao CEFET/RJ.

## 7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

### 7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O perfil do quadro de servidores ativos do Centro é apresentado nos quadros a seguir.

#### 7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Os Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3 mostram a demonstração e distribuição da força de trabalho da Instituição, apresentando ainda a análise circunstanciada dos dados apresentados.

O Quadro A.7.1.1.1 visa a demonstrar a força de trabalho do CEFET/RJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva, registrando os ingressos e egressos no exercício, para cada tipologia de cargos, e refletindo a situação apurada em 31/12 do exercício de 2014.

**Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1612</b>	<b>1341</b>	<b>356</b>	<b>52</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>1612</b>	<b>1341</b>	<b>356</b>	<b>52</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1608	1037	353	49
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	3	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>150</b>	<b>31</b>	<b>14</b>	<b>80</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1762</b>	<b>1372</b>	<b>370</b>	<b>132</b>

Fonte: DRH

O Quadro A.7.1.1.2 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

**Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>581</b>	<b>760</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>581</b>	<b>760</b>
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	578	759
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	02	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	00
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>00</b>	<b>31</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>581</b>	<b>791</b>

O **Quadro A.7.1.1.3** tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do CEFET/RJ.

**Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>44</b>	<b>43</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	43	8	8
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	41	8	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	01	01	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>282</b>	<b>172</b>	<b>99</b>	<b>75</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	282	172	99	75
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>326</b>	<b>215</b>	<b>107</b>	<b>83</b>

Fonte: DRH

Em razão da rotatividade de servidores recém-empossados, que solicitam exoneração para posse em cargos não acumuláveis, cujos proventos são mais atraentes quando comparados aos oferecidos nas carreiras do Ministério da Educação, principalmente nas carreiras das atividades meio, prejudica a rotina de trabalho, bem como, o desenvolvimento de propostas de melhorias nos fluxos dos processos em razão do tempo dispensado com o treinamento dos novos servidores.

Atualmente cerca de 40% dos servidores encontram-se na faixa etária de até 40 anos, sendo esta considerada a faixa etária crítica onde servidores procuram ingressar em órgãos de outros Ministérios por meio de concursos públicos.

Outros 10% atingirão os requisitos para aposentadoria nos próximos 5 (cinco), anos somando um preocupante percentual de cerca de 50% da força de trabalho que precisará ser substituída a curto e médio prazo. Tal situação impacta negativamente na produtividade das áreas meio e no atendimento às áreas finalísticas das áreas fins desta Instituição.

## **7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho**

A Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho dos servidores do CEFET/RJ ocorrem por meio de ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), coordenadas pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP).

Os dados coletados através de uma pesquisa de Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT) constituíram em informações para a elaboração do Plano de Capacitação Bianual do CEFET/RJ 2013/2014.

A pesquisa de LNT 2012, base para a confecção do Plano de capacitação 2013/2014, ocorreu através de um questionário com dois objetivos simultâneos: colher informações de LNT e avaliar a implantação do Novo Sistema de Avaliação de Desempenho de Servidores Técnico-Administrativos (SAD) do CEFET/RJ.

Os dados obtidos no LNT, diretamente com os gestores das áreas, subsidiaram a oferta de ações de TD&E do Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2013-2014.

As respostas do LNT foram categorizadas e estão resumidas no quadro abaixo:

LNT 2012		
1	CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO SETOR	45 = 54,9 %
2	INFORMÁTICA	38 = 46,3%
3	CURSOS NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS/HABILIDADES SOCIAIS	24 = 29,3%
4	CURSOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	18 = 22%
5	CURSOS NA ÁREA DE LEGISLAÇÃO	17 = 20,7%
6	GESTÃO PÚBLICA	16 = 19,5%
7	EDUCAÇÃO FORMAL	08 = 9,75%
8	CURSOS DE PORTUGÊS	05 = 6 %
9	IDIOMAS	04 = 5 %
OBS:		
- Foram ouvidos gestores de áreas de todas as UNED's do CEFET/RJ.		
- 82 gestores responderam ao questionário (Total de respondentes = 82)		

## PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO 2013/2014

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento possui a responsabilidade de acompanhar os servidores Técnico-administrativos. Entretanto, os servidores Docentes que ocupam cargos de Gestão estão contemplados neste relatório. Estes docentes foram contemplados pelo Plano de Capacitação dos técnico-administrativos, uma vez que se encontra em funções administrativas e suas ações influenciam nas atividades laborais dos servidores do quadro técnico desta instituição.

O Plano de Capacitação buscou contemplar ao máximo as demandas do LNT, e no ano de 2014 foram ofertados:

### ACÇÕES PARTICIPANTES DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

1. CICLO DE PALESTRAS
2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES- Gestão por Competência e Liderança de Equipes com foco na motivação, gestão de conflitos e comunicação.
3. VISITA TÉCNICA PARA FEEDBACK DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
4. AMBIENTAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES
5. QUALIFICAÇÃO FORMAL- Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão

AÇÃO	QUANTIDADE	VAGAS OFERTADAS
Palestras	5	200
Visita Técnica para Feedback da Avaliação de Desempenho	4 UnED's contempladas	Previstos: participação dos gestores das UnED's Participantes: 45
Mini Cursos	2	50
Programação de Ambientação para Novos Servidores*	2	Previsto: 60 Participantes: 89
Qualificação Formal (Mestrado Profissional)	1	32
<b>OBS:</b> *Embora tenha sido previsto no PAC duas turmas de 30, essa ação concretizou-se em duas turmas, tendo participado 42 pessoas na primeira e 47 pessoas na segunda.		

A Ação de Qualificação vem trazer a oportunidade de educação formal para os servidores técnicos administrativos de o CEFET/RJ realizar um mestrado Profissional.

Tem como objetivo qualificar o quadro de servidores com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades profissionais. Desenvolver a reflexão analítica e sintética relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação. Aprofundar os compromissos e responsabilidades

sociais, por meio da valorização de sua missão política, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O Decreto 5.824/2006 que trata do Incentivo à Qualificação dos servidores viabilizou a celebração de convênio entre o CEFET/RJ e a UFF- Universidade Federal Fluminense executar dentro do Programa de Qualidade Total a oferta de 35 vagas, na primeira turma e 32 na segunda, através de processo seletivo em nível de *stricto sensu*, perfazendo um total de 67 servidores atendidos em 02 turmas. Dessa forma coloca este Centro em atender o que estabelece a Lei 11.091/2005.

### 7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada está demonstrada por meio do **Quadro A.7.1.3** a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência deste relatório e aos dois imediatamente anteriores.

Quadro A.7.1.3 - Custos de pessoal no exercício de referência e no anterior											Valores em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	56.450.064,4 2	40.252.917,75	133.419,2 8	5.041.058,0 1	3.531.610,2 7	169.327,5 7	107.681,1 7	4.134.046,0 5	109.820.124,52	
	2013	42.270.724,8 7	40.673.986,48	1.535.723 ,24	120.263,27	8.233.815,5 5	916.350,0 2	18.514,07	4.112.923,4 6	97.882.300,96	
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	2.629.696,67	0	418.404,97	0	256.125,58	0	0	0	3.304.227,22	
	2013	3.717.522,92	0	467.810,34	0	0	327.225,30	0	0	4.512.558,56	

Fonte: SIAFI

### 7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Através da Solicitação de Auditoria CGU/PR nº 201313630/002, de 22/10/2013, foi demonstrada a materialidade do cruzamento de dados (RAIS x CNPJ x SIAPE) que apontaram **indícios** de dois tipos de irregularidades envolvendo **docentes efetivos sob o regime de dedicação exclusiva, em resposta à NT no. 1.627/GSNOR/SFC/CGU/PR.**

A UJ para fins de apuração adotou como norte procedimental, o **rito sumário** tratado no inciso II do art. 133 da Lei nº 8.112/90, ainda que o caso não se trate de Processo Administrativo Disciplinar. Assim, foram convocados todos os docentes constantes da relação para apresentação de defesa prévia. Na ocasião, os docentes foram orientados a apresentar defesas circunstanciadas e, em especial, quanto aos esclarecimentos a serem prestados acerca da irregularidade apontada, tendo sido solicitado que juntassem o(s) contrato(s) social (ais) da(s) empresa(s) privada(s) com as quais tivessem relações. Os aditamentos de defesa estão sendo recebidos, tendo em vista a dificuldade desses docentes quanto à obtenção de documentos que efetivamente comprovem os seus níveis de atuação nas empresas a que estão relacionados.

---

#### 7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

---

O TERMO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA ACUMULAÇÃO DE CARGOS é o único documento/instrumento de controle utilizado, por esta Unidade, visando constatar qualquer alteração na vida funcional do servidor que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos. O citado instrumento é apresentado e assinado no momento da posse do cargo do servidor.

O Departamento de RH não dispõe de ferramenta nem autorização para verificar mudanças através de cruzamentos eletrônicos, durante a vida funcional do servidor neste Centro que apontem para acumulação ilícita do mesmo.

Quando os órgãos de controle interno ou externos indicam tal prática, acreditamos que os mesmos disponham de mecanismos para apuração e cruzamentos de informações sobre o cidadão e, caso venha a ocorrer tal fato é comunicado à chefia imediata para regularização da situação funcional, independentemente da instauração de processo administrativo.

Desta forma, o CEFET/RJ encontra-se em plena ação de apuração ensejada pela **Solicitação de Auditoria CGU/PR nº 201313630/002**, de 22/10/2013, qual seja, a de verificar a materialidade do cruzamento de dados (RAIS x CNPJ x SIAPE) realizado por aquela CGU, do qual restaram **indícios** de dois tipos de irregularidades envolvendo **docentes efetivos sob o regime de dedicação exclusiva, em resposta à NT no. 1.627/GSNOR/SFC/CGU/PR.**

Para fins de apuração, adotou-se como norte procedimental, o **rito sumário** tratado no inciso II do art. 133 da Lei nº 8.112/90, ainda que o caso não se trate de Processo Administrativo Disciplinar. Assim, foram convocados todos os docentes constantes da relação para apresentação de defesa prévia. Na ocasião, os docentes foram orientados a apresentar defesas circunstanciadas e, em especial, quanto aos esclarecimentos a serem prestados acerca da irregularidade apontada, tendo sido solicitado que juntassem o(s) contrato(s) social (ais) da(s) empresa(s) privada(s) com as quais tivessem relações. Os aditamentos de defesa estão sendo recebidos, tendo em vista a dificuldade desses docentes quanto à obtenção de documentos que efetivamente comprovem os seus níveis de atuação nas empresas a que estão relacionados.

A conclusão da missão tem se mostrado demorada em razão da observância ao princípio do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa, pois os documentos a serem apresentados pelos envolvidos nem sempre estão prontamente disponíveis, dependendo de emissão por parte do Sistema de Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM / Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro – JUCERJA ou outros órgãos.

Por último, considerando a obrigação de atender às solicitações da CGU, a comissão responsabiliza-se em cumprir o prazo ora estipulado para ultimar os trabalhos tratados, quer ou não apercebidos da totalidade dos documentos a título de defesa.

### 7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não se aplica ao CEFET/RJ.

### 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Em razão da rotatividade de servidores recém-empossados, que solicitam exoneração para posse em outros cargos não acumuláveis, cujos proventos são mais atraentes em comparação a outros ministérios, o que prejudica a rotina de trabalho, bem como, o desenvolvimento de propostas de melhorias nos fluxos dos processos em razão do tempo dispensado com a capacitação dos novos servidores.

Além de a instituição ter em seu quadro 10 % de servidores que atingirão os requisitos para aposentadoria nos próximos 5 (cinco) anos, somando-se um preocupante percentual de cerca de 50%, considerando que 40 % encontram-se na faixa etária de 40 anos, onde procuram a possibilidade de novos concursos públicos.

### 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A equipe do DRH vem aprimorando as formas de apresentação de dados a fim de demonstrar através de levantamento de informações e consultas à comunidade em geral, o seu quadro de pessoal com indicadores que indiquem o gerenciamento da Gestão de Recursos Humanos, não havendo no momento, indicadores específicos consolidados.

## 7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada foram tratadas considerando as orientações contidas nos subitens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4, as quais remetem ao preenchimento de três quadros. O primeiro trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o segundo, dos demais terceirizados contratados para desenvolvimento de atividades em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão e o terceiro, da contratação de estagiários.

### 7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

O **Quadro A.7.2.1**, a seguir, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício.

**Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome :Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca													
UG/Gestão: 153010/15244					CNPJ: 42.441.758.0001-5								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2011	V	O	101/2011	01301890/0001-34	25/11/2012	25/11/2014			12	12			E
2014	V	E	129/2014	08471527/0001-06	31/07/2014	31/01/2015			12	12			A
2012	L	O	65/2012	03383287/0001-74	30/10/2013	30/10/2014	4	4					P
2011	V	O	102/2011	08471527/0001-06	16/11/2014	16/11/2015			8	8			P
2014	L	O	126/2014	05873154/0001-01	18/07/2014	18/07/2015	5	5	1	1			A
2010	L	O	197/2010	10333675/0001-06	03/05/2014	03/05/2015	20	20					P
2014	L	O	123/2014	05873154/0001-01	14/07/2014	14/07/2015	5	5					A
2014	L	O	47/2014	10687537/0001-25	07/04/2014	07/04/2015	12	12	1	1			A
2012	V	O	81/2012	08471527/0001-06	26/10/2013	26/10/14			8	8			P
2013	L	O	116/2013	17085652/0001-79	02/12/2013	02/12/14	5	5	1	1			P
2014	L	O	103/2014	14354550/0001-13	07/04/2014	07/04/15	7	7	1	1			A
2012	V	O	82/2012	08471527/0001-06	26/10/2014	26/10/2015			8	8			P
2012	L	O	68/2012	03383287/0001-74	05/11/2014	05/11/2015	7	7					P
2011	V	O	103/2011	08471527/0001-06	10/11/2014	10/11/2015			8	8			P
2013	L	O	131/2013	07545455/0001-31	17/01/2014	17/01/2015	3	3	1	1			P
2009	V	O	36/2009	05234289/0001-27	29/07/2014	29/11/2014			44	44			P
2013	L	O	115/2013	11275539/0001-70	19/12/2013	19/12/2014	40	40	1	1			P
2010	L	O	197/2010	10333675/0001-06	03/05/2014	03/05/2015	20	20					P

Observações:

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

## 7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O Quadro A.7.2.2, a seguir, compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.7.2.1 anterior.

**Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante														
Nome :Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca														
UG/Gestão: 153010/15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2014	9	O	29/2014	00330676/0001-43	25/03/2014	25/03/2015	4	4	1	1				A
2014	9	O	112/2014	00330676/0001-43	02/04/2014	02/04/2015	2	2	1	1				A
2014	9	O	28/2014	07225952/0001-52	21/02/2014	21/02/2015	8	8	1	1				A
2014	9	O	150/2014	07225952/0001-52	08/12/2014	08/12/2015	6	6	1	1				A
2014	9	O	101/2014	07225952/0001-52	21/02/2014	21/02/2015	2	2	1	1				A
2014	9	O	30/2014	00330676/0001-43	25/03/2014	25/03/2015	2	2	1	1				A
2014	9	O	102/2014	00330676/0001-43	25/03/2014	25/03/2015	2	2						A
2014	9	O	107/2014	29000841/0001-80	17/03/2014	17/03/2015	15	15	1	1				A
2010	2	O	176/2010	11395635/0001-51	06/12/2011	06/12/2014			2	2				P
2013	5	O	97/2013	13185303/0001-78	22/11/2014	22/11/2015			28	28				P
2012	9	O	11/2012	12506982/0001-77	08/02/2012	15/01/2014	39	34	1	6				E

Observações: Sistema CEFET/RJ

<b>LEGENDA</b>	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.
<b>Área:</b>	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;	
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: DIRAP/DEPAD/COMPRASNET

---

### 7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

---

Todos os contratos de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra tiveram suas respectivas repactuações, referente a dissídio coletivo efetuadas, observando as orientações definidas na IN 02/2008 da SLTI/MPOG, no que se refere à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federativa do Brasil;

Com a estruturação da DISCO (Divisão de Serviços Contínuos), destinado ao suporte na gestão e fiscalização dos contratos, permitiu um acompanhamento efetivo das falhas e fatos ocorridos que ora comprometeram a eficaz prestação do serviço, e conseqüentemente, ensejaram na notificação de intenção de aplicação e efetiva aplicação de penalidade aos casos não solucionados em tempo oportuno.

O ingresso de 2 (dois) servidores na Divisão de Serviços Contínuos em Dez/2014 está alinhado com o planejamento proposto anteriormente em desenvolver um controle interno e planejamento mais efetivo na contratação e manutenção dos serviços contínuos contratados.

---

### 7.2.4 Contratação de Estagiários

---

Este item não se aplica ao CEFET/RJ, pois o Centro não apresenta estagiários remunerados.

---

## 7.3 Desoneração da Folha de Pagamento

---

Tendo em vista a saída de servidores nos quais foram investidos treinamento para atendimento dessa demanda, os quais tomaram posse em cargos não acumuláveis em outros órgãos, diminuindo o quantitativo de servidores no quadro de pessoal para atuação na revisão de contratos, inviabilizando a adoção do referido procedimento de revisão sem prejuízos para as demais atividades essenciais, assim sendo conforme Acórdão 2859/2013-TCU Plenário, a execução das revisões dos contratos não reverteriam em vantagem a Administração em face dos elevados custos que envolveriam esse procedimento. Assim sendo a partir da estabilização do quantitativo do quadro de pessoal treinado, será possível estabelecer a adoção de revisão dos contratos com efetiva vantajosidade para este órgão.

## 8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O CEFET/RJ constituiu a sua frota de veículos com base na Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

Tendo em vista que o Centro tem distribuição geográfica em 8 localidades no Estado do Rio de Janeiro, a frota de veículos é de fundamental importância para a concretização dos macroprocessos finalísticos e de suporte. Sua utilização passa por todas as necessidades logísticas da administração, além de fornecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente a frota é composta de 26 veículos, sendo dois de transporte institucional e 24 para logística e transporte comum. Os veículos de transporte institucional totalizaram no exercício uma utilização de 11.133 km e os de transporte comum totalizaram 154.941 km.

A frota de transporte institucional tem uma idade média de cinco anos (ano de fabricação 2010) e a de transporte comum apresenta idade média de onze anos (ano fabricação 2004). Quanto ao custo anual de manutenção da frota, este é em média R\$ 96.631,31 e o Centro começou um processo de reavaliar o modelo de composição da frota e a política de gestão. Esse trabalho tem por objetivo reavaliar os custos de manutenção da frota, comparando as possibilidades de compra *versus* locação e registro de preços para manutenção *versus* contrato de manutenção.

O Centro apresenta rotinas de escrituração das solicitações de uso da frota, além da escrituração do uso efetivo da frota. Esta escrituração é feita com base em planilhas, como determinado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, e seus anexos, que também dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências relativas à:

- Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais;
- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial;
- Ficha Cadastro de Veículo Oficial;
- Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV;
- Especificações para identificação dos veículos de transporte institucional;
- Especificações para identificação dos veículos de serviços comuns;
- Especificações para identificação dos veículos oficiais em contrato de serviço de transporte;
- Termo de Vistoria;
- Termo de Cessão/Doação; e
- Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

Além dos veículos próprios, o Centro apresentou ainda, um contrato com a EMPRESA SOLAZER TRANSPORTES E TURISMO LTDA, com sede na Rua Laudelino Gato, nº 100 - Centro, Belford Roxo/RJ, Cep: 26100-000, telefax (21) 2786-8000 / 2786-8010, inscrita no CNPJ sob o nº 29.108.107/0001-30, no qual o serviço contratado consistiu em locação de: veículo tipo ônibus executivo, com capacidade mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros, motorista, equipados com poltronas acolchoadas e reclináveis em tecido, gabinado, bagageiros amplos, som ambiente, sistema de microfone, frigobar, toalete, TV e vídeo-DVD, ar condicionado, cinto de segurança para passageiros, serviço de bordo com água mineral; veículo tipo micro-ônibus, com no mínimo 24 (vinte e quatro) lugares, motorista, som ambiente, ar condicionado, cinto de segurança para passageiros, toalete (opcional), frigobar; e veículo tipo Van, com no mínimo 15 (quinze) lugares,

motorista, som ambiente, ar condicionado, cinto de segurança para passageiros; todos com aprovação do sistema de qualidade TTA e seguro contra acidentes.

Neste contrato, o Centro somente pagou por quilômetro efetivamente rodado, tendo a sua previsão de utilização apenas nos casos em que a frota própria não fosse adequada para a prestação do serviço. Durante o exercício em questão, a locação foi utilizada nos seguintes casos: visitas técnicas, previstas no planejamento pedagógico dos cursos; e transporte de turmas para visitas externas, em atividade puramente acadêmica. Todo o uso foi registrado em documentação própria.

---

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

---

As informações referentes ao CEFET/RJ encontram-se organizadas nos quadros: Distribuição Espacial dos Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros, Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional e Imóveis Funcionais da união sob Responsabilidade da UJ.

---

### 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

---

O Quadro A.8.2.1, a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2014 e 2013, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

**Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1 – RJ	3	3
	Rio de Janeiro	2	2
	Nova Iguaçu	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
EXTERIOR	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: DEPAD

---

### 8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

---

O Quadro A.8.2.2.1, a seguir, denominado **Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** contempla os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de 2014. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade do CEFET/RJ.

**Quadro A.8.2.2.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
153010	6001.02717.500-7	21	3	108.188.770,80	01/02/2013	108.188.770,80	3.661.424,26	291.824,45	
153010	6001.02075.500-8	10	3	15.791.248,62	25/03/2013	15.791.248,62	109.960,00	26.086,08	
153010	5869.00029.500-6	21	3	15.151.417,50	25/02/2013	15.151.417,50	93.635,86	65.125,20	
<b>Total</b>								3.865.020,12	383.035,73

**Fonte: SPIUNET/SIAFI**

**Legenda:**

**Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros     |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)          |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional              |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão            |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega           |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros            |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros        |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público        |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena             |
| 11 – Em regularização – Entrega    | 23 – Vago para Uso                 |

**Estado de Conservação:** Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo      | 5 – Reparos Importantes         |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim                        |
| 3 – Bom       | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular   | 8 – Sem Valor                   |

**Análise Crítica:** Os valores dos gastos com manutenção do RIP 6001.02717.500-7 englobam todas as unidades, pois temos um contrato de manutenção que é utilizado por todos os imóveis.

---

**Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União**


---

O **Quadro A.8.2.2.2**, a seguir, visa à caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União que esteja na responsabilidade do CEFET/RJ. Foi elaborado um quadro para cada espaço cedido.

**Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0093-00
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A

	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Sem Licitação - Termo de Concessão- 02/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração do Posto Bancário
	Prazo da Cessão	01/01/2014 a 01/01/2015- aberto novo processo 2458/2014-78
	Caracterização do espaço cedido	Sede Maracanã localiza-se no Bloco C, parte interna do Campus no espaço térreo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 230.319,03
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos foram utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	28.044.592/0001-62
	Nome ou Razão Social	CONTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Serviços de Restaurante.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 3/2009- Concorrência 4/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a Comunidade CEFET/RJ e demais órgãos adjacentes
	Prazo da Cessão	24/02/2014 a 24/02/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro
	Valores e Benefícios Recebidos	R\$ 104.969,31

	pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	28.044.592/0001-62
	Nome ou Razão Social	CONTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Serviços de Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 2/2009- Concorrência 8/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender à Comunidade CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	28/04/2014 a 28/04/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$102.084,44
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.411.480/0001-34
	Nome ou Razão Social	Canabarro Comércio e Serviços Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão de Papelaria e Livraria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 4/2011- Concorrência 04/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a comunidade docente e discente do Campus Maracanã
	Prazo da Cessão	31/12/2013 a 31/12/2014
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$19.357,34
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.411.480/0001-34
	Nome ou Razão Social	Canabarro Comércio e Serviços Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão do Serviço de Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2012- Concorrência 01/2012

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de Serviços de Reprografia à comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	24/09/2014 a 24/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco E- térreo no pátio interno do Campus
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$12.183,38
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	30.487.789/0001-18
	Nome ou Razão Social	Barbearia Lenicio e Licínio Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Barbearia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2013- Concorrência 03/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a Comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	01/03/2014 a 01/03/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 7.566,54
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos	Os recursos são utilizados para funcionamento e

	Recursos Recebidos	manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander- (Brasil) S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de serviços de posto de atendimento bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2014- Concorrência 01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender à Comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	28/07/2014 a 28/07/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C - térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 235.452,18
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do	CNPJ	31.660.087/0001-57

Cessionário	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do CEFET/RJ-ASSER
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 01/2011- sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do Espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos servidores associados
	Prazo da Cessão	01/09/2014 a 01/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A- térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$10.181,76
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.365.293/0001-92
	Nome ou Razão Social	Associação de Docentes do CEFET/RJ-ADCEFET
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 02/2011- sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do Espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos docentes associados

	Prazo da Cessão	15/09/2014 a 15/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A térreo com 42.74 m2 e Bloco L térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 11.764,08
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	31.660.566/0001-73
	Nome ou Razão Social	Associação dos Ex-alunos do CEFET/RJ e ETN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 01/2014- sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos ex-alunos associados
	Prazo da Cessão	24/09/2014 a 24/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A térreo com 24,60 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 349,84
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 41.31.2.00- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.
--	---	---

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.585.938/0001-71
	Nome ou Razão Social	CEFET Jr- Empresa Junior de Administração e Engenharia.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Consultoria em Administração e Engenharia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação- sem fins lucrativos
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Desenvolvimento de Empreendedorismo
	Prazo da Cessão	Processo em andamento
	Caracterização do espaço cedido	Bloco I– térreo com saída para o estacionamento da Av. Maracanã Com 103,00 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

### 8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis funcionais de propriedade da União sob sua responsabilidade no exercício referente ao relatório de gestão.

---

#### **8.2.4 Análise Crítica:**

---

O controle da gestão do patrimônio imobiliário, a cargo do Setor de Patrimônio do CEFET/RJ e suas Unidades, se preocupam em resguardar documentos referentes aos registros cartorários.

Os imóveis com registros de RIP cadastrados na SPU foram inseridos no sistema SPIUNET, com seus dados validados respectivamente até 01 de fevereiro 2015, 25 de março de 2015 e 25 de fevereiro de 2015 conforme a ordem da relação no quadro 8.2.2.1.

A qualidade dos dados registrados dos imóveis inseridos no sistema SPIUNET, está em conformidade com os registros contábeis no sistema SIAFI.

Quanto às Unidades, as pendências existentes de registro cartorário se encontram em andamento para as devidas providências.

---

---

### **8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros**

---

---

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao exercício do presente relatório de gestão.

## 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Atualmente o CEFET/RJ possui os seguintes sistemas de informação:

#### 1. SIE (Sistema Informação Educacional)

**Descrição:** O SIE é um Sistema de Informação para gerenciamento acadêmico, desenvolvido e concebido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. O SIE é o sistema de gestão acadêmica adotada por esta instituição, desde 2005. O Sistema é vital para atender a regra de negócio da instituição, pois permite o controle e o registro das atividades acadêmicas. Atualmente o CEFET/RJ faz uso dos módulos de ensino do SIE contemplando a Graduação, o Ensino Médio e o Ensino Técnico. Estamos em vias de contratação do módulo para gestão e controle da pós-graduação.

#### 2. SOPHIA: Sistema de Gestão de Biblioteca

**Descrição:** O SOPHIA é um sistema de gestão de biblioteca usado pelo CEFET/RJ para administrar todo o acervo da biblioteca, bem como fazer a gestão do acesso ao acervo pela comunidade do CEFET/RJ (Docente, Discente e funcionários). O SOPHIA é um produto desenvolvido pela PRIMA Software. O Sophia foi adquirido junto a PRIMA em meados dos anos 2000 e é utilizado pela instituição para a gestão de Biblioteca atualmente.

#### 3. REV (Virtualizador RED HAT)

**Descrição:** Sistema de Virtualização e gerenciamento de servidores. Adquirido recentemente pelo CEFET/RJ é um sistema que permite virtualizar máquinas nos servidores do CEFET/RJ. Os virtualizadores são essenciais para a sobrevivência de qualquer data center hoje em dia. Adquirimos este sistema em Novembro de 2014 e foi nos liberado a licença em Janeiro de 2015, momento em que o mesmo foi pago. Por este motivo não consta no Quadro A.9.1, a seguir.

#### 4. Sistemas de Banco de Dados

**Descrição:** Os sistemas de Banco de dados são plataformas de armazenamento, acesso e gerenciamento de dados. É à base de dados dos sistemas de informação propriamente dita. Atualmente contamos com dois Sistemas de Banco de Dados (SDB). O IBM DB2, que roda com o SIE e o SQL Server, que roda com o SOPHIA e o Portal CEFET/RJ. Ainda existem alguns subsistemas legados que operam sobre a plataforma MYSQL, mas o MYSQL é um SDB gratuito (free), disponibilizado pela Oracle Corporation.

#### 5. Portal CEFET/RJ

**Descrição:** O portal CEFET/RJ é a plataforma do CEFET/RJ para a WEB. No portal estão disponíveis os conteúdos referente a área acadêmica em todos os níveis e alguns conteúdos da área administrativa. O Portal também disponibiliza acesso aos serviços de e-mail e ao Portal do Professor e Portal do Aluno, que são subsistemas do Sistema de Informação Educacional. O Portal CEFET/RJ foi todo desenvolvido pela equipe de TI do CEFET/RJ e não houve custos associados ao desenvolvimento em 2014, motivo pelo qual não consta no Quadro A.9.1.

#### 6. Intranet CEFET/RJ

**Descrição:** A Intranet é um portal onde disponibilizamos alguns serviços internos bem como acesso a outros subsistemas do CEFET/RJ. A Intranet roda sobre a plataforma MySQL (free) e foi totalmente desenvolvida pela equipe de TI do CEFET/RJ.

## 7. Firewall Arker (Sistema de Segurança).

**Descrição:** O sistema de segurança do CEFET/RJ conta com um *appliance* para gerenciar o conteúdo e acesso ao Portal CEFET/RJ. Este *appliance*, adquirido em 2012 com a AKER é dotado de um conjunto de Hardware e Software, instalado e configurado de acordo com a realidade do CEFET/RJ e de acordo com os sistemas existentes e os níveis de segurança estabelecidos pela nossa política de segurança. Este sistema é essencial e vital para a política de segurança adotada pelo CEFET/RJ.

## 8. Serviço de E-mail:

**Descrição:** Atualmente o CEFET/RJ conta com uma solução própria de serviço de e-mail. Esta solução roda em um ambiente de gerenciamento de contas (postfix e sendmail) e são armazenados em nossos servidores. Como editor e gerenciador de e-mail usamos uma solução free do Zimbra, que é uma ferramenta de edição e administração de e-mail para o usuário. Como a solução foi toda desenvolvida pelo departamento de TI do CEFET/RJ, este item não configura no Quadro A.9.1.

## 9. Contratos de Telecom (Dados e Voz).

**Descrição:** Os contratos de Telecom (Dados e Voz) permitem ao CEFET/RJ a inserção nos sistemas de telecom. tanto nacional quanto internacional. Atualmente temos três contratos de Voz: Um com a operadora Oi, referente ao uso de ligações DDD, Outro com a operadora Oi para o fornecimento de linhas e conseqüente integração nos sistema de telefonia e o Contrato de Voz para telefonia móvel com a Operadora Claro. Com relação aos contratos de dados, temos três. Um link de redundância com a operadora GVT, que inclusive alimenta o Campus de Nova Iguaçu, Um contrato com a Rede Rio (operadora OI/RNP) que atende exclusivamente o Campus Maria da Graça e o Contrato de Cooperação com a RED COMEP RNP, que contempla o Campus Maracanã/Sede. A minuta contratual com a RNP também contempla outros 6 *campi* do CEFET/RJ, a saber: Angra dos Reis, Valença, Nova Friburgo, Petrópolis, Itaguaí e Nova Iguaçu. Os contratos com a RNP, não constam no Quadro A.9.1, pois não geram custos diretos.

### Necessidades de Novos Sistemas:

O constante crescimento do CEFET/RJ, tanto em número de servidores e professores, quanto no número campus e de alunos dos mais variados níveis de ensino, impõe a necessidade de investimento em novos sistemas e serviços de TI. A partir desta necessidade eminente, já estamos buscando novas soluções no mercado, tanto de sistemas de informação, quanto de serviços e ativos de TI. As próximas aquisições compreendem:

- 1 - Um sistema gerenciador de Backup com Hardware e Software;
- 2 - Dois servidores de Arquivos para GED (Gerencia Eletrônica de Documentos)
- 3 - Novo Portal. O Projeto do Novo portal é uma necessidade atual do CEFET/RJ, pois pretendendo-se com este projeto não só atender as novas demandas do CEFET/RJ como também alinha a estrutura, arquitetura e layout de acordo com a recomendação da Secretaria de Comunicação do Governo Federal. Este projeto será desenvolvido pela equipe de TI do CEFET/RJ e deve ser iniciado ainda em 2015.
- 4 - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica. O projeto visa criar um sistema integrado para a gestão do CEFET/RJ como um todo, que envolve desde o sistema de controle de pessoal, Sistemas Administrativos, Financeiro, Controle de Frotas, Protocolo, Novo sistema de gestão de biblioteca e o novo sistema de informação acadêmico.
- 5 - Sistema de Diagnóstico de Rede de Computadores: Aquisição de Hardware e Software para monitoramento e diagnóstico das redes do CEFET/RJ, que inclui: 1 – rede de dados; 2 – Rede de sem fio; e 3 – rede de telefonia.

O **Quadro A.9.1**, a seguir, denominado **Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014**, fornece informações sobre a relação dos contratos que vigoraram no exercício de 2014, incluindo a descrição do objeto, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

**Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014**

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
0100/2009	Sistema Acadêmico	10/2009 - 11/2014	03.486.598/0001-69	AVMB	<b>160.080,00</b>	<b>42.936,17</b>
0109/2012	Appliance / Firewall AKER (HW & SW)	12/2012 – 01/2015	01.919.316/0001-44	Aker Solution	<b>117.344,20</b>	<b>0,00</b> O valor foi pago no início do contrato na entrega das licenças
122/2014	Sophia – SW Gestão de Biblioteca	05/2014 – 09/2015	69.112.514/0001-35	Primasoft Informática LTDA	<b>13.140,00</b>	<b>4.957,61</b>
230401 / 2005	Servidor de Banco de Dados	09/2005 – 09/2014	33.372.251/0001-56	IBM Brasil		<b>Obs. Não houve custo com este contrato.</b>
119/2011	Link de Dados	05/2015	03420626/00001-24	GVT – Global Village Telecom	<b>151.000,00</b>	<b>0,00</b> Solicitado cancelamento em vista da disponibilização de internet pela RNP
047/2011	Telefonia Local	04/2011 – 04/2015	33.000.118/0001-79	Telemar Norte (Oi)	<b>302.435,31</b>	<b>139.603,40</b>
130/2013	Telefonia Longa distância (DDD)	12/2013 – 12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar Norte (Oi)	<b>139.603,41</b>	<b>18.195,76</b>
128/2013	Telefonia Móvel (Celular)	08/2013 – 08/2015	40.432.544/0001-47	Claro S/A	<b>65.247,60</b>	<b>42.259,09</b>

## 10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE

### 10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

O **Quadro A.10.1**, a seguir, denominado Gestão Ambiental, apresenta o panorama geral sobre a adesão da unidade jurisdicionada a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, especialmente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

**Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. <a href="http://webhost01.cefet-rj.br/portal/apresentacao-cccss.html">http://webhost01.cefet-rj.br/portal/apresentacao-cccss.html</a>		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados. <a href="http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2015/02/Resultado_da_analise_documental_do_Edital_de_Chamamento_n01_2015_CEFET_RJ.pdf">http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2015/02/Resultado_da_analise_documental_do_Edital_de_Chamamento_n01_2015_CEFET_RJ.pdf</a>		
<b>Considerações Gerais</b>			
<p>Foi aberto Aviso de Chamamento Público (DOU de 19/01/2015-Seção 3, pág. 24) para abertura do processo de no. 1812/2014-47 com o objetivo de selecionar e habilitar cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis aptas a receberem os resíduos produzidos pelo CEFET/RJ, com vistas à geração de renda e inclusão social, nos termos do Decreto 5.940/2006.</p> <p>Para cumprimento do decreto foram adquiridos coletores diferenciados para material reciclável e não reciclável, com o intuito de proceder a separação na fonte, tanto na sede como nas Unidades, além de instituição das Comissões e Editais.</p> <p>Consta também, na página do CEFET/RJ um link com nossas atividades, informações, leis e decretos pertinentes e link para outros sites de interesse comum, com o objetivo de divulgar e sensibilizar a comunidade interna do Centro.</p> <p>Implantação em 2015 de Campanhas de conscientização para alunos e servidores.</p>			

## 11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

Visando demonstrar as providências adotadas pela unidade jurisdicional para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, seguem: demonstrativos relativos às deliberações do TCU atendidas no exercício de referência, bem como os correspondentes às deliberações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de 2014. Ambos são apresentados independentemente do exercício em que foram originados.

#### 11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

O **Quadro A.11.1.1**, a seguir, contempla as informações sobre as providências adotadas pelo CEFET/RJ a fim de atender às deliberações do TCU, estando estruturado em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca					000448
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-018.270/2013-1	821/2014/Plenário	9.46	RE	Ofício-TCU Nº 812/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CEFET/RJ					000448
Descrição da Deliberação					
<p>9.7. recomendar ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ que:</p> <p>9.7.1. promova estudos com vistas a ampliar o quadro de pessoal de sua UAI, de modo a suprir as necessidades de recursos humanos daquela subunidade organizacional (itens 67-77);</p> <p>9.7.2. fomente a prestação de apoio técnico por suas subunidades organizacionais à realização de trabalhos de fiscalização por suas UAI (itens 180-183);</p> <p>9.7.3. promova estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação daqueles riscos (itens 152-163);</p> <p>9.7.4. promova estudos com a finalidade de desenvolver manual de auditoria que estabeleça o conjunto de normas a serem observadas pelos auditores quando da realização de auditorias (itens 177-179);</p> <p>9.7.5. fomente o livre acesso das equipes de auditoria às suas informações, registros, pessoas e instalações físicas (itens 195-201);</p> <p>9.7.6. promova estudos com vistas a fixar, em normativo específico, a obrigação de suas subunidades organizacionais responderem diligências e solicitações de informações realizadas por sua UAI nos prazos por esta estabelecidos (itens 202-204);</p> <p>9.7.7. fomente a intermediação das comunicações entre suas subunidades organizacionais e os órgãos de controle interno e externo, e vice-versa, pela sua UAI (itens 233-234);</p> <p>9.8. recomendar à Unidade de Auditoria Interna do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca que:</p> <p>9.8.1. promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91);</p> <p>9.8.2. promova a capacitação dos seus servidores para utilizarem os sistemas informatizados da sua entidade de vinculação (itens 195-201);</p> <p>9.46.determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de</p>					

<p>Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agência Nacional do Cinema, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Oswaldo Cruz, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região <b>que apresentem ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas;</b></p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Direção Geral e Unidade de Auditoria Interna	000448
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Através do Ofício Nº 820/2014/DIREG, de 15/09/2014 foi apresentado ao TCU o Plano de Ação para Adequação na Organização da Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ., que consiste no planejamento das atividades a serem executadas até 30/12/2015.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<p>➤ Atividades contidas no Plano de Ação, de responsabilidade da Direção Geral da UJ, que foram providenciadas no exercício de 2014:</p> <p>9.7.1 promover estudos com vistas a ampliar o quadro de pessoal de sua UAI, de modo a suprir as necessidades de recursos humanos daquela subunidade organizacional (itens 67-77) Em 19/11/2014 foi nomeada o candidata aprovada no cargo de Auditor, relativo ao Concurso Público do Edital 011/2014, de 25/03/2014, publicado no DOU de 27/03/2014, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal Técnico Administrativo em Educação do CEFET/RJ, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).</p> <p>9.7.2. fomentar a prestação de apoio técnico por suas subunidades organizacionais à realização de trabalhos de fiscalização por suas UAI (itens 180-183). Atendido através da Ordem de Serviço Nº 01/201 – DIREG, de 30/06/2014).</p> <p>9.7.3. promover estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação daqueles riscos (itens 152-163). Foi criado através da Portaria nº 921, de 14/08/2014, grupo de trabalho responsável pela elaboração de estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno.</p> <p>9.7.4. promova estudos com a finalidade de desenvolver manual de auditoria que estabeleça o conjunto de normas a serem observadas pelos auditores quando da realização de auditorias (itens 177-179). Foi desenvolvido o Manual de Auditoria Interna, documento que será submetido à aprovação do Conselho Diretor em abril de 2015.</p> <p>9.7.5. fomentar o livre acesso das equipes de auditoria às suas informações, registros, pessoas e instalações físicas (itens 195-201). Atendido através da Ordem de Serviço Nº 01/201 – DIREG, de 30/06/2014).</p> <p>9.7.6. promover estudos com vistas a fixar, em normativo específico, a obrigação de suas subunidades organizacionais responderem diligências e solicitações de informações realizadas por sua UAI nos prazos por esta estabelecidos (itens 202-204). Atendido através da Ordem de Serviço Nº 01/201 – DIREG, de 30/06/2014).</p> <p>9.7.7. fomentar a intermediação das comunicações entre suas subunidades organizacionais e os órgãos de controle interno e externo, e vice-versa, pela sua UAI (itens 233-234) Atendido através da Ordem de Serviço Nº 01/201 – DIREG, de 30/06/2014).</p> <p>➤ Atividade contida no Plano de Ação, de responsabilidade da Unidade de Auditoria Interna da UJ, que foi providenciada no exercício de 2014:</p> <p>9.8.2. promova a capacitação dos seus servidores para utilizarem os sistemas informatizados da sua entidade de vinculação (itens 195-201); Foram inseridas no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAINT, ações de capacitação dos servidores da unidade em sistemas corporativos a ser realizada no exercício de 2015.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>A adoção de implementar as recomendações contidas no Plano de Ação para a Adequação na Organização da Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ, foi um ponto positivo, pois dá a oportunidade para que a unidade possa reestruturar-se, principalmente no que se refere às disposições normativas que assegurem a independência e a qualidade do trabalho da auditoria interna, e a suficiência de suporte técnico e de recursos humanos com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.</p> <p>O fato negativo foi a inviabilidade de implantação da recomendação do item 9.8.1 do Acórdão, conforme justificativa apresentada no Quadro A.11.1, para o seu não cumprimento</p>	

### 11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O **Quadro A.11.1.2**, a seguir, objetiva identificar a situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício de 2014. Remete às justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU, pelo CEFET/RJ, e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.1.1**, com exceção dos campos **Síntese da Providência Adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não Cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

**Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca					000448
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2		821/2014/Plenário	9.8.1	RE	Ofício-TCU Nº 812/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca					000448
Descrição da Deliberação					
9.8.1 promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna					000448
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Através do Memorando nº 09/2014/UAUDI, de 25/08/2014, foi justificado pela Unidade de Auditoria Interna junto a Direção Geral da UJ, da inviabilidade de atendimento de recomendação relativa ao item 9.8.1, de promover a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91), as razões apresentadas são que:</p> <p>Considerando que, promover a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores requerem especialidades acadêmicas, por ser um processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal de nível superior e/ou pós-graduação. E a atual composição de recursos humanos da Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ conta apenas com um servidor de nível superior e especialização, com conhecimentos acadêmicos em Ciências Contábeis e Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Por outro lado, a Lei nº 11.091, de 12/01/2005 - Anexo II (redação dada pela Lei nº 11.233, de 22/12/2005), que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece como requisito para a investidura no cargo de Auditor a formação acadêmica em Curso Superior em Economia ou Direito ou Ciências Contábeis.</p> <p>Torna-se oportuno ressaltar que, a Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ não dispõe de normativo interno que estabeleça autoridade para promover a qualificação de seu quadro de recursos humanos.</p> <p>Considerando que, o planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal está consignado no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT. Sendo que, a Instrução Normativa SFC Nº 01, de 3/01/2007, que estabelece o conteúdo do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna e do</p>					

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, exige no item II do artigo 2º, que se abordem as ações de capacitação previstas para o fortalecimento das atividades da auditoria interna na entidade.

Neste contexto, a Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ define suas ações de capacitação no PAINT, com intuito de promover a participação dos técnicos envolvidos nos trabalhos de auditoria interna em eventos, treinamentos e cursos, orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho de suas funções, visando o alcance dos objetivos da Unidade.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

O ponto negativo foi a inviabilidade de implantar a recomendação do item 9.8.1 do Acórdão, conforme justificativa apresentada no do Ofício N° 820/2014/DIREG, de 15/09/2014, para o seu não cumprimento.

## 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

A informação está estruturada em dois demonstrativos. O primeiro relacionado com as recomendações do OCI atendidas pelo CEFET/RJ no exercício de referência 2014, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo refere-se às recomendações que permaneceram pendentes de atendimento até o final de 2014, igualmente independentemente do exercício em que originaram.

### 11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O **Quadro A.11.2.1**, a seguir, contém as informações sobre as providências adotadas pela Instituição para atender às recomendações expedidas pelo OCI fiscalizadora, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações Expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.3.4	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação			
Estabelecer rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades do CEFET/RJ; Formalizar um Processo de Trabalho padronizando as contratações de bens e serviços de TI; Definir tanto nas constatações de serviços de TI, quanto nos serviços de TI prestados pelos órgãos internos, acordos de níveis de serviços.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DTINF	000448
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
As rotinas para avaliação dos recursos de TI serão feitas pelo CETI de acordo com o PDTI e as recomendações da IN 04 MP/SLTI de 12/10/2010. Formalização de um Processo de Trabalho padronizando as contratações de bens e serviços de TI de maneira centralizada para bens e serviços. Definição SLAS para todas as contratações de serviços de TI envolvendo os contratos de se serviços de TI de terceiros, e os serviços de TI prestados pelos órgãos internos.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Criação do Comitê Executivo de TI-CETI de 13/06/2013 e aprovação do Plano Diretor de TI PDTI, aprovado pelo CODIR em 11/04/2014, através da Resolução no. 18/2014	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como positivo foi a atuação da UJ para adequação às melhores práticas de gestão de TI, sanando a impropriedade existente de ausência de uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades, bem como de processos de trabalho formalizados e de acordo de níveis de serviços.	

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.3.1	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar medidas voltadas para a elaboração, aprovação e implementação de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação- PETI			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DTINF			000448
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Elaboração do documento do PDTI tratado como de extrema importância sobre tecnologia da informação, dessa forma vindo a estabelecer todo o planejamento estratégico e execução dos projetos de TI de acordo com os preceitos legais alinhados às necessidades da Instituição.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Aprovação do PDTI 2014 através da Resolução no. 18/2014 pelo CODIR.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ponto positivo foi a atuação da UJ em aprovar o PDTI, em vista que o planejamento estratégico de TI (PETI) é essencial para que a unidade possa identificar e alocar corretamente os recursos da área conforme suas prioridades.			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.8.1	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação			
Prever em suas atividades, ações voltadas para habilitação de associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão instituída pela Portaria nº 826, de 17 de outubro de 2012			000448
Síntese da Providência Adotada			
Inserção de item no escopo do Serviço da Limpeza Interna do Centro, a aquisição de equipamentos de coleta seletiva e a abertura de processo licitatório para seleção de Cooperativa de Reciclagem para Coleta Seletiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Contratação de Cooperativa de Reciclagem para Coleta Seletiva, atendendo ao disposto no Decreto 5940 de 25/10/2006.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ponto positivo foi a devida adequação ao estabelecido no Decreto nº 5.940/2006, e a fim de melhorar a destinação dos resíduos recicláveis que são descartados pela UJ.			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.3.1	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas para elaboração, aprovação e efetiva implementação, de uma Política de Segurança de Informação instituindo um Comitê gestor da segurança da informação, com o estabelecimento de um cronograma definido para cada etapa.			
Providências Adotadas			

<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DTINF	000448
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi criado e aprovado o plano de reestruturação do Departamento de Informática e Telecomunicações, como consta listado no PDTI 2014, que envolve políticas, procedimentos, a nova racionalização do departamento e aquisição de novas forças de trabalho. A nova racionalização determina a criação de uma sessão de segurança da informação que será responsável por estabelecer a nova política de segurança a qual deve ser atualizada e revista a cada seis meses e aprovada pelo comitê gestor de segurança da informação, conforme estabelece o anexo III do PDTI.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
A implementação da política de segurança da informação na UJ.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como ponto positivo é que o que era apenas rotinas de segurança da informação foi reescrita, reestruturada e implantada ao longo do exercício de 2014.	

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.3.5	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar a elaboração de estudos voltados para o dimensionamento da estrutura de equipamentos, necessários para o bom e regular funcionamento de sua rede de computadores e do serviço de correio eletrônico institucional, afim de não utilizar provedores de correio eletrônico privado.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DTINF			000448
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Instalação de um gerador de força, participação no acordo de cooperação técnica, e as ações que atendem ao Decreto 8.135 de 04/11/2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Expansão da infraestrutura de rede e melhoria dos procedimentos do e-mail institucional com negociações junto a Rede SERPRO.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
De positivo foi a negociação feita junto ao SERPRO para a migração de todas as contas e serviços de e-mail institucional como prevê o Decreto nº 8.135/2013.			

## 11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O **Quadro A.11.2.2**, a seguir, remete às justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.2.1**, descrito anteriormente, com exceção dos campos Síntese da Providência Adotada e Síntese dos Resultados Obtidos que são substituídos pelo campo Justificativa para o seu não Cumprimento, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

### Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.4.1	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação			
Instituir em suas rotinas de controle, procedimentos voltados para a avaliação, ao final do exercício, dos empenhos emitidos durante o ano que devem ser inscritos em restos a pagar não processados e aqueles que devem ser anulados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Planejamento			000488
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Devido a problemas operacionais ficou a pendência relativa a formalização da rotina de controle que foi implantada no Departamento Financeiro e na Gerência Contábil e Financeira, visando sanar a inexistência de análise dos empenhos voltado para avaliação da possibilidade de inscrição em Restos a Pagar ou não, quando do encerramento do exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo foi a mudança da sistemática de controle, onde a análise é realizada em conjunto pelo responsável pelo Departamento Financeiro e pela Gerência Contábil e Financeira, sendo feita após o fechamento do prazo de empenho pela SPO (normalmente no final de novembro) e acontece até meados de dezembro, quando há a inscrição em restos a pagar. Na primeira quinzena de maio e na primeira quinzena de setembro, os supracitados agentes analisam os empenhos e decidem sobre a sua continuidade ou cancelamento.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203358	2.1.6.1	Of. 5489/2014/NAC3/CGU/ RJ, de 11/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação			

Adequar as rotinas existentes a fim de cumprir os prazos estabelecidos na IN-TCU nº 55/2007.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Planejamento	000488
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Devido a problemas operacionais ficou a pendência relativa a formalização da rotina de controle que foi implantada no Departamento de Recursos Humanos para sanar as falhas nas rotinas de cadastramento dos atos sujeitos a registro no SISAC.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
De negativo foi que a rotina anterior adotada pelo Departamento de Recursos Humanos dava margem ao não cumprimento de prazos, pois os ajustes necessários na Divisão de Pagamento atrasavam o lançamento no SISAC. Fator positivo foi que a rotina foi alterada, somente havendo a tramitação da Divisão de Cadastro para a Divisão de Pagamento, após o devido registro no SISAC. E também que a carência de pessoal existente no setor foi sanada.	

### 11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Seguem informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pela instituição, das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

**Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	107	83	215
	Entregaram a DBR	107	83	215
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:DRH/CEFET/RJ

## 11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Abertura de Processo da UJ de no. 23063.002884/2014-94, que trata do furto de equipamentos ocorrido no dia 15/07/2014, na Unidade de Angra dos Reis, conforme Registro de Ocorrência na Delegacia de Polícia CIVIL/Angra dos Reis, sob o no. 166/03256/2014, na Polícia Federal de Angra dos Reis sob o no. 17.07.2014. O processo encontra-se em andamento junto à Procuradoria - Seccional da União em Volta Redonda/RJ. No. de Inquérito Policial de no. 0133/2014-DPF/ARS-00001038-57.2014.4.02.5111.

**Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
01	01	01						

## 11.5 Alimentação SIASG e SICONV

Segue no **Quadro A.11.5** os dados do gestor responsável pela atualização dos dados dos sistemas SIASG e SICONV.

**Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV**

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <b>André Gustavo Lima Lins</b>, CPF nº 127.816.087 -69, <b><u>Chefe de Departamento</u></b>, exercido no Departamento de Administração - DEPAD, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Rio de Janeiro, 01 de março de 2015.</p> <p><b><u>André Gustavo Lima Lins</u></b>  <b><u>CPF nº 127.816.087-69</u></b>  <b><u>Chefe do Departamento de Administração</u></b></p>

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

---

### 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

---

A UJ em busca da melhoria e qualidade dos serviços vem aprimorando através de procedimentos normativos internos, a implementação de processos para cálculo e atendimento das NBC vigentes.

Conseguimos atender o disposto no art. 8º da IN STN nº 06/2007 com nomeação de servidor que não realizasse a execução orçamentária e financeira para realizar a conformidade de gestão.

A unidade ainda não adotou os procedimentos contábeis de depreciação e reavaliação, entretanto, reforçou a equipe com servidores do concurso de 2014 para apoiar a implementação destes procedimentos e tem buscado sistema apropriado para registro patrimonial e dos novos procedimentos.

### 12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

---

O CEFET/RJ ainda não é usuário do Sistema SIC.

### 12.3 Conformidade Contábil

---

A Conformidade Contábil está em consonância com os registros contábeis do Sistema SIAFI, regidos pela Lei 4.320/1964 refletindo adequadamente toda e qualquer situação orçamentária, financeira e patrimonial tendo como instância responsável a Gerência Contábil e Financeira – GECOF/CEFET/RJ, sendo a Unidade Gestora 153010, havendo a segregação de função no processo de registro da conformidade.

Foram registradas 02(duas) ocorrências classificadas, ainda não sanadas durante o exercício. As ocorrências registradas no Sistema SIAFI, tratam de procedimentos de normatização de depreciação de bens móveis e a evidenciação do ativo imobilizado bem como sua reavaliação.

Quanto a regularização das ocorrências está sendo providenciada a implementação de procedimentos de normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no Sistema SIAFI. A evidenciação do ativo imobilizado, uma vez que ainda não foram adotados os procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que o compõe.

### 12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

---

A declaração apresentada por meio do **Quadro A.12.4.1** visa evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis do CEFET/RJ no ano de exercício de 2014. Entretanto, no exercício em questão esta declaração não será aplicada.

#### 12.4.1 Declaração Plena

---

No exercício considerado no presente relatório não será aplicada a Declaração Plena.

---

## 12.4.2 Declaração com Ressalva

---

Segue no **Quadro A.12.4.2**, a Declaração do Contador responsável pelo CEFET/RJ, com ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis, a fim de dar cumprimento ao normativo do TCU.

### Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		153010	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:			
a) Implementação de procedimentos de normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no Sistema SIAFI.			
b) A evidenciação do ativo imobilizado, uma vez que ainda não foram adotados os procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que o compõe.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	09 de março de 2015
Contador Responsável	Maria Luísa de Luca Mattos	CRC nº	078814/0-3

---

## 12.8 Relatório de Auditoria Independente

---

Não se aplica ao CEFET/RJ.

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

#### 13.1.1 Funcionamento dos Cursos Médio, Técnico e Graduação - DIREN

##### 13.1.1.1 Cursos de graduação - DIREN

Nas tabelas abaixo são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os *campi* do sistema CEFET/RJ.

**Tabela 1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Sede (Maracanã)**

Bacharelado	2014	2014
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	490	482
Engenharia Eletrônica	156	158
Engenharia Elétrica	190	183
Engenharia de Telecomunicações	154	156
Engenharia de Produção	410	420
Engenharia Civil	402	422
Engenharia de Controle e Automação	160	162
Administração Industrial	383	368
Ciência da Computação	78	87
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	29	20
<b>Total</b>	<b>2452</b>	<b>2458</b>

Fonte: DERAC/SIE

**Tabela 2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Tecnologia</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão Ambiental	160	153
Sistemas para Internet	160	146
Gestão de Turismo - A Distância (EAD)	723	756
<b>Total</b>	<b>1043</b>	<b>1055</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015) e Coord. de Gestão de Turismo (Posição de 30/01/2015)

**Tabela 3: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia de Controle e Automação	294	316
Engenharia de Produção	290	302
Engenharia Mecânica	46	62
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>680</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 4.1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Friburgo**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Sistemas da Informação	39	57
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>57</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 5.2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Nova Friburgo**

<b>Tecnologia</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão em Turismo	102	94
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>94</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 6: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Nova Friburgo**

<b>Licenciatura</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Física	86	81
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>81</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 7.1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Petrópolis**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia de Computação	25	47
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>47</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 8.2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Petrópolis**

<b>Tecnologia</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão em Turismo	182	156
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>156</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 9: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Petrópolis**

<b>Licenciatura</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Física	111	107
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>107</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 10: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Itaguaí**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia Mecânica	237	258
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>258</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 9: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Angra dos Reis**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia Mecânica	58	76
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>76</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 10: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Valença**

<b>Bacharelado</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia de Alimentos	24	45
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>45</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 11: Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os campi**

<b>Alunos de graduação por tipo de curso</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Bacharelado	3465	3621
Tecnologia	1327	1305
Licenciatura	197	188
<b>Total</b>	<b>4989</b>	<b>5114</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

### Número de alunos matriculados no curso do ensino médio

O CEFET/RJ só apresenta cursos do ensino médio na Sede (Maracanã) e na Unidade de Nova Iguaçu (Tabela ). A evolução do total de alunos matriculados é apresentado abaixo.

**Tabela 12: Alunos matriculados no ensino médio por campus**

Campus	2012	2013	2014
Sede – Maracanã	1179	801	370
Unidade Nova Iguaçu	406	299	154
<b>Total</b>	<b>1585</b>	<b>1100</b>	<b>524</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

### Número de alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão n° 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ oferece quatro modalidades de cursos técnicos: subsequente, à distância (e-Tec Brasil), concomitante e formação de jovens e adultos (PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidades, especializações e sua evolução temporal.

**Tabela 13: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Sede (Maracanã)**

Ensino técnico subsequente	2014	2014
	1° sem	2° sem
Edificações	104	154
Eletrotécnica	84	89
Mecânica	100	109
Segurança do Trabalho	82	63
Telecomunicações	48	56
Eletrônica	24	34
Administração (Anual)	21	21
<b>Total</b>	<b>463</b>	<b>505</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 14: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Itaguaí**

Curso técnico	2014	2014
	1º sem	2º sem
Portos	137	131
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>131</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

### Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

**Tabela 15: Alunos matriculados no ensino técnico à distância - Unidade Sede (Maracanã)**

Curso técnico	2014	2014
	1º sem	2º sem
Informática	8	33
Telecomunicações	5	30
Segurança do Trabalho	295	932
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>995</b>

Fonte: Coord. de Segurança do Trabalho (Posição de 29/01/2015)

### Número de alunos matriculados nos ensinos técnicos concomitante interno e externo e integrado

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

**Tabela 16: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Sede (Maracanã)**

Ensino técnico concomitante	2014	2014
	1º sem	2º sem
Eletrônica	155	213
Eletrotécnica	135	172
Mecânica	174	280
Meteorologia	32	54
Edificações	203	304
Estradas	104	97

Telecomunicações	63	68
Segurança do Trabalho	117	85
Informática	118	146
Administração	94	112
Turismo e entretenimento	76	107
<b>Total</b>	<b>1271</b>	<b>1638</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 17: Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Ensino técnico integrado</b>	<b>2014</b>
Eletrônica	157
Eletrotécnica	162
Mecânica	162
Meteorologia	68
Edificações	174
Telecomunicações	101
Segurança do Trabalho	102
Informática	140
Administração	108
Turismo	35
Estradas	27
<b>Total</b>	<b>1236</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 18: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2014</b>
Eletromecânica	51
Enfermagem	48
Informática	49
Telecomunicações	44
<b>Total</b>	<b>192</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 19: Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Ensino técnico integrado</b>	<b>2014</b>
Automação Industrial	67
Enfermagem	75
Informática	64
Telecomunicações	71
<b>Total</b>	<b>277</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Maria da Graça**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Manutenção Automotiva	129	91
Segurança do Trabalho	185	185
Automação Industrial	125	93
<b>Total</b>	<b>439</b>	<b>369</b>

Fonte: Gerência Acadêmica da Unidade (Posição de 30/01/2015)

**Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Unidade Maria da Graça**

<b>Ensino técnico integrado</b>	<b>2014</b>
Manutenção Automotiva	31
Segurança do Trabalho	41
Automação Industrial	40
<b>Total</b>	<b>112</b>

Fonte: Gerência Acadêmica da Unidade (Posição de 27/01/2015)

**Tabela 22: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Petrópolis**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Telecomunicações	147	81
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>81</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 23: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Friburgo**

Ensino técnico concomitante	2014	2014
	1º sem	2º sem
Informática Industrial	31	22
Informática	92	61
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>83</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 24: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Itaguaí**

Ensino técnico concomitante	2014	2014
	1º sem	2º sem
Mecânica	199	174
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>174</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 25: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Angra dos Reis**

Ensino técnico concomitante	2014	2014
	1º sem	2º sem
Mecânica	179	197
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>197</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

**Tabela 26: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Valença**

Ensino técnico concomitante	2014	2014
	1º sem	2º sem
Agroindústria	131	94
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>94</b>

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 28/01/2015)

### **Número de alunos matriculados no ensino técnico – PROEJA**

Não houve procura pelo ensino técnico PROEJA – Unidade Maria da Graça.

---

### 13.1.2 Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária - DIPPG

---

No que se refere à ação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* o número máximo de alunos matriculados foi igual a 243, o que representa um valor ligeiramente inferior à meta prevista (2,8%) de 250 matrículas. Em relação à ação de difusão da pesquisa superou-se as metas físicas previstas para artigos publicados em periódicos científicos e em anais de congressos científicos (95 e 180, respectivamente), atingindo-se, respectivamente os seguintes valores: 236 e 319.

---

#### 13.1.2.1 Pós-Graduação - DIPPG

---

Neste item são apresentados os principais resultados das atividades de pós-graduação em 2014. A Pós-Graduação conta atualmente com 6 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 6 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos aos últimos anos mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes.

O número de discentes da pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento de 176 para 194 e a pós-graduação *lato sensu* conta com 303 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e 81 na modalidade presencial, de acordo com dados levantados em dezembro de 2014.

Em 2010, a CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM. Em 2013 a CAPES aprovou o primeiro curso de doutorado do CEFET/RJ dentro do PPCTE, tendo sido atribuído conceito 4. Também na avaliação trienal 2010-2013 o PPTEC recebeu conceito 4. Cabe ressaltar que dos 6 programas em funcionamento 3 (PPEMM, PPEEL e PPRER) são muito recentes, ficando com o conceito 3 usual para cursos novos. Os 6 programas em funcionamento em 2013 contam com um total de 67 bolsas (58 da CAPES, 2 do CNPq e 7 do orçamento do CEFET/RJ). Em 2014 foram aprovados dois novos programas: o Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada, em associação com a UFF e que tem início com o curso de doutorado, e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, que tem início com o curso de mestrado profissional. Ambos os cursos terão início em março 2015.

---

#### 13.1.2.2 Difusão da Pesquisa Universitária - DIPPG

---

Aqui são apresentados os principais resultados associados às atividades da pesquisa em 2014. A Pesquisa tem as suas atividades estruturadas através dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 15 para 28, durante o período de 2007 a 2014, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvida diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui oito Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 nível 1D e 7 nível 2).

Em 2014 as atividades de pesquisa desenvolvidas na Instituição foram difundidas através da sua publicação em 236 artigos de periódicos científicos e em 319 artigos de anais de congressos científicos.

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) nas modalidades para a graduação e para o nível médio/técnico são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do CEFET/RJ. Assim, em 2014, o PIBIC conta com um total de 143 bolsas: 53 do CNPq e 90 do CEFET/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os

2 níveis de ensino já observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação. Os alunos do PIBIC são potenciais candidatos para desenvolverem dissertações nos cursos de mestrado da Instituição, fato que se têm observado nos últimos anos. O PIBIC também tem contribuído para melhorar a qualidade dos cursos de graduação, conforme pode ser confirmado pelas últimas avaliações do ENADE.

O PIBIC-EM ainda é um programa novo que apresenta um grande potencial de crescimento, tendo um importante papel de aumentar a integração das atividades de pesquisa com o médio/técnico. No exercício foram oferecidas 60 bolsas nessa modalidade.

Através dos investimentos com recursos da Instituição e de recursos captados por pesquisadores do CEFET/RJ junto aos órgãos de fomento (CNPq, FINEP, FAPERJ, etc) foi possível ampliar significativamente a infraestrutura de pesquisa.

---

### 13.1.2.3 Atividades de Pesquisa e Pós-graduação - DIPPG

---

Nas seções subsequentes serão apresentadas as métricas das atividades de pesquisa e pós-graduação.

---

#### 13.1.2.3.1 Cursos de especialização - DIPPG

---

Na Tabela 11 é apresentado o número de alunos matriculados e o de certificados emitidos pelos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* fornecidos pelo CEFET/RJ.

**Tabela 11: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* - DIPPG**

Curso	Matriculados	Certificados
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Angra dos Reis	00	01
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Campo Grande	70	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Macaé	00	05
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Volta Redonda	00	03
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Rio Bonito	00	07
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Friburgo	67	03
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Pirai	00	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Petrópolis	00	01
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Iguaçu	00	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Miguel Pereira	25	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Niterói	33	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Paracambi	30	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Resende	18	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo São Gonçalo	30	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Três Rios	30	00
Relações Etnicorraciais	00	08
Educação e Contemporaneidade	00	19
Letramento(s)e Práticas Educacionais	26	11
Ensino de LínguasEstrangeiras	21	10
Trabalho, Tecnologia e Educação	00	08
Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência	34	00
Total	384	76

---

#### 13.1.2.3.2 Cursos de mestrado - DIPPG

---

A meta orçamentária prevista para 2014 foi de 250 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Na Tabela 12 são mostrados os números de alunos matriculados em dezembro de 2014. O número de alunos matriculados varia ao longo do ano em função da entrada

de alunos através dos diversos processos seletivos e das saídas associadas às defesas das dissertações e teses. Em maio de 2014 observou-se o número máximo de alunos matriculados que foi igual a 243, indicando um valor ligeiramente inferior à meta prevista (2,8%).

**Tabela 12: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG**

<b>Curso</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Certificados</b>
Mestrado em Tecnologia	29	10
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	09	08
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	33	08
Mestrado em Engenharia Elétrica	30	06
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	31	07
Mestrado em Relações Etnicorraciais	45	24
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	17	0
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>63</b>

Pode também ser observado (Tabela 13) que os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* vêm aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados.

**Tabela 13: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* – DIPPG (Dez 2014)**

<b>Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Alunos matriculados	170	193	176	194
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>193</b>	<b>176</b>	<b>194</b>

A previsão para 2014 foi de 180 publicações em periódicos científicos e dissertações. No final do exercício essa métrica alcançou o patamar de 155 documentos, como pode ser observado na Tabela 14, o que representa um valor 14% inferior ao previsto.

**Tabela 14: Trabalhos produzidos pela Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG**

<b>Tipo de trabalho produzido pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b>	<b>Quantidade</b>
Dissertação de mestrado	63
Publicação Científica em periódicos científicos	92
<b>Total</b>	<b>155</b>

#### **13.1.2.4 Concessão de bolsas - DIPPG**

No exercício de 2014, o CEFET/RJ concedeu 97 bolsas relacionadas à pesquisa e a divisão entre os programas específicos é apresentada na Tabela 15.

**Tabela 15: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG**

<b>Modalidade de concessão</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Certificados</b>
Mestrado Convênio CAPES	48	14
Mestrado Bolsa CEFET	02	00
Mestrado Bolsa CNPq	02	02
Mestrado Bolsa FAPERJ	00	00
PIDCT	0	0
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	50	40
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	33	34
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	21	33
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	20	20
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>143</b>

#### **13.1.2.5 Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG**

Os seguintes eventos foram organizados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ:

- 2ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2014; O evento engloba o 4º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação e o 14º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio); Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 13/10 a 17/10/2014; Local: campus do Maracanã.

---

### 13.1.2.6 Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG

---

ATIVIDADES DE PESQUISA		HISTÓRICO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014
2.3.11. Incrementar, gradativamente, o número e o status de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq	Número absoluto de grupos de pesquisa	22	25	24	24	28
	Número de Grupos Consolidados	5	5	4	6	6
	Número de Grupos em Consolidação	9	11	15	14	14
	Número de Grupos em Formação	8	9	5	4	8
2.3.12. Incrementar, em todas as Unidades de Ensino, o número projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos por docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino	Total	26	34	54	183	158

---

### 13.1.3 Funcionamento da Extensão - DIREX

---



---

#### 13.1.3.1 Estágio e Emprego

---

Serviços	2012	2013	2014
Ofertas para Estágio	1075	1132	1380
Termos de Compromisso	1559	1822	1889
Termos Aditivos	741	786	786
Carta de Rescisão	323	320	290
Empresas conveniadas	3874	1739 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Declaração Expedida Lei 11.788	514	288	323
Ofertas de Emprego	685	544	211
Palestra de orientação no mercado	12	9	16

Fonte: DIEMP/DIREX

<sup>(1)</sup> A partir de 2013 estão computados apenas os Convênios vigentes em dezembro do mesmo ano.

---

#### 13.1.3.2 Ações Extensionistas e Público Participante

---

Ações	Público (2014)
Cursos	1074
Oficinas	273
Eventos de Extensão	22688
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	120
Projetos de Extensão	43861
Programa de Educação Tecnológica	500
Programa de Assistência Estudantil	1890
Alunos cadastrados na CAE	897

Fonte: CAE/IETEC/DEAC/DIREX

**13.1.3.3 Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ****MARACANÃ**

Eventos	Quantidade
Minicurso	5
Projetos Exposup/Expotec	200
Seminário	4
Palestra	57
Oficina	3
Mesa redonda	14
Evento artístico cultural	15
Pôster	27
Outras Atividades	15

Fonte: DEAC

**PETRÓPOLIS**

Eventos	Quantidade
Palestra	9
Expotec	9
Evento artístico cultural	1
Oficina	12
Pôster	8

Fonte: DEAC

**NOVA IGUAÇU**

Eventos	Quantidade
Palestra	16
Projeto	19
Oficina	3
Outras Atividades	3
Minicurso	10
Pôster	12

Fonte: DEAC

## ANGRA DOS REIS

Eventos	Quantidade
Palestra	2
Expotec	15
Minicurso	6
Seminário	15

Fonte: DEAC

## NOVA FRIBURGO

Eventos	Quantidade
Palestra	5
Expotec	6
Mesa redonda	3
Minicurso	4
Seminário	1

Fonte: DEAC

## MARIA DA GRAÇA

Eventos	Quantidade
Palestra	2
Projeto	11
Minicurso	4
Seminário	1
Outras Atividades	9
Poster	10

Fonte: Campus Maria da Graça

## VALENÇA

Eventos	Quantidade
Palestra	18
Mesa Redonda	1
Projeto	6
Outras Atividades	1
Minicurso	2
Seminário	5
Poster	10

Fonte: DEAC

Eventos	Quantidade
Palestra	18
Expotec	73
Evento Artístico Cultural	2
Minicurso	1
Seminário	8

Fonte: DEAC

---

#### **13.1.3.4 Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora**

---

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2012	2013	2014
Empresas Incubadas	4	3	5
Projetos Pré-Incubados	4	7	4
Atendimento ao público	456	432	2732
Lançamento de Edital	1	2	2
Empresas Graduadas (acumulado até 2014)	15	15	17
Projetos descontinuados (acumulado até 2014)	20	21	22
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP	desativada	desativada	Obs. A ITESS encontra-se em implantação para iniciar suas atividades em 2015

Fonte: IETEC/DIREX

### 13.1.3.5 Gestão de Convênios Ativos IETEC

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
FAPERJ Edital 37/2014 – Apoio a Incubadoras	Expansão da IETEC CEFET/RJ nas unidades descentralizadas para o fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias em prol do desenvolvimento de Empreendimentos inovadores.	Fortalecer as ações da IETEC no Sistema CEFET/RJ por meio da implantação de pré-incubadoras de empresas nas unidades descentralizadas de Valença, Itaguaí e Nova Friburgo possibilitando a ampliação dos serviços prestados junto às empresas, empreendedores e outros atores locais que carecem de apoio, informação e conhecimento relacionando ao pensamento de inovação tecnológica, integrando a IETEC junto à comunidade local e aos esforços de empreender inovações com qualidade.
Edital MCTI/FINEP– PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 –Projeto REDERJ - Aprovado – em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 para a IETEC-CEFET/	Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro	Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro: Rede de prospecção – garantir o fluxo de empresas candidatas com negócios competitivos e de alto valor agregado, através das prospecções de projetos de pesquisa nas ICTs para ampliar o leque de projetos para as incubadoras que já as realizam e refinar o processo já existente; e para as incubadoras que não têm a prática, realizar prospecção através de consultoria e da transferência do método.

Fonte: IETEC/DIREX

### 13.1.3.6 Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.

CEFET/RJ / UNIVERSIA BRASIL S.A	Cooperação Técnica	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação
Iniciativa Jovem da Shell	Formalização da parceria de cooperação para acesso dos alunos do CEFET-RJ ao Programa Shell de educação vivencial para o empreendedorismo.	Programa de apoio ao empreendedorismo juvenil desenvolvido pela Iniciativa Jovem da Shell
CEFET/RJ / Banco Santander (Brasil) S.A	Convênio	Concessão de Bolsa de EDUCAÇÃO “EAD” Ensino de idiomas à distância
CEFET/RJ / Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	Convênio	Constituição do fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro (FIC/RJ)
CEFET/RJ / Fundação Itaú Social	Termo de Cooperação Técnica	Realização do curso de avaliação de políticas públicas e/ou projetos sociais

Fonte: DIREX

### 13.1.3.7 Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2014

Nos quadros a seguir estão quantificados os Eventos de Extensão (cursos, palestras, seminários, etc) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se os realizados durante a Semana de Extensão 2014 (quantificados no item 13.7.2.1)

Campus Maracanã	QUANTIDADE
CEFET Jr. Consultoria	4
DEAC	50
DIEMP	16
ENACTUS CEFET RJ	38
Programa Turma Cidadã	4

Fonte: DEAC/DIEMP/IETEC/ENACTUS CEFETRJ/CEFET JR/ Programa Turma Cidadã/DIREX

Demais Campi	QUANTIDADE
Valença	6
Nova Friburgo	9
Nova Iguaçu	5
Maria da Graça	2
Petrópolis	1
Angra dos Reis	6
Itaguaí	1

Fonte: DEAC/DIEMP/IETEC/SIFE/CEFET JR/DIREX

## PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

### 66 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS)

#### Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Segue abaixo o **Quadro B.66.1** que apresenta o resultado dos indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, considerando para tal o exercício de referência de 2014 e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

**Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrição/Vagas	12,12	11,15	68,07	111,23	109,48
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Matriculados	16,29	19,72	21,6	28,4	39,2
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes/Matriculados	10,22	6,81	11,8	9,5	-
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Concluintes/Ingressos	59,02	60,23	61,8	66,3	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos/Matriculados	55,84	48,57	44,2	22,9	7,1
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Matriculados/Docente em Tempo Integral	31,02	34,74	28,82	29,91	22,73
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	OCC/Matriculados	9.086,44	10.821,89	6.492,31	6.720,05	7.868,72
	Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal/Gasto Total	80,27	81,40	83,93	81,15	69,00
	Percentual de Gastos com outros Custeios	OCC(excluídos os benefícios)/Gasto Total	11,36	10,04	8,58	14,05	13,00
	Percentual de Gastos com Investimentos	Investimento/Gasto Total	5,09	4,85	3,80	4,78	6,51
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Número de alunos com renda per capita de até um SM	1890	924	408	287	283
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Média ponderada da Titulação Docente	3,91	3,91	3,84	3,85	3,72

---

---

## **Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET**

---

---

As informações contidas no Quadro B.66.1, que trata dos resultados dos indicadores do CEFET/RJ, foram prestadas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – DDR/SETEC/MEC, em 17/03/2015. As análises e justificativas pertinentes aos números apresentados são consequência direta das fontes de dados para cálculo dos indicadores.

Ao tratar como fonte única os diferentes formatos de modalidade de cursos oferecidos pela instituição, a análise crítica dos resultados torna-se comprometida e passível de interpretação discrepante da realidade percebida. Por exemplo, o curso de Licenciatura em Física apresenta uma relação candidato/vaga baixa, ao contrário dos demais cursos de graduação. Este tipo de ocorrência provoca distorções na análise

Assim, não é adequada a realização de uma análise crítica relativa aos dados informados.

Entretanto, alguns fatos puderam contribuir para a alteração dos indicadores 2010/2014 apresentados:

1. Aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação ofertados;
2. Transformação do sistema de médio/técnico em integrado;
3. Expansão e abertura de novas Unidades Descentralizadas;
4. Expansão de novos cursos na modalidade à distância;
5. Contratação de novos docentes EBTT e novos servidores administrativos;
6. Adesão ao sistema de cotas.

---

---

## **Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio**

---

---

O Centro não apresentou projetos desenvolvidos por fundação de apoio no exercício e não apresenta fundação de apoio credenciada.